



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS**

ANDREY ALYSSON CHAGAS CÂMARA

ARQUITETURAS DA ARTE:

Acessibilidade Cultural na Pinacoteca e na Galeria Lavadeira da UFPB

João Pessoa
2021

ANDREY ALYSSON CHAGAS CÂMARA

ARQUITETURAS DA ARTE:

Acessibilidade Cultural na Pinacoteca e na Galeria Lavandeira da UFPB

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Artes Visuais.

Área de concentração: artes visuais e seus processos educacionais, culturais e criativos.
Linha de pesquisa: processos educacionais em artes visuais.

Orientador:

Prof. Dr. Robson Xavier da Costa - UFPB

João Pessoa
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

C172a Câmara, Andrey Alysson Chagas.

Arquiteturas da arte : acessibilidade cultural na pinacoteca e na galeria lavadeira da UFPB / Andrey Alysson Chagas Câmara. - João Pessoa, 2021.
168 f.

Orientação: Robson Xavier da Costa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Arte. 2. Acessibilidade cultural. 3. Pinacoteca. 4. Arte visuais. I. Costa, Robson Xavier da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 7



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO



PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS

ANDREY ALYSSON CHAGAS CÂMARA

“ARQUITETURAS DA ARTE: ACESSIBILIDADE CULTURAL NA PINACOTECA E GALERIA LAVANDEIRA DA UFPB”

Aprovado (a) em: 22/Fevereiro/2021

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Robson Xavier da Costa – UFPB/PPGAV
Orientador/Presidente

Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes Melo – UFPB/PPGAV
Examinador (a) Titular Interno (a)

Prof.^a Dr.^a Gleice Virginia Azambuja Elali – UFRN
Examinador (a) Titular Externo (a) à Instituição.

*À memória de minha avó,
Professora Maria Lúcia das Chagas.*

AGRADECIMENTOS

À Deus e à minha família: ao meus pais, Onaldo e Nadja, pelo amor, pela dedicação e por me possibilitarem oportunidades de crescimento; à minha esposa, amiga e companheira, Celiana, pelo amor, pelo incentivo e pela compreensão nos momentos de ausência dedicados nesta pesquisa; aos meus irmãos, Andrea e Andrew, que sempre torceram por mim.

Ao orientador Prof. Dr. Robson Xavier da Costa, por partilhar seu olhar científico, seu primoroso conhecimento, pela disponibilidade e por me ajudar de maneira compreensiva, competente e dedicada na realização desta pesquisa.

Ao amigo Bruno Vinelli, de tantos e tantos anos, pelas dicas, pelo apoio e pela ótima companhia nessa jornada.

Aos professores da pós-graduação, Marcelo, Ana Emília, Sabrina, Luciene, Erinaldo, Fabíola e Alberto, os quais proporcionaram tantas visões enriquecedoras e acesso a tanto conhecimento através das aulas, seminários e discussões! E à Odilon, da coordenação do PPGAV, por ajudar a concretizar esta pesquisa.

À Superintendência de Infraestrutura da UFPB, na pessoa do Prof. Dr. Antônio Leal e do Prof. Me. Marcelo Diniz, pelo reconhecimento da importância da pesquisa proposta.

À banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes Melo e Prof.^a Dr.^a Gleice Azambuja Elali, dedicadas e sábias, pelas ótimas contribuições para melhoria deste trabalho.

Àqueles que participaram deste estudo, docentes, discentes e egressos, respondendo os questionários, meu agradecimento pelas excelentes contribuições e pelo altruísmo em prol da pesquisa.

Ao Prof. Me. Gerson Ribeiro, do Comitê de Ética em Pesquisa, pelas orientações.

À excelente turma 2019 do PPGAV, com pessoas maravilhosas, como Atena, Ísis, Guto, Rebeca e Savane, por enriquecerem a experiência vivida.

A todos vocês, muito obrigado.

*“Que bom se a gente soube
Viver como os passarinhos!
Cantando quando amanhece,
Na humildade dos ninhos.”*

Maria Lúcia das Chagas

RESUMO

A acessibilidade cultural está fundamentada na garantia de acesso à cultura para todas as pessoas, a partir do paradigma da inclusão. O problema de pesquisa consiste na seguinte questão: como a acessibilidade cultural tem sido trabalhada nos equipamentos voltados para as artes visuais no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)? Nesta investigação sentimos a necessidade de avaliar esses equipamentos do ponto de vista da acessibilidade cultural, respeitando o aspecto humanista do acesso igualitário. O objetivo desta pesquisa interdisciplinar, situada na linha de Processos Educacionais em Artes Visuais, do Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi analisar a acessibilidade cultural na Pinacoteca e na Galeria de Arte Lavandeira, equipamentos culturais vinculados ao Departamento de Artes Visuais da UFPB, no Campus I, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória, por meio de estudo de caso, utilizando como procedimentos metodológicos: revisão do estado da arte, pesquisa bibliográfica, normativa, documental, levantamento arquitetônico e urbanístico, aplicação de questionários. A avaliação da acessibilidade cultural considerou a existência de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais nos ambientes e em seu entorno. Foi utilizada a sintaxe espacial para escolha da rota entre os pontos mais próximos de transporte público e os equipamentos. Foram feitas visitas exploratórias no trajeto, com levantamento fotográfico, medições e observações. Os ambientes dos equipamentos pesquisados foram analisados, bem como o projeto da futura sede da pinacoteca, com visita à obra do centro de arte e cultura que se encontra paralisada. A pesquisa contribuiu para que possíveis inadequações arquitetônicas, urbanísticas e comunicacionais identificadas no entorno e nos equipamentos atuais possam ser evitadas na futura sede da pinacoteca. Foram realizadas indicações para que os ambientes pesquisados sejam culturalmente mais acessíveis. No geral, a acessibilidade física foi bem avaliada, com exceção da falta de elevador operante na pinacoteca. A acessibilidade comunicacional apresentou deficiências em vários aspectos. A avaliação da acessibilidade atitudinal restou parcialmente impossibilitada por conta da pandemia da Covid-19. Nesta pesquisa buscamos também analisar como estudantes e egressos do curso de graduação em artes visuais da UFPB (licenciatura e bacharelado) identificam a acessibilidade cultural nos equipamentos culturais citados. Docentes, que trabalham ou trabalharam na gestão desses espaços, deram contribuições sobre o tema. Com o conhecimento que fundamenta a acessibilidade cultural e o desenho universal, elaboramos questionários aplicados *online* para verificar a percepção desse público sobre a acessibilidade nos equipamentos culturais. Os questionários envolveram aspectos de infraestrutura e de qualidade do acesso no espaço expositivo. Ao analisar as informações coletadas, a pesquisa resultou em avaliações e propostas de adequações dos equipamentos e do seu entorno visando à acessibilidade cultural na Galeria Lavandeira, bem como na atual e na futura Pinacoteca da UFPB.

Palavras-chave: Artes Visuais. Acessibilidade Cultural. Acessibilidade Arquitetônica. Desenho Universal. UFPB. Pinacoteca. Galeria Lavandeira.

ABSTRACT

Cultural accessibility is based on ensuring access to culture for all people, based on the inclusion paradigm. The research problem consists of the following question: how has cultural accessibility been worked on in the equipment dedicated to the visual arts on campus I of the Federal University of Paraíba (UFPB)? In this investigation, we felt the need to evaluate these equipments from the point of view of cultural accessibility, respecting the humanistic aspect of equal access. The objective of this interdisciplinary research, located in the line of Educational Processes in Visual Arts, of the Associated Postgraduate Program in Visual Arts (PPGAV), of the Federal University of Paraíba (UFPB) and Federal University of Pernambuco (UFPE), was to analyze the cultural accessibility at the Pinacoteca and Lavandeira Art Gallery, cultural facilities linked to the Department of Visual Arts at UFPB, at Campus I, in the city of João Pessoa, Paraíba, Brazil. This work is characterized as a qualitative, exploratory research, through a case study, using as methodological procedures: review of the state of the art, bibliographical, normative, documentary research, architectural and urban survey, application of questionnaires. The assessment of cultural accessibility considered the existence of physical, communicational and attitudinal barriers in and around the environments. Spatial syntax was used to choose the route between the nearest public transport points and the equipment. Exploratory visits were made along the way, with photographic surveys, measurements and observations. The environments of the researched equipment were analyzed, as well as the project for the future headquarters of the pinacoteca, with a visit to the building work of the art and culture center, which is paralyzed. The research contributed so that possible architectural, urbanistic and communicational inadequacies identified in the surroundings and in the current equipment can be avoided in the future headquarters of the pinacoteca. Indications were made to make the environments surveyed more culturally accessible. Overall, physical accessibility was well evaluated, with the exception of the lack of a working elevator in the pinacoteca. Communicational accessibility showed deficiencies in several aspects. The assessment of attitudinal accessibility remained partially impossible due to the Covid-19 pandemic. In this research we also seek to analyze how students and graduates of the undergraduate course in visual arts at UFPB (undergraduate and bachelor's degrees) identify cultural accessibility in the cultural facilities mentioned. Teachers, who work or have worked in the management of these spaces, made contributions on the topic. With the knowledge that underlies cultural accessibility and universal design, we developed questionnaires applied online to verify the perception of this public about accessibility in cultural facilities. The questionnaires involved aspects of infrastructure and quality of access in the exhibition space. When analyzing the information collected, the research resulted in evaluations and proposals for adapting the equipment and its surroundings, aiming at cultural accessibility at Galeria Lavandeira, as well as in the current and future Pinacoteca of UFPB.

Key-words: Visual Arts. Cultural Accessibility. Architectural Accessibility. Universal Design. UFPB. Pinacoteca. Lavandeira Gallery.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama metodológico.	25
Figura 2 – Triangulação Acessibilidade Cultural.....	42
Figura 3 – Símbolo Internacional de Acesso: versão original (esquerda) e versão final (direita).....	46
Figura 4 – Novo símbolo da acessibilidade	47
Figura 5 – Mapa esquemático do Campus I da UFPB.....	59
Figura 6 – Mapa da UFPB, campus I, indicando a área estudada.....	60
Figura 7 – Rotas traçadas a partir das paradas de ônibus.	61
Figura 8 – Vista do passeio em direção ao acesso principal da Biblioteca Central da UFPB.	62
Figuras 9 – Vistas da fachada principal da Biblioteca Central da UFPB.	63
Figura 10 – Planta do 1º andar da Biblioteca Central da UFPB, com marcação da área ocupada pela galeria da Pinacoteca.	65
Figura 11 – Vista da entrada da Pinacoteca.....	65
Figura 12 – Vista de exposição na Galeria da Pinacoteca	66
Figura 13 – Localização da Galeria Lavandeira no Bloco B do CCTA.....	67
Figura 14 – Vista externa do Bloco "B" do CCTA e do acesso para a Galeria de Arte Lavandeira.	68
Figura 15 – Vistas do espaço interno da Galeria Lavandeira.	68
Figura 16 – Vistas da exposição "AFECTOS".	69
Figura 17 – Vista externa da obra e entorno do Centro de Arte e Cultura.	70
Figura 18 - Vista interna da obra, pavimento superior.	70
Figura 19 – Vista aproximada do volume no qual se situará a Pinacoteca.	70
Figura 20 – Pavimento térreo do Centro de Arte e Cultura.....	71
Figura 21 – Ampliação da planta da nova pinacoteca.	71
Figura 22 – Vista interna do futuro espaço para exposições da Pinacoteca.....	72
Figura 23 – Mapa axial conectividade do Campus I da UFPB, em janeiro de 2012..	76
Figura 24 – Mapa Axial Integração Rn do Campus I da UFPB.....	77
Figura 25 – Mapa do Campus I da UFPB, com gráfico de conectividade visual.	80
Figura 26 – Gráfico de conectividade visual em recorte do Campus I - UFPB.	81

Figura 27 – Gráfico de conectividade CCHLA/CCTA.	81
Figura 28 – Matriz de descobertas com atualizações dos pontos elencados na pesquisa de Sarmiento (2012).	83
Figura 29 – Desnível passeio / piso adjacente.	84
Figura 30 – Luminárias em Led.	85
Figura 31 – Sinalização Galeria Lavandeira.	86
Figura 32 – Obstáculo atitudinal independente do projeto.	87
Figura 33 – Obstáculo atitudinal que pode ser corrigido pelo projeto urbanístico.	87
Figura 34 – Planta geral do projeto do LACESSE para implantação de sinalização podotátil.	89
Figura 35 – Matriz de descobertas: pontos que dificultam a acessibilidade.	90
Figura 36 – Matriz de descobertas: pontos impulsionadores da acessibilidade.	91
Figura 37 – Triangulação Acessibilidade Cultural.	93
Figura 38 – Acesso principal da Biblioteca Central	94
Figura 39 – Planta baixa 1º piso (térreo) da Biblioteca Central da UFPB.	95
Figura 40 – Escadaria de acesso ao pavimento superior da BC e modelo normatizado da NBR9050.	96
Figura 41 – Vista do pavimento superior, ao subir a escadaria.	97
Figura 42 – Planta baixa 2º piso (1º andar) da Biblioteca Central da UFPB.	98
Figura 43 – Proposta de acessibilidade da Prefeitura Universitária na BC – 1º piso (térreo).	99
Figura 44 – Proposta de acessibilidade da Prefeitura Universitária na BC – 2º piso (1º andar).	100
Figura 45 – Detalhe de reforma proposta, no qual se visualiza a localização do mapa tátil e sinalização nos degraus, com necessidade de alteração na cor do piso tátil de alerta indicativo apenas de mudança de direção.	101
Figura 46 – Adaptações de acessibilidade nos banheiros.	102
Figura 47 – Demonstração da mobilidade dos elementos de suporte das obras. Disposição na exposição Concha.	103
Figura 48 – Demonstração da mobilidade dos elementos de suporte das obras. Disposição na exposição Mancha.	103
Figura 49 – Iluminação e etiquetas identificativas.	104

Figura 50 – Iluminação e etiquetas identificativas.	104
Figura 51 – Acesso à Galeria de Arte Lavandeira	106
Figura 52 – Rampa para a calçada na vaga de veículo reservada.	106
Figura 53 – Detalhe da porta de entrada, com placa indicativa ao lado.	107
Figura 54 – Porta de entrada da Galeria Lavandeira.....	108
Figura 55 – Acesso à Galeria de Arte Lavandeira - trilho inferior sobreposto ao piso.	108
Figura 56 – Bloco B CCTA com percurso da Galeria até os banheiros.	109
Figura 57 – Exposição "AFECTOS" na Galeria Lavandeira com maquetes táteis de obras expostas.....	111
Figura 58 – Informações da exposição “AFECTOS” em braile.	111
Figura 59 – Etiquetas em braile ao lado das obras.	111
Figura 60 – Exposição Entre Cânones e Desvios / Mulheres na Pinacoteca da UFPB.	112
Figura 61 – Área aberta em frente à Galeria Lavandeira.....	113
Figura 62 – Perspectiva do projeto de praça interna ao bloco B do CCTA.	114
Figura 63 – Perspectiva do projeto de praça interna ao bloco B do CCTA.	115
Figura 64 – implantação do Centro de Arte e Cultura, com contorno da Reitoria na parte inferior da imagem.	116
Figura 65 – Desnível da obra em relação ao entorno.....	117
Figura 66 – Fachada leste do Centro de Arte e Cultura da UFPB.	118
Figura 67 – Vista 180º no interior da praça de eventos, com pé direito triplo. Acesso principal da edificação ao centro e acesso da pinacoteca à direita da imagem.	119
Figura 68 – Vista interna da área expositiva da futura pinacoteca.	119
Figura 69 – Planta parcial do pavimento térreo, enfocando a praça de eventos e a pinacoteca.	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência - Brasil 2018	30
Gráfico 2 – Matrículas na graduação no estado da Paraíba em 2018, de pessoas com deficiência, na rede pública e na rede privada de ensino superior.	31
Gráfico 3 – Porcentagem de matrículas na graduação de pessoas com deficiência, no estado da Paraíba em 2018, em instituições públicas e privadas.....	32
Gráfico 4 – Proporção de matrículas de alunos com deficiência nos cursos de graduação presenciais e a distância na Paraíba, segundo o tipo de deficiência - 2018	33
Gráfico 5 - Proporção da população, por deficiências selecionadas e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil – 2010.....	33
Gráfico 6 – Gráfico do principal meio de locomoção utilizado no deslocamento dentro do campus I da UFPB.	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2009-2018.....	29
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC	Biblioteca Central
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CEF	Caixa Econômica Federal
CIA	Comitê Interno de Acessibilidade
DAV	Departamento de Artes Visuais
GPAMI	Grupo de Pesquisa em Arte, Museus e Inclusão
ICTA	Comissão Internacional de Tecnologia e Acessibilidade
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LACESSE	Laboratório de Acessibilidade da UFPB
MC	Mediação Cultural
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGAV	Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais
SIA	Símbolo Internacional de Acesso
SINFRA	Superintendência de Infraestrutura
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UIA	União Internacional de Arquitetos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	28
1.1 Acessibilidade – fundamentação e dimensões	34
1.2 Acessibilidade cultural	41
1.3 Desenho universal	48
1.4 Mediação cultural	51
1.5 Expografia e acessibilidade	53
1.6 Experiências em acessibilidade cultural	55
CAPÍTULO 2 ESTUDO DE CASO: ACESSIBILIDADE EM EQUIPAMENTOS CULTURAIS VINCULADOS AO DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS DA UFPB	58
2.1 Descrição dos equipamentos culturais	61
2.1.1 Pinacoteca UFPB.....	62
2.1.2 Galeria de Arte Lavandeira	67
2.1.3 A futura Pinacoteca no Centro de Arte e Cultura.....	69
2.2 Verificação das rotas principais entre os equipamentos culturais estudados na UFPB	73
2.3 Verificação da acessibilidade nas edificações estudadas	92
2.3.1 Pinacoteca da UFPB.....	94
2.3.2 Galeria Lavandeira.....	106
2.3.3 Futura Pinacoteca da UFPB.....	116
2.4 Funcionamento remoto dos equipamentos culturais	121
CAPÍTULO 3 ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS	124
3.1 Resultado do questionário aplicado aos discentes e egressos do curso de artes visuais da UFPB	126
3.1.1 Questionário sobre a Galeria de Arte Lavandeira e a Pinacoteca da UFPB	126
3.2 Resultado do questionário aplicado aos gestores e ex-gestores	130
3.2.1 Questionário sobre a Galeria Lavandeira	130
3.2.2 Questionário sobre a Pinacoteca	133

CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	152
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	153
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS E EX-ALUNOS	155
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES E EX-COORDENADORES DOS EQUIPAMENTOS ESTUDADOS	161
ANEXOS	163
ANEXO A – COMPROVANTE DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA CCS-UEPB	164



INTRODUÇÃO



A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XXVII, dispôs:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009 [1948], p. 14-15)

Por sua vez, a Carta Magna de 1988 estabeleceu que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V - proporcionar os meios de acesso **à cultura, à educação**, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (BRASIL, 2019a, p. 36, grifo nosso).

Temos, então, o estabelecimento mundial e nacional por lei do acesso à cultura a todas as pessoas, o que inclui as pessoas com deficiência.

A política de inclusão social foi normatizada no Brasil na esteira do movimento mundial que gerou o paradigma da inclusão, a partir de ações culturais, sociais e pedagógicas, no sentido de garantir o direito do acesso à educação para todos.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2008a, p. 5).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), alterada pela lei nº 12.796/2013, temos a seguinte garantia:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 2013a, p. 1).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, prevê que:



Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. [...]

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino. (BRASIL, 2015, p. 4).

A normativa fundamenta uma política educacional nacional voltada para a inclusão das pessoas com deficiências, síndromes e altas habilidades no sistema educacional, de maneira ampla e plena.

Um dos principais documentos mundiais que tencionam a inclusão social, a Declaração de Salamanca foi elaborada na cidade de mesmo nome, na Espanha, em 1994, na Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Brasil é signatário da declaração, cujo objetivo foi o de fornecer as diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais consoantes com o movimento de inclusão social. Entre suas afirmações, temos:

- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 1).



Outro importante documento é a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, aprovada em 5 de junho de 2001, em Montreal, Québec, Canadá, no Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva". O documento aponta direcionamentos para o planejamento e desenho inclusivo, com aconselhamento de incorporação desses princípios nos programas de educação e treinamento.

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável. A comunidade internacional, sob a liderança das Nações Unidas, reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos. As declarações intergovernamentais levantaram a voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolverem políticas e práticas inclusivas. O Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva" convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometam com, e desenvolvam, o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços. (Congresso Internacional Sociedade Inclusiva, 2001, p. 1).

Observamos um crescente movimento de inclusão e acessibilidade nas instituições de ensino, reforçado pela criação dos marcos legais que impulsionaram e condicionaram tais aspectos. No campo da cultura, as galerias de arte, as pinacotecas e os núcleos de arte constituem um reconhecido recurso pedagógico, cuja análise pode indicar possibilidades de ampliação para a educação inclusiva, de forma a elidir as diferenças entre os públicos. O adequado tratamento desses espaços culturais é um potente meio auxiliar para a educação inclusiva. No caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o fomento da acessibilidade cultural aos equipamentos culturais pode beneficiar não apenas os discentes da própria Universidade, mas também os do ensino básico, médio e a comunidade em geral.

Dessa maneira, afirmou Arantes (2017, p. 58) sobre a necessidade de abertura do ensino da arte para buscar experimentações mais diretas no aprendizado, um contato mais próximo da fonte:

Por outro lado, o ensino da Arte não deve limitar-se somente ao espaço da sala de aula, pois muitas vezes suas proposições nos sugerem ou nos instigam a sair das quatro paredes. Neste sentido, devemos procurar organizar expedições para lugares onde a Arte está mais viva e presente, ou seja, em museus, galerias, praças, casas de espetáculo, instituições culturais, etc. (ARANTES, 2017, p. 58)



Partindo dessa problemática e da legislação em vigor, se fez necessária a verificação da adequação dos equipamentos culturais voltados para as artes visuais do campus I da UFPB. Como arquiteto da Superintendência de Infraestrutura da UFPB¹, houve a necessidade de avaliar esses espaços do ponto de vista da acessibilidade cultural, diante de toda fundamentação legal e do aspecto humanista do acesso igualitário.

Para melhor compreender como ocorre a acessibilidade quando direcionada a um público para o formato artístico, o desenvolvimento da pesquisa dentro do programa de pós graduação em Artes Visuais foi muito importante para uma maior imersão nesse universo interdisciplinar das instituições culturais.

Destarte, torna-se necessário o diagnóstico da acessibilidade cultural nesses equipamentos culturais, para indicar direcionamentos possíveis. Tal avaliação não se limita à acessibilidade física, mas transborda para uma acessibilidade que permita a fruição cultural para todas as pessoas.

Os equipamentos culturais da área de Arte Visuais na UFPB estudados nesta pesquisa foram: a Pinacoteca e a Galeria de Arte Lavandeira, do Centro de Comunicação, Turismo e Arte (CCTA).

A Pinacoteca localiza-se na Biblioteca Central, espaço que entrou em reforma por volta do início do ano de 2020. Atualmente está relocada temporariamente no prédio da reitoria. A Galeria Lavandeira situa-se no CCTA, no bloco B, próxima ao Cine Aruanda. Os dois equipamentos são vinculados ao Departamento de Artes Visuais, do CCTA.

Esta pesquisa justifica-se pela ausência de uma investigação sistematizada sobre acessibilidade dos equipamentos culturais do Campus I da UFPB, com vistas a

¹ A Prefeitura Universitária da UFPB foi reorganizada administrativamente, tendo suas diversas funções, que até então eram coordenadas pelo Prefeito Universitário, sido repartidas entre superintendências distintas. Desta maneira, em 2018 foram desmembradas algumas funções auxiliares, ao serem criadas a Superintendência de Orçamento e Finanças (SOF), Superintendência de Segurança Institucional (SSI), Superintendência de Logística e Transporte (SULT) e Superintendência de Serviços Gerais (SSG). No ano seguinte, em 2019, o Prefeito Universitário cede lugar à figura do Superintendente de Infraestrutura, com a criação da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA) pela resolução nº 03/2019, do Conselho Universitário da UFPB.



potencializar a fruição da arte e da cultura para discentes e servidores da universidade e para o público em geral. Os equipamentos culturais da área de artes visuais na UFPB, localizados no *campus* I, permitem à comunidade acadêmica e ao público em geral ter informações, contato e vivenciar experimentações com os acervos de artes visuais da instituição e de exposições temporárias.

As pessoas com deficiências, em situação de risco social e/ou idosos precisam de autonomia para se deslocarem, permanecerem, participarem e fruírem do acervo e das exposições nesses espaços. Cambiaghi (2007, p. 34) afirmou que as ações de inclusão são realmente relevantes quando promovem não apenas a equiparação de oportunidades, mas a acessibilidade de todas as pessoas, incluídas aquelas de idade avançada, as de baixa escolaridade, as que possuem limitações intelectuais ou mentais, físicas, motoras, sensoriais ou mobilidade reduzida, continuada ou transitória.

É necessário ter as pessoas com deficiências e em situação de risco social e/ou idosos como públicos-alvo, já que a maior parte das adequações e mudanças envolve essas pessoas. No entanto, qualquer alteração que possibilite a acessibilidade cultural e arquitetônica deve atender a todos, sem discriminação. O acolhimento e fidelização desse público repercute em novas maneiras de concepção dos espaços e em estratégias de comunicação e mediação para um alcance mais amplo.

Estão envolvidas na acessibilidade cultural “novas concepções que melhorem o acesso físico, comunicativo, informacional, atitudinal e a fruição para garantir experiências inclusivas e que corroborem com a diversidade cultural e humana”. (SARRAF, 2018, p. 27).

É importante mencionar que o tema acessibilidade cultural, em suas vertentes ambiental, atitudinal e comunicacional, é relevante para a atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB, implantado em novembro de 2013, por meio da Resolução nº 34/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de forma a instituir a política de inclusão na UFPB.

Propomos, com esta pesquisa, somar esforços para uma acessibilidade cultural e inclusiva na UFPB, contribuindo com o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa e aplicada no Campus I dessa instituição.



A hipótese trabalhou com a maior difusão do conceito de acessibilidade cultural e um interesse crescente em identificar aspectos não acessíveis para superar as barreiras, de maneira a garantir uma acessibilidade plena aos equipamentos culturais do Departamento de Artes Visuais da UFPB. Analisamos a acessibilidade comunicacional, física e atitudinal dos referidos equipamentos, com a hipótese de determinação de pontos que necessitam de adequação. Esses conceitos foram trabalhados no capítulo seguinte, com contribuições da doutrina e das normas.

Partimos do seguinte problema de pesquisa: como a acessibilidade cultural tem sido trabalhada nos equipamentos voltados para as artes visuais do campus I, da Universidade Federal da Paraíba?

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as condições de acessibilidade cultural da Galeria Lavandeira e da Pinacoteca, equipamentos culturais vinculados ao Departamento de Artes Visuais, localizados no Campus I da UFPB. Os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- 1) Mapear e analisar as rotas de acesso de entradas do Campus I da UFPB até os espaços culturais estudados;
- 2) Implementar o diagnóstico da acessibilidade cultural nas edificações da Pinacoteca e da Galeria Lavandeira, no Campus I da UFPB;
- 3) Propor inovações relativas à acessibilidade cultural nos ambientes da Pinacoteca e da Galeria Lavandeira, no Campus I da UFPB.

Esta dissertação vincula-se à área de concentração “artes visuais e seus processos educacionais, culturais e criativos” e à linha de pesquisa em “processos educacionais em artes visuais” do Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com foco na Acessibilidade Cultural, que envolve a acessibilidade arquitetônica/urbanística, comunicacional e atitudinal.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, na qual o pesquisador utiliza práticas materiais e interpretativas (notas de campo, fotografias, questionários, lembretes, entre outros) para compor uma série de representações do mundo. Os “pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou



interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos — estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais — que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo. Logo, geralmente existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Entre os materiais empíricos citados acima por Denzin e Lincoln (2006, p. 17), entendemos que sobressaiu nesta pesquisa o método qualitativo do estudo de caso², aplicado aos equipamentos culturais e seu entorno. Trata-se de um método que, ao ser aplicado, pôde proporcionar a elaboração de propostas de intervenção.

No entanto, é comum nas pesquisas qualitativas utilizar variáveis complexas, interligadas e difíceis de medir. Desta maneira, utilizamos outras práticas interpretativas, cada uma aplicada a uma variável, mas que desvendaram juntas o objeto da pesquisa. Estudamos a legibilidade dos equipamentos culturais das artes visuais do Campus I, da UFPB.

A diversidade de práticas metodológicas da pesquisa qualitativa pode ser vista como *soft science*³, jornalismo, etnografia, *bricolage*, confecção de colchas e montagem. O pesquisador, por sua vez, talvez seja visto como um *bricoleur*, um indivíduo que confecciona colchas, ou, como na produção de filmes, uma pessoa que reúne imagens transformando-as em montagens. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 18).

² O termo estudo de caso vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, na qual se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada. Este método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso (GOLDENBERG, 2004, p. 33), ou de múltiplos casos (YIN, 2001, p. 33-35).

³ *Soft science* é um termo que se refere a áreas de estudos que interpretam o comportamento humano, as instituições, a sociedade, baseado em investigações científicas para as quais há dificuldade no estabelecimento de critérios exatos. São exemplos a psicologia, a antropologia e a sociologia, entre outros (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 18).



Desta maneira, como procedimentos metodológicos, apontamos a pesquisa documental e bibliográfica, o levantamento arquitetônico e urbanístico, o levantamento fotográfico e a aplicação dos questionários.

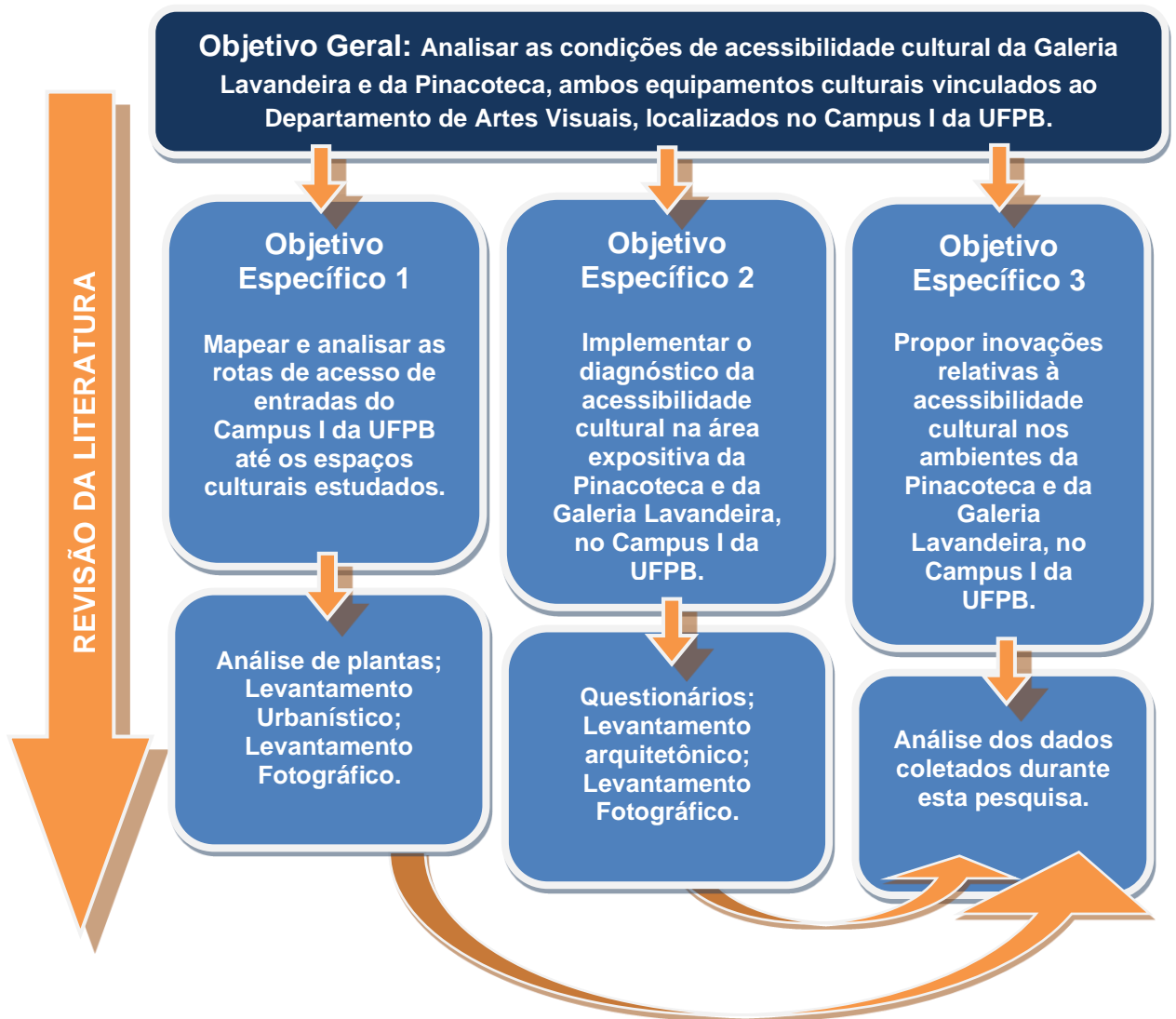
A pesquisa qualitativa em estudo de caso, feita de forma exploratória, buscou o que pode ser feito para melhorar a acessibilidade cultural nos equipamentos estudados. No entanto, teve alguns tons descritivos em dois momentos: ao caracterizar e detalhar a situação existente dos equipamentos culturais e da rota entre eles e ao descrever a situação desejada, colhida pelas pesquisas bibliográfica e documental, pela busca de soluções no levantamento do estado da questão e ainda pelos questionários com usuários, que buscaram a avaliação de aspectos referentes à acessibilidade nos ambientes e no seu entorno e receber sugestões para o funcionamento desejado dos equipamentos.

Na análise das rotas foi aplicado o conceito de sintaxe espacial com identificação do eixo mais integrado do campus, que demonstrou um maior potencial de uso. Também foi aplicada a sintaxe espacial, desta vez através do programa computacional Depthmap X, para analisar a conectividade visual da área estudada e identificar locais mais visíveis para sinalização. Foi utilizada a ferramenta de matrizes de descobertas para apresentar graficamente o panorama do estudo realizado e dos dados alcançados.

A matriz de descobertas é um instrumento de análise que permite identificar e comunicar graficamente as descobertas, especialmente aquelas relacionadas com: (a) as adaptações e improvisações decorrentes de falhas de projeto ou de execução; (b) a incompreensão e o desconhecimento dos seus diversos grupos de usuários, que dificultam a operacionalidade necessária no dia-a-dia de um ambiente. Concebido por Helena Rodrigues e Isabelle Soares (Rodrigues, Castro, Rheingantz 2004) e aperfeiçoada pela equipe técnica do Programa de APO da Dirac/Fiocruz (Castro, Lacerda, Penna 2004). Por reunir e apresentar graficamente um resumo das principais descobertas de uma avaliação de desempenho, facilita a leitura e a compreensão dos resultados por parte dos clientes e usuários. Seu sucesso depende da hierarquização das informações e descobertas produzidas em uma avaliação de desempenho. (RHEINGANTZ *et al*, 2009, p. 13-14).

Para melhor ilustrar os procedimentos metodológicos, elaboramos o seguinte diagrama:

Figura 1 – Diagrama metodológico.



Fonte: elaboração própria. 2020.

Quanto aos questionários, foram elaborados com perguntas objetivas, em escala de diferencial semântico, e subjetivas. A coleta de dados foi realizada eletronicamente, de modo a manter o distanciamento social na atual situação de emergência de saúde pública da Covid-19, por meio do sistema Google Formulários. Discentes e egressos receberam o convite para preenchimento dos questionários e para leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

É importante esclarecer que, inicialmente, pretendíamos realizar entrevistas e aplicação de questionários presencialmente, com a participação de visitantes nos



locais pesquisados. Planejávamos também passeios acompanhados, com pessoas com deficiência, aos locais das exposições. Esses procedimentos foram inviabilizados com o fechamento do atendimento presencial e com a necessidade de estabelecer distanciamento social pela emergência pública de saúde da Covid-19. Os ambientes foram fechados, passando a funcionar de maneira remota, com exposições organizadas em meio digital, enquanto durar a pandemia. Desta maneira, foi preciso alterar parte da metodologia planejada inicialmente para a coleta de dados.

Esta dissertação foi organizada em introdução e três capítulos. Após este bloco introdutório, apresentamos o primeiro capítulo, que consiste em uma revisão bibliográfica sobre o tema, de modo a atestar a aplicabilidade desta pesquisa, embasada na política de acessibilidade e inclusão educacional.

Inicialmente, realizamos a pesquisa do quantitativo do público com deficiência presente nas instituições de ensino superior e, com a constatação de uma crescente inserção dessas pessoas, observamos também quais as principais deficiências apresentadas. Posteriormente, passamos à exposição de conceitos que fundamentam o tema: acessibilidade, acessibilidade cultural, desenho universal, mediação cultural e expografia. Finalizamos o primeiro capítulo dando destaque a iniciativas no Nordeste promotoras da acessibilidade a partir do trabalho sobre esses conceitos.

No segundo capítulo, descrevemos cada equipamento objeto de análise neste estudo de caso: a Pinacoteca, a Galeria de Arte Lavadeira e também tratamos da edificação para a futura Pinacoteca da UFPB.

Após, analisamos as rotas de acesso desde o ponto de chegada do transporte público até os ambientes internos desses equipamentos culturais das artes visuais no Campus I da UFPB, ressaltando o aspecto qualitativo desta pesquisa. Com a possibilidade de ao menos duas rotas distintas, foram aplicados os conceitos de sintaxe espacial, com identificação da rota mais integrada, que foi escolhida para fazer parte do estudo.

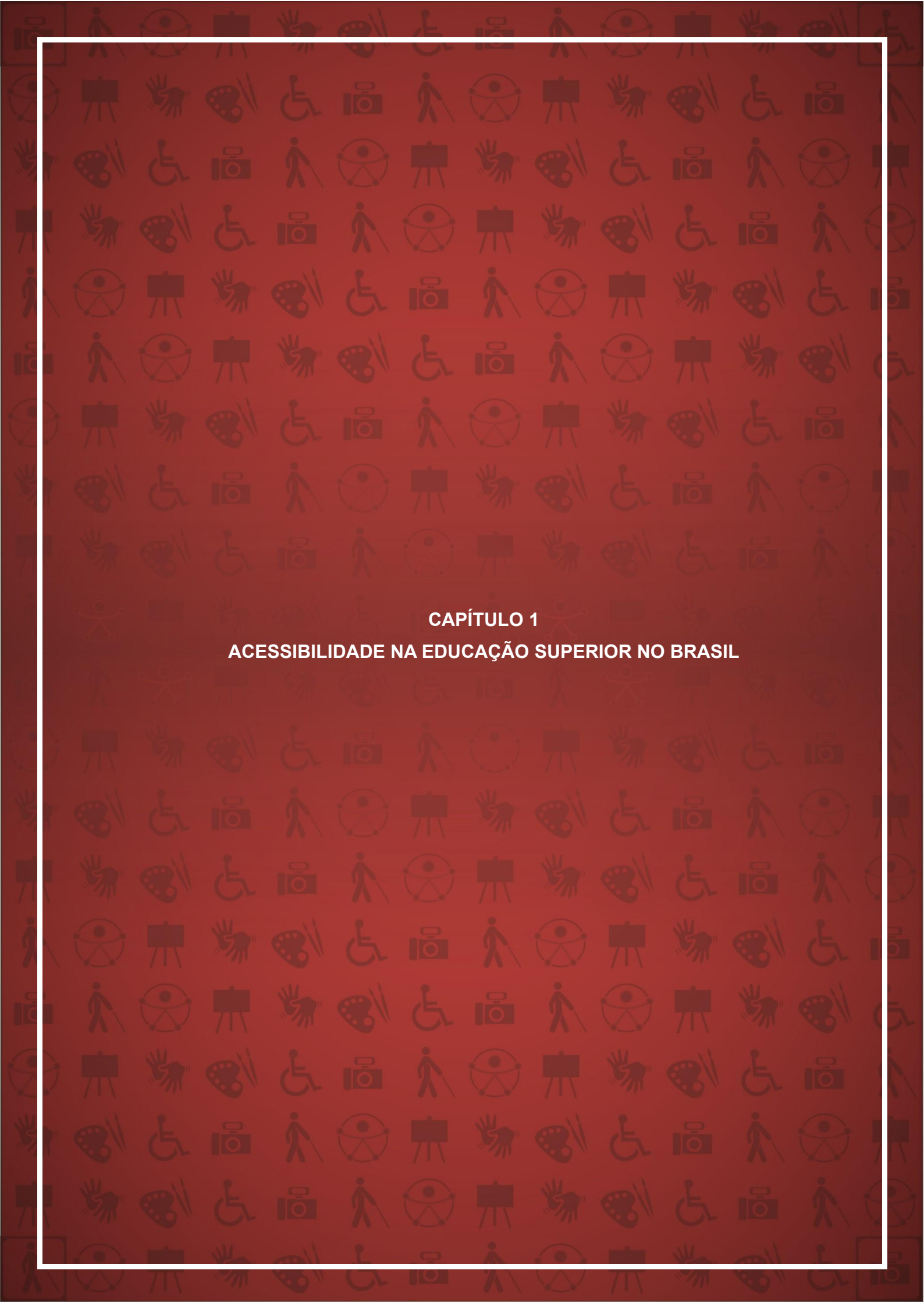
Ainda no campo da sintaxe espacial, com a utilização de mapas de conectividade visual gerados no programa Dephtmap X, foram indicadas as áreas com mais visibilidade, para auxiliar na implantação de sinalização.



As rotas definidas e os ambientes internos dos equipamentos culturais foram analisados do ponto de vista da acessibilidade, mormente quanto à adequação a normas técnicas existentes. Ao longo da análise, melhorias foram sugeridas para adequar esses espaços.

No terceiro capítulo, foi exposto o resultado dos questionários eletrônicos aplicados ao público desses espaços institucionais sobre as principais barreiras culturais (arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais e atitudinais) que impactam a fruição dos equipamentos estudados na UFPB. Na pesquisa, as respostas obtidas nos questionários foram organizadas e analisadas, com identificação qualitativa dos pontos que caracterizaram e promoveram a valoração dos espaços, de acordo com sua predominância quantitativa nas respostas. Com essa sistematização, as respostas foram tratadas como premissas particulares para, pelo método indutivo, chegarmos a uma conclusão geral da ótica do usuário. O panorama traçado pelos questionários foi complementado pela análise feita pela gestora e ex-gestores dos mesmos espaços, de maneira a verificar concordâncias e divergências.

Por fim, nas considerações finais foram feitas observações sobre os resultados alcançados pela pesquisa.

The background of the page is a repeating pattern of various accessibility icons in a dark red color. These icons include a person in a wheelchair, a person with a white cane, a person with a hearing aid, a person with a prosthetic arm, a person with a prosthetic leg, a person with a white cane and a hearing aid, a person with a white cane and a prosthetic arm, a person with a white cane and a prosthetic leg, a person with a white cane and a hearing aid and a prosthetic arm, and a person with a white cane and a hearing aid and a prosthetic leg. The icons are arranged in a grid-like pattern.

CAPÍTULO 1
ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL



Inicialmente, objetivamos demonstrar que o público com deficiência é uma realidade cada vez mais presente nas instituições de ensino superior. Para tanto, pesquisamos bases oficiais de dados que nos auxiliam a ter esse panorama de sua presença no ambiente educacional.

O percentual de matrículas nos cursos de graduação de estudantes com deficiências e/ou síndromes, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação vem apresentando crescimentos ano a ano no Brasil. Os dados são apresentados na tabela 1, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), no Censo da Educação Superior 2018:

Tabela 1 – Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2009-2018.

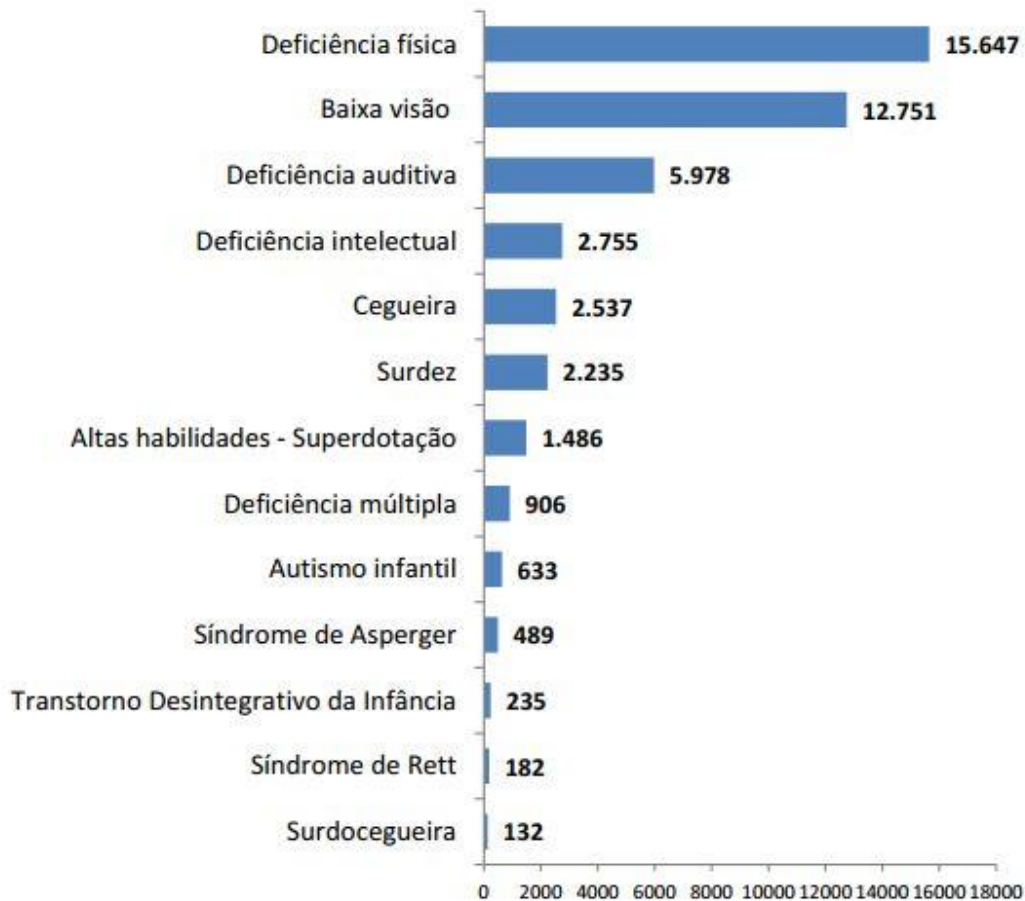
Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2009	20.530	0,34%
2010	19.869	0,31%
2011	22.455	0,33%
2012	26.663	0,38%
2013	29.221	0,40%
2014	33.475	0,43%
2015	37.986	0,47%
2016	35.891	0,45%
2017	38.272	0,46%
2018	43.633	0,52%

Fonte: BRASIL, INEP, 2019b, p. 61.

O gráfico seguinte, também presente no Censo da Educação Superior 2018 do INEP, apresenta o quantitativo de matrículas de estudantes com deficiências e/ou síndromes nos cursos de graduação em 2018, por tipos de deficiência (Gráfico 1).



Gráfico 1 – Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência - Brasil 2018



Nota: Um mesmo aluno matriculado pode ter mais de um tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação

INEP

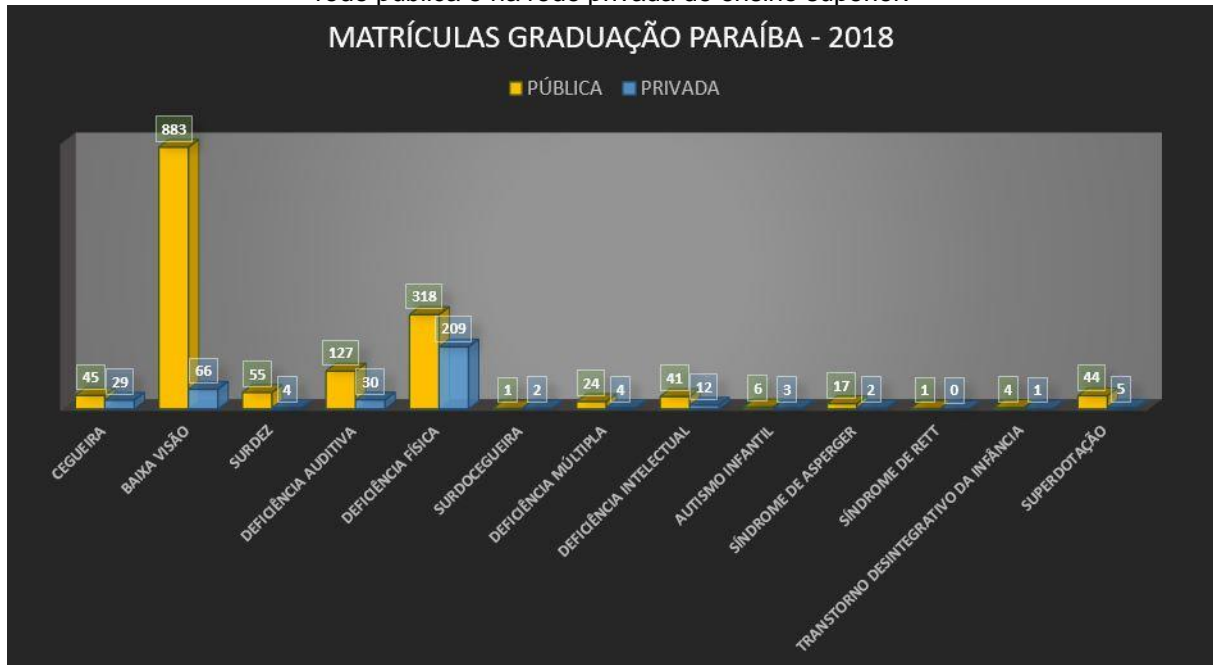
Fonte: BRASIL, INEP, 2019b, p. 61.

Os dados apresentados referem-se aos estudantes matriculados nos cursos de graduação em todas as instituições de ensino superior do país. Nele podemos visualizar que os grupos relativos à deficiência física, baixa visão e deficiência auditiva são os três mais numerosos. Ao buscar dados específicos, relativos ao estado da Paraíba, acessamos a sinopse estatística da educação superior de 2018, do INEP. O documento apresentou um levantamento no qual estão dados de todos os Estados do Brasil, em número de matrículas de pessoas com deficiência e/ou síndromes nos cursos de graduação, por tipologia e por categoria administrativa da instituição de ensino superior. Desta maneira, tem-se a divisão por esfera pública e privada, no



estado da Paraíba, em números, os quais representamos no gráfico a seguir (Gráfico 2):

Gráfico 2 – Matrículas na graduação no estado da Paraíba em 2018, de pessoas com deficiência, na rede pública e na rede privada de ensino superior.



Fonte: gráfico elaborado a partir dos dados presentes na Sinopse Estatística da Educação Superior - 2018 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019).

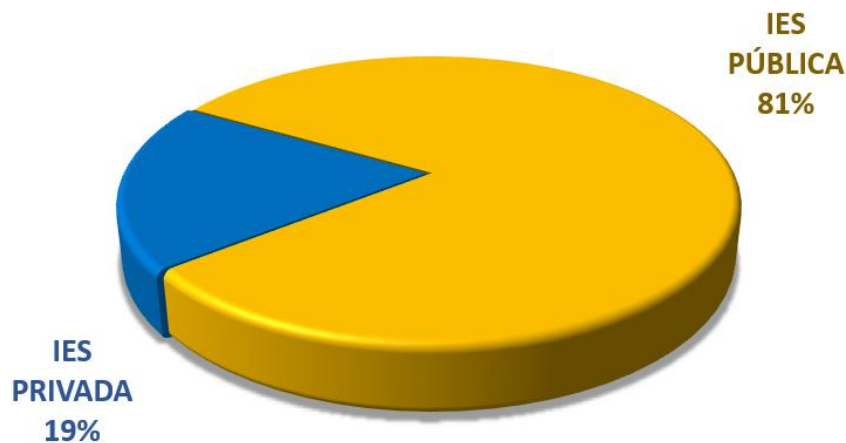
No Gráfico 2, o número de matrículas na educação pública refere-se às redes federal e estadual. Pode-se observar que a rede pública de educação do estado da Paraíba apresentou abrangência maior na quantidade de matrículas de pessoas com deficiências e/ou síndromes nos cursos de graduação em 2018. As categorias baixa visão, deficiência auditiva e surdez podem ser colocadas em evidência no gráfico acima, por terem grande quantidade de casos e apresentarem diferenças expressivas entre a educação pública e a privada. A baixa visão, por exemplo, apresentou 883 matrículas na educação pública e 66 na educação privada, uma diferença de 13,27 vezes (1327,87%).

No Gráfico 3, pode-se visualizar a porcentagem total de matrículas de pessoas com deficiências e/ou síndromes matriculadas na graduação em 2018 na Paraíba. Observamos no gráfico a prevalência de matrículas nas instituições públicas, com



81% do total. Buscamos demonstrar, no cenário das Instituições de Ensino Superior (IES) a importância da educação pública do estado da Paraíba na promoção da inclusão.

Gráfico 3 – Porcentagem de matrículas na graduação de pessoas com deficiência, no estado da Paraíba em 2018, em instituições públicas e privadas.



Fonte: gráfico elaborado a partir de dados presentes na Sinopse Estatística da Educação Superior - 2018 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019).

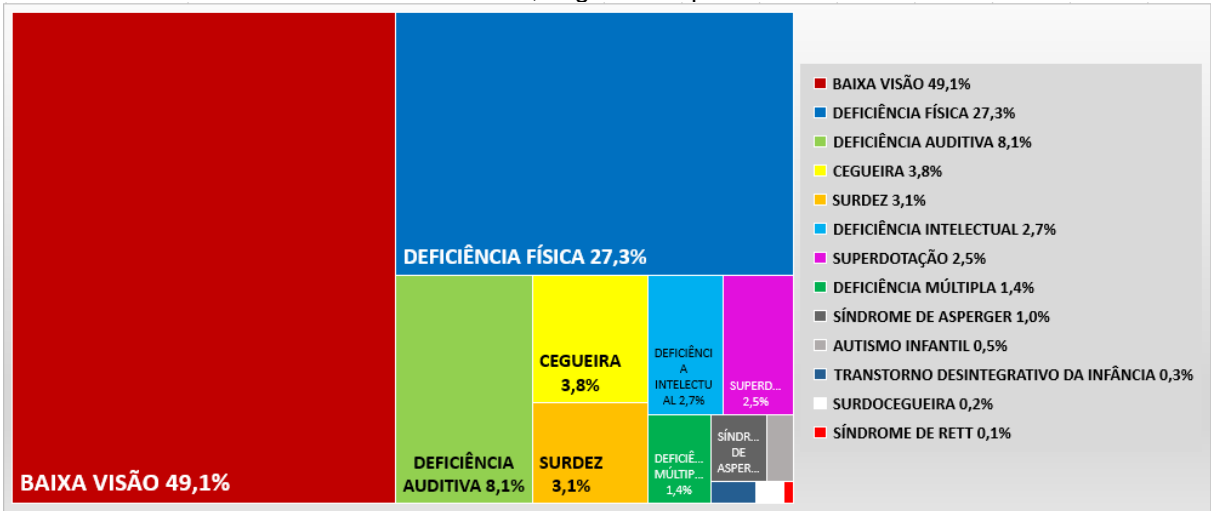
No Gráfico 4, de modo a ilustrar proporcionalmente a diversidade de casos, realizamos o somatório do quantitativo de matrículas nas Instituições de ensino superior públicas e privadas, por tipologia de deficiência, para dar um quadro geral no estado da Paraíba.

Pelo gráfico gerado a partir dos dados presentes na sinopse estatística da educação superior do INEP, para o ano de 2018, observa-se que na Paraíba quase metade das matrículas de pessoas com deficiência e/ou síndromes em cursos de graduação foram de casos de baixa visão. Em seguida, com 27,3%, casos de déficit motor e, com 8,1%, deficiência auditiva.

Em comparação com o cenário nacional, há inversão entre o primeiro e o segundo lugar, já que no quadro nacional o maior número de matrículas é de pessoas com deficiências físicas, como pode-se observar no Gráfico 01, seguido por estudantes com baixa visão e com deficiências auditivas.



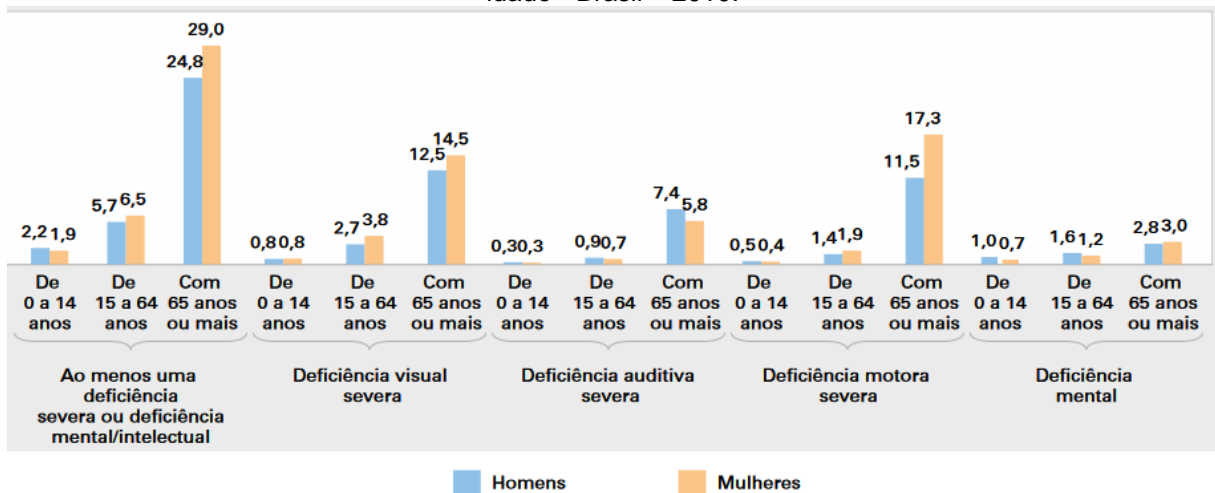
Gráfico 4 – Proporção de matrículas de alunos com deficiência nos cursos de graduação presenciais e a distância na Paraíba, segundo o tipo de deficiência - 2018



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados presentes na Sinopse Estatística da Educação Superior - 2018 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019).

Devemos observar que esses dados expostos são apenas dos estudantes matriculados na educação superior. Há uma tendência de aumento na taxa de pessoas com deficiência com o avanço da idade, de modo que é esperado que servidores das instituições de ensino apresentem uma taxa proporcionalmente maior, tanto por aqueles que já ingressaram ocupando vagas destinadas a pessoas com deficiência, quanto daqueles que a adquirem ao longo da carreira.

Gráfico 5 - Proporção da população, por deficiências selecionadas e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil – 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014, p. 81).



A partir de dados coletados no censo de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), podemos verificar essa tendência, ao visualizarmos graficamente a proporção de pessoas com deficiência segundo a faixa etária (Gráfico 5).

Já a realidade na população brasileira é algo que deve ser ressaltado, pois as universidades, com destaque para as instituições culturais que possuem, devem poder receber toda a comunidade na qual se inserem. Segundo a nota técnica 01/2018 do IBGE, uma releitura dos dados de pessoas com deficiência, de acordo com as recomendações internacionais, resultou que 6,7% da população pode ser considerada pessoa com deficiência. Tal porcentagem foi fruto da adoção de uma linha de corte segundo modelo sugerido pelo Grupo de Washington, uma vez que a metodologia anterior apontava para 23,9% dos habitantes do Brasil, quase uma em cada quatro pessoas (IBGE, 2018, p. 5).

1.1 Acessibilidade – fundamentação e dimensões

Com as estatísticas sobre as pessoas com deficiência que fazem parte da população e da educação superior, pesquisamos a resposta normativa do Estado para garantir a esse imenso grupo o acesso à fruição cultural e à educação. Essas normas são importantes para fundamentar as políticas públicas na área da acessibilidade e demandar mais diretamente sua efetivação.

Começando pela norma nacional suprema, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, temos as seguintes previsões legais com relação à Cultura:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V - proporcionar os meios de acesso à **cultura, à educação**, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

[...]

Art. 215. O Estado garantirá **a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional**, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

[...]



Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 2019a, p. 36, grifos nossos).

O direito de acesso à cultura está expresso também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Especificamente sobre a educação superior, a lei previu, em seu artigo 43:

Art. 43. **A educação superior tem por finalidade:**

I - **estimular a criação cultural** e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

[...]

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e **difusão da cultura**, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - **promover a divulgação de conhecimentos culturais**, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - **suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural** e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

[...]

VII - **promover a extensão, aberta à participação da população**, visando à **difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural** e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, p. 27837-27838, grifos nossos).

As universidades devem estimular a criação cultural e sua difusão, por meio da pesquisa e investigação científica e artística, de modo a promover a divulgação de conhecimentos culturais. Os benefícios gerados pela criação cultural e pela pesquisa não devem se limitar ao *campus* acadêmico, mas serem amplamente divulgados e atenderem as necessidades da população em geral por meio das ações de extensão.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu artigo 17, previu que:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, **à educação**, ao transporte, **à cultura**, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, p. 2, grifos nossos).



Se a educação inclusiva é direito de todas as pessoas, a promoção da cultura faz parte dessa proposta educacional e deve ser implantada no ensino superior. O artigo 17, citado acima, deixa claro que o poder público atuará na acessibilidade comunicacional para garantir o direito à cultura.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo (assinados em Nova York, em 30 de março de 2007), promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, afirmou que seus preceitos serão executados e cumpridos inteiramente.

O Artigo 30 da citada convenção, que trata da participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte, referenda que:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

- a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

2. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade. (BRASIL, 2009a, p. 7)

Tem-se aí um marco legal que trata diretamente do acesso e fruição aos bens culturais, com a previsão da participação das pessoas com deficiências e/ou síndromes por meio da acessibilidade aos locais e de formatos acessíveis para sua percepção.

Muito importante para as instituições museológicas foi a criação de duas leis, o Estatuto dos Museus, Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e a que criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Tais leis inseriram o país entre os poucos países com uma política pública de museus. Tiveram alguns de seus dispositivos regulamentados pelo decreto presidencial nº 8.124, de 17



de outubro de 2013, que, entre outras coisas, conferiu ao IBRAM poder fiscalizatório, de caráter pedagógico e orientador, com a finalidade de preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização (BRASIL, 2013, p. 5).

Observa-se, em relação ao citado Estatuto dos Museus, sua orientação frente a essas instituições culturais:

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente (BRASIL, 2009b, p. 3).

Também o Decreto nº 8.124/2013 previu que:

Art. 4o Compete aos museus, públicos e privados:
[...] V – garantir a acessibilidade universal (BRASIL, 2013, p. 2).

Em seguida, ao tratar do dever dos museus em elaborar e implementar o Plano Museológico, que define a missão básica e a função específica da instituição, em inclusão trazida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, p. 10), o Estatuto dos Museus previu que este plano deve contemplar a acessibilidade de todas as pessoas.

Já o decreto nº 8.124/2013, ao regulamentar o Plano Museológico, expressa que este pode contemplar programas arquitetônicos-urbanísticos, que se referem a:

g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, **das áreas em torno da instituição**, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, **acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência**; (BRASIL, 2013, p. 3, grifos nossos).

Ao buscar no ordenamento jurídico uma conceituação para a acessibilidade universal preconizada pela normativa pesquisada, encontramos a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, na qual a acessibilidade foi definida como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações,



transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 2).

Para a promoção da acessibilidade, devem ser evitadas, removidas ou contornadas as barreiras que impeçam sua realização. Essa Lei estabeleceu uma classificação das barreiras que se opõem à acessibilidade:

- a) **barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) **barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) **barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) **barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) **barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2015, p. 2, grifos nossos).

No entanto, observamos que a lei não citou as 'barreiras culturais'. Levanta-se o questionamento de que possivelmente fosse mais adequado posicionar a acessibilidade cultural como o conjunto formado pela quebra de várias barreiras, em variados graus, de acordo com o caso concreto.

As várias vertentes de acessibilidade são elencadas pela doutrina com as seguintes denominações (Quadro 1):

Quadro 1 – Variantes da acessibilidade

Acessibilidade FÍSICA ou ARQUITETÔNICA /URBANÍSTICA	Refere-se às adaptações e construções estruturais nos ambientes e a rota acessível externa às edificações. Garante o acesso físico ao ambiente, bem como a permanência. Trata do acesso a mobiliários da exposição, envolve a colocação de piso podotátil, espaços adequados para circulação, tipos de materiais utilizados, rampas, corrimãos, apoios, acionadores, banheiros etc.
Acessibilidade ATITUDINAL	Eliminação de atitudes, pré-julgamentos, pré-conceitos e estigmas sobre as pessoas com deficiência. Na maior parte das vezes, são barreiras colocadas de forma implícita ou inconsciente. Envolve o preparo de



	peçoas para saber lidar com as diferenças e como agir para incluir, de fato, uma pessoa com deficiência em um ambiente. Para cada tipo de deficiência, há recomendações de boas práticas relacionadas à acessibilidade atitudinal.
Acessibilidade COMUNICACIONAL	Estratégias comunicacionais adotadas pelo equipamento cultural para dialogar com o público. Envolve o uso de tecnologias assistivas que efetivam a inclusão e recepção de pessoas com deficiência, e que variam de acordo com o tipo de deficiência.
Acessibilidade INSTRUMENTAL	Adaptações de instrumentos que são utilizados, de forma a garantir o acesso ao acervo e ao ambiente.
Acessibilidade METODOLÓGICA	Recursos metodológicos como visitas mediadas, jogos, pranchas de comunicação alternativa, adaptações do discurso expositivo do museu etc.
Acessibilidade PROGRAMÁTICA	Base constituída de legislações e demais normativas que objetivem a eliminação de barreiras à acessibilidade em vários contextos.

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir de informações do livro Um museu para todos: manual para programas de acessibilidade (SALASAR, 2019, p. 22-31).

Podemos somar a essas variantes o conceito de acessibilidade psicológica:

[...] o surgimento de uma nova categoria, a acessibilidade psicológica, que corresponde à possibilidade da pessoa perceber-se como inserida/inserível em um determinado ambiente e vislumbrar possibilidades de se relacionar com ele. Ela diz respeito à maior ou menor facilidade do indivíduo pensar em si próprio como alguém pertencente àquele contexto, podendo influenciar o acesso a um local e o seu uso, e implicar em uma atuação social mais eficaz sobre o mesmo. É o que acontece quando um idoso alega não ir a uma casa noturna, não devido à existência de barreiras arquitetônicas que impeçam seu acesso, ou pela falta de informações sobre o local, mas simplesmente por considerar que “aquele não é um lugar para velhos”. (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 121).

As barreiras psicológicas demandam um estudo complexo de aspectos sociais, culturais e psicológicos. Estão ligadas a experiências e memórias dos indivíduos e grupos. Trabalhar com as memórias e as percepções que as pessoas têm dos locais pode resultar na supressão de tais barreiras, tornando esses lugares mais atrativos a um determinado público. “A acessibilidade psicológica inclui as imagens do ambiente (físico e social) formadas pelo indivíduo, entendidas como uma representação mental pautada na configuração desses locais”. (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 121).



Por fim, observamos que faz parte do universo normativo o material produzido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionado à acessibilidade. Uma das mais famosas é a ABNT NBR 9050, atualmente na versão 2020.

As normas de acessibilidade são referendadas diretamente pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que afirma que a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem contemplar os princípios do desenho universal. Para isso, o decreto indica que as normas técnicas de acessibilidade da ABNT são referências básicas, bem como a legislação específica e as regras contidas no próprio Decreto (BRASIL, 2004, p. 6).

A seguir, montamos um quadro com as principais normas técnicas da ABNT no campo da acessibilidade (Quadro 2):

Quadro 2 – Principais normas da ABNT relacionadas com a acessibilidade

Norma ABNT	Descrição
NBR 9050:2020	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
NBR 16537:2016	Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação
ABNT NBR 14022:2011	Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros
NBR 14020:1997	Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso
NBR 14273:1999	Transporte – Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano
NBR 12892: 2009	Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação
ABNT NBR NM 313:2007	Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência
NBR 15646:2016	Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em veículo de transporte de passageiros de categorias M1, M2 e M3 - Requisitos
NBR 14021:2005	Transporte – Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano
NBR 15320:2005	Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário
NBR 14022:2006	Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros
NBR 15570:2008	Transporte — Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros



NBR 15599:2008	Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços
ABNT NBR 15290:2016	Acessibilidade em comunicação na televisão
ABNT NBR ISO 9386-1:2013	Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida — Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional Parte 1: Plataformas de elevação vertical
ABNT NBR 14273:1999	Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Observamos que as atuais normas técnicas, no geral, se aplicam à acessibilidade física e comunicacional. Muitas abordam a questão do transporte, elevadores e plataformas.

1.2 Acessibilidade cultural

Na seção anterior, no Quadro 1, expusemos os conceitos de variantes da acessibilidade, nas suas dimensões física, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica e programática, além de citarmos a quebra de barreiras psicológicas. Nesta seção, discutimos sobre a acessibilidade no campo da cultura.

Sobre o conceito de Acessibilidade Cultural, observamos que existe uma leitura ampla que engloba tanto o aspecto físico do espaço (acessibilidade arquitetônica) quanto os aspectos subjetivos do indivíduo ao ter experiências com o ambiente acessível e seu contato com os produtos culturais (SILVA, 2015, p. 10).

A Acessibilidade Cultural, segundo afirmou Fernanda Silva (2015, p. 22), poderia deter os seguintes aspectos:

[...] o experienciar o espaço, o protagonismo do sujeito da experiência, o desenho universal e o preparo atitudinal, é possível se pensar cada um destes aspectos sob a luz de estudos culturais que tratam de criação simbólica ou da relação entre sujeito e objeto no processo de objetivação do conhecimento (SILVA, 2015, p. 22).

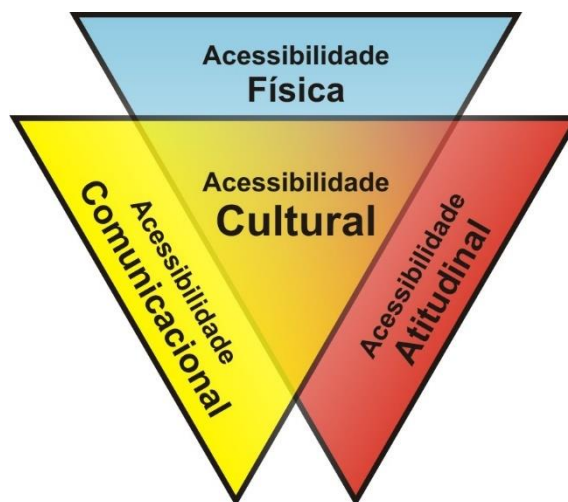


Também Dilma de Andrade Negreiros (2017, p. 25-26) pareceu seguir essa linha de que a acessibilidade cultural corresponderia à união vitoriosa da quebra de várias barreiras:

Pressupõe-se que todos os sentidos inerentes ao ser humano sejam explorados em estratégias de mediação de modo a ultrapassarem as barreiras não só físicas e visuais, mas também as intelectuais, de domínio de linguagem ou idioma existentes entre as pessoas e os bens culturais. (NEGREIROS, 2017, p. 25-26).

Amanda Tojal, museóloga e educadora de museus, consultora em acessibilidade e ação educativa inclusiva para públicos com deficiências em museus e instituições culturais, defendeu que os espaços sejam trabalhados sob três principais aspectos da acessibilidade. A pesquisadora apontou que um diagnóstico de acessibilidade em espaços museológicos deveria ter como parâmetro a eliminação de barreiras físicas, sensoriais (comunicacionais) e atitudinais (TOJAL, 2007, p. 173-179).

Figura 2 – Triangulação Acessibilidade Cultural



Fonte: imagem de elaboração própria sobre o conceito triangular de Tojal (2007, p. 173-179).

Viviane Panelli Sarraf (2018) explicou que as adequações promovidas pelo conceito de acessibilidade trazem resultados que são benéficos para toda a comunidade. Um exemplo são as rampas, que também facilitam a locomoção de pessoas idosas, dos carrinhos de bebê e de materiais. Na acessibilidade cultural, as medidas e atitudes buscam prover bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural.



São beneficiadas pessoas com deficiências, síndromes e todos os outros públicos, suprimindo ou diminuindo as barreiras impostas pelas condições físicas, comunicacionais e intelectuais das pessoas.

A acessibilidade, por sua vez, significa a garantia de percursos sem dificuldades a todos os espaços de um museu, a todas as suas exposições e a todas as pessoas, em todos os momentos. Significa que os usuários possam verdadeiramente percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar os objetos e atividades expostas. (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p. 88).

Viviane Panelli Sarraf (2012, p. 44-45) explicou que, além do cumprimento das normativas, para viabilizar os princípios de acessibilidade e da inclusão social das pessoas com deficiências nos espaços culturais seria preciso trabalhar os seguintes aspectos:

Linguagem expositiva: formas de representação inclusivas e sensoriais;
Informação: conteúdos diretos e claros, que possam ser percebidos de forma multimodal;
Mediação e Comunicação: formas alternativas de transmissão e compartilhamento de conceitos e conteúdos que incentivem maneiras diferentes de fruição e comunicação;
Recepção de visitantes: eliminação de preconceitos e barreiras atitudinais para proporcionar o acolhimento. (SARRAF, 2012, p. 44-45, grifos nossos)

Os três primeiros itens elencados referem-se principalmente à acessibilidade comunicacional nas exposições, algo que deve ser trabalhado em cada nova montagem.

Desta maneira, além de um trabalho permanente de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal, as instituições devem prover instrumentos que façam a comunicação, a estrutura tecnológica, e que a cada nova exposição se comprometa com a utilização dos recursos de inclusão e trabalhe a experimentação multissensorial. Para isso, um trabalho de consultoria poderia ser instituído para auxiliar nas exposições temporárias.

Quanto à recepção dos visitantes, é preciso atenção à acessibilidade atitudinal, na qual um conjunto de boas práticas, de empatia, de eliminação de atitudes, pré-julgamentos e estigmas se traduz em ação de inclusão de um público diversificado, com ou sem deficiência (SALASAR, 2019, p. 22).

Tojal (2007, p. 177) afirmou que o acesso, a independência e a escolha, podem ser traduzidos no direito à autonomia. A autora explicou que esses seriam os itens



mais valorizados pelas pessoas com deficiências. A procura pelo atendimento especializado deveria ser uma opção, realizada por elas no momento em que lhes interessar.

Em uma primeira análise, consideramos as rotas acessíveis fisicamente, ligando e interligando os espaços culturais com as áreas externas a esses, o que poderia ser considerado acessibilidade urbanística. Lembramos o conceito desse tipo de barreiras, trazido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015):

a) **barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo (BRASIL, 2015, p. 2).

Na multidisciplinariedade que parece compor o termo, com participação de diversas áreas do conhecimento, parece-nos mais adequado que a acessibilidade urbanística seja parte integrante da acessibilidade cultural.

É importante destacar que o caminho até a chegada do equipamento cultural faz parte da acessibilidade da edificação, principalmente quando tomamos o caso de um campus universitário, onde o deslocamento de pedestres é predominante.

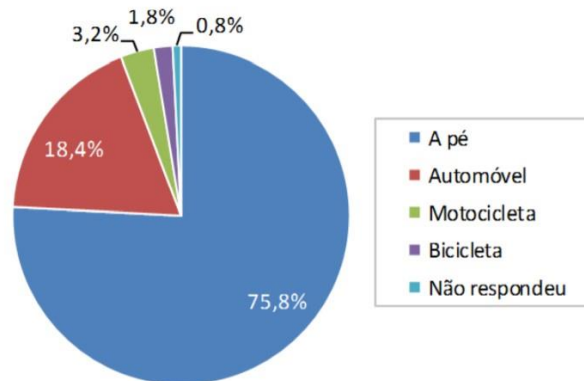
É relevante destacar que a acessibilidade arquitetônica também deve englobar um percurso acessível para que os visitantes possam chegar até o museu com o mínimo de barreiras possíveis (SALASAR, 2019, p. 28).

Ao falarmos em acessibilidade, estamos nos referindo a uma gama de variáveis relacionadas às possibilidades de acesso a um local, discussão que engloba aspectos que vão desde a identificação das trajetórias das pessoas ao se deslocarem em/para áreas específicas e as atividades que ali acontecem. (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 118).

Na tese de Bruna Ramalho Sarmiento (2017, p. 125), a autora verificou que o deslocamento a pé é predominante no Campus I da UFPB, conforme Gráfico 6:



Gráfico 6 – Gráfico do principal meio de locomoção utilizado no deslocamento dentro do campus I da UFPB.



Fonte: dados de 2015, tese de Bruna Ramalho Sarmiento (2017, p. 125).

Nessa linha de entendimento, observamos que o entorno faz parte do acesso aos equipamentos culturais.

A arquiteta Silvana Cambiaghi afirmou que:

Os projetos de acessibilidade em bens culturais imóveis devem resultar de uma abordagem global do mesmo, prevendo intervenções que garantam às pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida, a possibilidade de acesso ao interior do imóvel, sempre que possível e preferencialmente pela entrada principal, ou uma outra integrada à primeira; pelo menos uma rota acessível interligando todos os espaços e atividades abertos ao público; além de serviços e equipamentos como sanitários, telefones públicos e bebedouros acessíveis, vagas de estacionamento reservadas e lugares específicos em auditórios para pessoas portadoras de deficiência; tudo isso devidamente sinalizado com o símbolo Internacional de Acesso, sinalização tátil e sonora (CAMBIAGHI, 2012, p. 82).

O símbolo a ser utilizado, que Cambiaghi citou, faz parte da acessibilidade comunicacional. Trata-se do Símbolo Internacional de Acesso (SIA) (Figura 3), que deve ser fixado de maneira visível ao público nos locais, serviços ou equipamentos que estão habilitados ao uso por pessoas com deficiência.

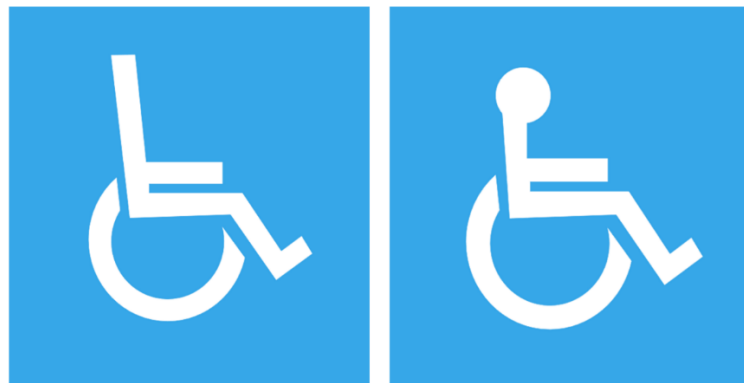
É interessante conhecer a origem de tal pictograma, que remete ao ano de 1968. Foi nesse ano que o Comitê Internacional de Ajudas Técnicas, Habitação e Transportes (cujo nome em 1989 foi modificado para Comissão Internacional de Tecnologia e Acessibilidade – ICTA), efetivou concurso para escolha do Símbolo Internacional de Acesso. Os trabalhos foram avaliados por representantes da União Internacional de Arquitetos (UIA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da



Associação de Desenhistas Gráficos, além de outros participantes. A avaliação resultou na escolha do símbolo criado pela estudante de design dinamarquesa Susanne Koefoed. Entretanto, o pictograma original não possuía cabeça (figura 1), sendo dada a sugestão a Susanne por sua adição, o que foi adotado pela autora (BRASIL, 2006, p. 123).

No ano seguinte, o SAI teve sua aprovação durante a Assembleia da *Rehabilitation International*, ocorrida em 1969, dentro do 11º Congresso Mundial sobre Reabilitação de Pessoas Deficientes (BRASIL, 2006, p. 124).

Figura 3 – Símbolo Internacional de Acesso: versão original (esquerda) e versão final (direita)



Fonte: livro *Construindo a Cidade Acessível*, do Ministério das Cidades (BRASIL, 2006, p. 123-124).

A colocação de tal identificação em locais acessíveis é prevista pela Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, que determinou:

Art 1º - É obrigatória a colocação, de forma visível, do “Símbolo Internacional de Acesso”, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso (BRASIL, 2008b, p. 16).

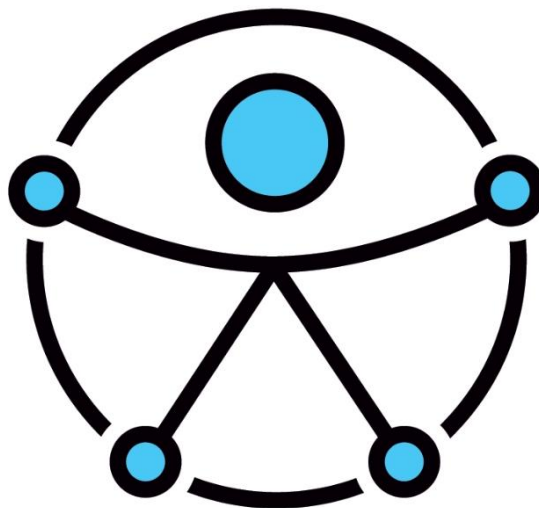
Tal orientação foi reafirmada no Estatuto da Pessoa com Deficiência:

§ 3º O poder público, após certificar a acessibilidade de edificação ou de serviço, determinará a colocação, em espaços ou em locais de ampla visibilidade, do símbolo internacional de acesso, na forma prevista em legislação e em normas técnicas correlatas (BRASIL, 2015, p. 6).



Atualmente, tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 7750/2017, que objetiva a adoção de novo ícone para sinalizar a acessibilidade (figura 2). Trata-se do símbolo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, com o intuito de dar neutralidade e uma ideia mais ampla de acessibilidade, na busca por abarcar todos os tipos de deficiências, uma vez que o símbolo atualmente utilizado possui associação mais direta com as pessoas com mobilidade reduzida, pelo pictograma representativo de um cadeirante.

Figura 4 – Novo símbolo da acessibilidade



Fonte: Organização das Nações Unidas, reproduzido na obra *Acessibilidade, guia prático para o projeto de Adaptações e novas normas* (CONFEA, 2018, p. 33).

Solicitado pela Divisão de Reuniões e Publicações do Departamento de Assembleia Geral e Gestão de Conferências das Nações Unidas, o novo símbolo da acessibilidade foi criado pela Unidade de Desenho Gráfico do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, em Nova Iorque (New York). Entidades que representam as pessoas com deficiências tiveram participação na revisão e seleção no âmbito do Secretariado das Nações Unidas (CONFEA, 2018, p. 32).

Ele foi revisto e selecionado pelos Grupos Focais sobre Acessibilidade, trabalhando com a Força-Tarefa Internacional sobre Acessibilidade no Secretariado das Nações Unidas. O grupo é composto por organizações da sociedade civil eminentes, incluindo as organizações das pessoas com deficiência, tais como pessoas com mobilidade reduzida, Disability Alliance International Rehabilitation International, Leonard Cheshire Internacional e



Human Rights Watch, entre outros. O logotipo de acessibilidade é neutro e imparcial. A utilização do logotipo não implica o endosso pela Organização das Nações Unidas ou do Secretariado das Nações Unidas. (CONFEA, 2018, p. 32).

Desta maneira, a figura humana apresenta-se de braços abertos como simbologia do aspecto inclusivo amplo. O círculo como alcance global, a simetria conectada para remeter aos seres humanos em harmonia na sociedade, em equidade de acesso para todas as pessoas (Ibid., p. 32).

1.3 Desenho universal

Para alcançar a acessibilidade representada pelo símbolo internacional de acesso, um dos conceitos a ser observado é o do desenho universal.

Está diretamente relacionado com a acessibilidade arquitetônica/física, ao ampliar o máximo possível o leque de usuários de uma instituição, com diferentes características métricas. Também tem relação direta com a acessibilidade instrumental e comunicacional, como veremos nos seus princípios básicos.

Cambiaghi (2007, p. 71) afirmou que a expressão desenho universal, ou *universal design*, foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos da América pelo arquiteto Ron Mace (1941-1998), que “articulou e influenciou uma mudança de paradigmas dos projetos de arquitetura e design”. Ron Mace utilizava cadeira de rodas e defendia que a terminologia ‘desenho universal’, que criou em 1987, não se trata de direcionar os projetos a apenas um grupo de pessoas, mas sim buscar atender a todas elas, de modo a evitar ambientes e produtos criados especialmente para pessoas com deficiência (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p. 10-11).

O desenho universal teria a responsabilidade de criar ambientes ou produtos passíveis de utilização pela maior quantidade de pessoas possível. “A implicação de que o desenho universal deve atender a qualquer pessoa é, portanto, um pressuposto da expressão” (CAMBIAGHI, 2007, p. 71). É com base no respeito à diversidade humana que o objetivo é produzir um desenho capaz de proporcionar segurança, autonomia e conforto aos utilizadores, não sendo restrito apenas ao projeto arquitetônico, mas que também alcança a concepção de espaços livres e equipamentos, por exemplo (ZOCCOLI *et al.*, 2010, p. 20).



No Desenho Universal, a arquitetura e a configuração dos mobiliários permitem que a maioria das pessoas se locomova e realize o que deseja com conforto, segurança e autonomia. Calçadas sem obstáculos e com guias rebaixadas, essenciais para cegos e cadeirantes, trazem segurança para a caminhada de idosos, possibilitam que ciclistas, skatistas e patinadores atravessem as ruas com facilidade, e pessoas com carrinhos de bebês possam seguir seu percurso sem exaustão. Um maior número de habitantes pode assim optar por outras formas de locomoção que não os automóveis, gerando uma melhoria da qualidade de vida de todos. (Museu das Telecomunicações, 2016, p. 23)

No aspecto normativo, há previsão no ordenamento jurídico brasileiro. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, definiu o Desenho Universal da seguinte maneira:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

[...]

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. (BRASIL, 2015, p. 2).

Já a utilização do desenho universal foi prevista pelo Decreto nº 5.296, da Presidência da República, de 02 de dezembro de 2004, que afirmou:

Art. 10. A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem **atender aos princípios do desenho universal**, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto.

§ 1º Caberá ao Poder Público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao **desenho universal** nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos.

§ 2º **Os programas e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa e de agências de fomento deverão incluir temas voltados para o desenho universal.** (BRASIL, 2004, p. 6, grifos nossos).

Observa-se que o previsto no referido decreto se coaduna com a referência de Cambiaghi (2007), ao asseverar que as normas técnicas são referências básicas do desenho universal, seu ponto de partida.

Elaine Ostroff (2001 *apud* CAMBIAGHI, 2007, p. 71) afirmou que houve utilização inadequada do desenho universal por vários profissionais, ao resumirem o



fato de tornar projetos acessíveis a um mero aplicar de normas técnicas. O que, segundo a autora, geraria projetos e edificações com problemas de acessibilidade.

Indo além no conceito, com o intuito de auxiliar os profissionais a compreender os parâmetros para projetos inclusivos e universais, na década de 1990, Ron Mace formou um grupo com arquitetos e apoiadores, junto ao Centro para o Desenho Universal da Universidade de Carolina do Norte, que resultou no desenvolvimento de sete princípios (Quadro 3):

Quadro 3 – Princípios do Desenho Universal.

1 USO EQUITATIVO	Espaços, objetos e produtos cuja utilização abrange pessoas com diferentes capacidades, de maneira a tornar os ambientes iguais para todos.
2 FLEXIBILIDADE NO USO	O design é capaz de atender uma ampla gama de preferências individuais e de habilidades.
3 USO SIMPLES E INTUITIVO	O uso é simples de entender, sem depender da experiência do usuário, do conhecimento, de domínio da linguagem ou nível de concentração.
4 INFORMAÇÃO PERCEPTÍVEL	Comunica informação necessária de maneira efetiva ao usuário, independentemente das condições do ambiente ou das habilidades sensoriais do usuário.
5 TOLERÂNCIA AO ERRO	O desenho minimiza perigos e possíveis consequências adversas de ações acidentais ou atos não intencionais.
6 MÍNIMO ESFORÇO FÍSICO	Pode ser utilizado de maneira eficiente e confortável e com um mínimo de esforço.
7 DIMENSÃO E ESPAÇO PARA APROXIMAÇÃO E USO	Tamanho e espaço são apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, sem depender da dimensão do corpo do usuário, postura ou mobilidade.

Fonte: Quadro elaborado a partir de informações presentes no poster da Universidade Estadual da Carolina do Norte, disponível em: https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/poster.pdf

Observamos que a utilização do desenho universal é potencial promotor de uma maior independência às pessoas com deficiência, ao elaborar projetos arquitetônicos e/ou expositivos que permitam a intuição e a minimização de erros, conferindo legibilidade e segurança a espaços e instrumentos. O conceito de projeto expositivo será trabalhado mais adiante.

É importante destacar que o desenho universal pode favorecer a orientação e a acessibilidade comunicacional, ao preconizar, entre seus princípios, a informação perceptível. Pode, inclusive, ser utilizado em projetos expositivos como estratégias de mediação cultural, termo que será explanado a seguir.



1.4 Mediação cultural

Outro importante conceito para esta pesquisa refere-se ao de mediação cultural (MC). A MC diz respeito à maneira como informações são repassadas aos visitantes de um espaço cultural, de forma a enriquecer a experiência do visitante, ao permitir a compreensão de significados que poderiam ser ignorados. A comunicação visual empregada na instituição cultural pode ser considerada um tipo de MC, como uma tabuleta, um painel, uma palestra.

A mediação cultural liga-se à acessibilidade comunicacional, ao passar informações através de placas e outros objetos, e também possui ligação com a acessibilidade atitudinal, através de educadores habilitados, preparados para a interação com pessoas com deficiências diversas.

Teixeira Coelho (1999) observa o mediador cultural como o sujeito que exerce atividades de aproximação entre indivíduos ou coletividade e as obras de cultura e arte. Nessa ponderação, mediar cultura consiste em movimentar relações sociais pelo uso de instrumentos e linguagens artísticas e culturais. Trata-se, portanto, da versão contemporânea atualizada dos termos empregados na década de 1980 – animador cultural e agente cultural – atualização essa ocorrida tanto no discurso quanto na prática. (RASTELI; CAVALCANTE, 2014, p. 45).

O conceito de mediação para Lamizet (1999 *apud* COSTA, 2009, p. 2) abraça a dialética:

A mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tem consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social. (...) É no espaço público que são levadas a efeito as formas da mediação, que trata-se do lugar no qual é possível tal dialetização das formas coletivas e as representações singulares. O espaço público é por definição o lugar da mediação cultural. (LAMIZET, 1999 *apud* COSTA, 2009, p. 2).



Sobre a importância da MC no campo da Acessibilidade Cultural, Mirian Celeste Martins (2014, p. 254) expandiu esse universo ao cartografar seus atores principais:

Para alguns pode parecer uma fragmentação, mas todos os territórios fazem parte de um todo. Apontam diferenças, muitas vezes sutis, campos difusos de fronteiras e de bordas evanescentes. Os territórios formam uma grande cartografia: Ação mediadora; Acessibilidade cultural; Cultura visual; Curadoria Educativa; Desenvolvimento estético; Espaços expositivos na escola; Formação docente; Leitura de imagem: metodologias; Leitura de imagens: camadas interpretativas; Mediação cultural nos museus e instituições culturais; Objetos propositores; Patrimônio Cultural; Políticas e Produção cultural; Provocações e contaminações estéticas; Recepção; Silêncios [...] (MARTINS, 2014, p. 254).

Sobre sua experiência com MC, a autora ressaltou a capacidade da pessoa mediadora de reconhecer as diferentes reações e sensações que as experiências sensíveis promovem, e seu papel em possibilitar a superação da "anestesia" diante da exposição cultural.

No jogo de conceitos teóricos e percepções sensíveis, a mediação cultural vem se condensando em nossas pesquisas e ações na síntese de seu principal objetivo: possibilitar encontros, aproximações à poética da obra e do artista, provocar experiências estéticas que superem a anestesia. Para isso, é preciso olhar o outro e seus desejos. O que pode ser provocador e facilitador para um, pode ser intimidador e opressor para outro. Logo, mediar é estar entre muitos e entre desejos das instituições culturais, dos educadores no museu, dos artistas, dos curadores, dos visitantes – sejam eles crianças, adolescentes, adultos, pessoas com necessidades especiais – dos professores, das instituições escolares, das famílias (...) (MARTINS, 2017, p. 8-9).

Para Perrotti e Pieruccini (2014, p. 10), "a mediação cultural não se define apenas como um conjunto de procedimentos destinados a aproximar o público dos produtos culturais." Para eles, trata-se da tomada de posição em território marcado por posições distintas, que podem ser discordantes, afirmando o caráter plural e público da mediação cultural, ao visualizarem nuances políticas no território discursivo:

O conceito de mediação cultural emerge na contemporaneidade como formulação teórica e metodológica inscrita, portanto, num quadro que reconhece os conflitos, ao mesmo tempo que a necessidade de estabelecimento de elos que viabilizem diálogos necessários à geração de



ordens culturais mais democráticas e plurais. Na diversidade que caracteriza o espaço público, sem silenciar conflitos nem vozes discordantes, sem isolar ou impedir a emergência da pluralidade, das tensões que lhe são próprias, a mediação cultural apresenta-se, pois, como um território discursivo, de embates e possibilidades, ao mesmo tempo que de afirmação da esfera pública como instância superior organizadora e legitimadora do campo simbólico. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 13).

Pluralidade e práticas democráticas, tudo isso pode somar para a valorização da MC, afirmando a importância pública ao dar voz e expressão aos diversos grupos culturais.

1.5 Expografia e acessibilidade

A acessibilidade cultural tem estreita ligação com a expografia. A fruição artística depende não somente de um ambiente com acessibilidade física, da capacitação dos responsáveis pela recepção aos visitantes no atendimento aos diversos públicos, da sinalização dos locais, mas depende também da forma com as obras são expostas. Aqui abrimos espaço para explicações sobre a expografia e podemos iniciar com a explicação de Sabino:

A exposição é o local onde o público tem contato com o acervo do museu. É nela que o museu comunica ao visitante suas narrativas patrimoniais e realiza suas atividades educativas. A exposição é, portanto, o espaço onde o visitante deve ter totais condições de fruir e de compreender o que está sendo exposto. O ambiente expositivo é interdisciplinar. Nele confluem gestores, curadores, pesquisadores, museólogos, educadores, designers e arquitetos. Estes deveriam estar sempre envolvidos em projetos expositivos concebidos na perspectiva da inclusão para todos, contribuindo assim para construção de uma sociedade inclusiva. (SABINO, 2017, p. 239).

A interdisciplinaridade do ambiente expositivo, no qual há método, ordenação e conexão entre diversos profissionais, traduz-se num trabalho coletivo, uma orquestração complexa (FRANCO, 2018, p. 27).

A expografia busca escolher e apresentar as obras seguindo uma narrativa. Essa expressão trata da comunicação com o público e necessita de planejamento para ocorrer.



Uma exposição museológica não é uma simples distribuição de obras e objetos no ambiente. Uma exposição é uma narrativa espacial, uma forma tridimensionalizada de se contar uma história ou uma ideia, ou seja, de produzir conhecimento por meio da herança material e imaterial da humanidade. (SABINO, 2017, p. 246).

Amanda Tojal (2007, p. 174) afirmou que a concepção de uma exposição deve levar em consideração a previsão de pessoas com limitações de visão, de compreensão da linguagem, oral e/ou escrita, que acarretará “a necessidade de incluir objetos, caixas sensoriais, jogos ou equipamentos interativos” (TOTJAL, 2007, p. 174).

Unindo expografia e desenho universal, Sabino afirmou que:

Nesse contexto, a aplicação do Design Universal no processo de elaboração do projeto de uma exposição pode transformar um espaço de comunicação prioritariamente visual em um campo de exploração sensorial e socialmente inclusivo. Pensar em acessibilidade num contexto de uso universal significa transformar o modelo de concepção do espaço expositivo: o entendimento do direito de acesso de todos deve constituir a base para que o uso coletivo se transforme em legado social. (SABINO, 2017, p. 22).

Para o crescimento e desenvolvimento das instituições museais tem sido considerado essencial promover a acessibilidade. Gostaríamos de destacar que a adaptação “não deve ocorrer apenas em relação ao espaço, edifício e circuito expositivo, mas também em relação aos conteúdos das exposições, às coleções, aos programas e atividades promovidas pelos seus diversos setores” (FRANCO, 2018, p. 128).

Além da acessibilidade da informação textual, é importante fornecer alternativas de acesso às coleções expostas. Nesse sentido, deve-se considerar a utilização de réplicas, miniaturas, ampliações ou reproduções em relevo. Em alguns casos, é possível permitir que as obras originais sejam tocadas, utilizando-se luvas quando necessário. (FRANCO, 2018, p. 130)

Entendemos que esse alcance, até o fruir dos conteúdos das obras expostas, completa o conceito da acessibilidade cultural iniciada em tópico anterior, no intuito de garantir às pessoas com deficiências a possibilidade de exercer o seu direito à cultura.

Desta maneira, vencida a etapa de adentrar o equipamento cultural, que contou com acessibilidade no transporte, no estacionamento, nos passeios, no acesso à sala



expositiva, com a orientação dada pela sinalização externa e interna, pelo auxílio de pessoas que trabalham no equipamento cultural, é preciso garantir a acessibilidade comunicativa também no que se expõe:

Nos museus, a informação é apresentada ao público por meio de seus programas de comunicação, sobretudo as exposições e ações educativas e culturais. A promoção da acessibilidade da informação deve se dar em diversos níveis, de forma a possibilitar a compreensão dos conteúdos pelos perfis de público distintos quanto à formação e origem sociocultural. É importante analisar, quanto à acessibilidade, os meios, formatos e suportes adotados para apresentação das informações na exposição ou nos materiais pedagógicos. Para pessoas com dificuldades visuais, são recomendadas impressões com imagens e letras ampliadas, utilização de textos em Braille ou de gravações descritivas em áudio. Para deficientes auditivos, a utilização de mídias variadas, como vídeos legendados ou em libras, ou mesmo a previsão de educadores que dominem essa linguagem estão entre as diversas soluções voltadas à promoção da acessibilidade (FRANCO, 2018, p. 129).

A utilização desses recursos e instrumentos (acessibilidade instrumental) está relacionada diretamente à comunicação em exposições artísticas (acessibilidade comunicacional).

1.6 Experiências em acessibilidade cultural

Ao buscar experiências em acessibilidade cultural, com vínculo com a arte contemporânea e localizadas no Nordeste brasileiro, selecionamos e descrevemos o caso do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), situado na cidade de Fortaleza, no Ceará.

O CDMAC possui funções como incluir a democratização do acesso e a difusão da cultura, suprir a carência de espaços públicos e marcos urbanos identitários na cidade. Nesse centro se encontram o Museu da Cultura Cearense, o Museu de Arte Contemporânea do Ceará e a Multigaleria, além do Teatro Dragão do Mar e a arena de mesmo nome.



O programa “Rumos da Acessibilidade”, realizado mensalmente pelo Museu da Cultura Cearense⁴, buscou ser um local de reflexão, nos quais se pudesse compartilhar conhecimentos, experiências, práticas e pesquisas na área da acessibilidade, no acesso aos bens, serviços e produtos culturais. Foram realizadas temáticas sobre mobilidade nos espaços culturais, fotografia acessível, debates sobre autismo, acessibilidade auditiva em museus e projetos institucionais.

Já o projeto Acesso, também do Museu da Cultura Cearense do CDMAC, começou em 2006, com o propósito de possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência por meio de exposições acessíveis, cursos, oficinas, seminários e palestras. O projeto trabalha em parceria com muitas instituições, como o Setor Braille da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, a Associação dos Cegos do Estado do Ceará, o Instituto dos Cegos do Ceará, a Sociedade de Assistência aos Cegos, o Instituto Cearense de Educação de Surdos, Federação de Surdos do Estado do Ceará, Laboratório de Audiodescrição e Legendagem, Casa da Esperança, Laboratório de Inclusão – Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, Coordenadoria da Pessoa com Deficiência (CRUZ; COSTA, 2017, p. 51).

Entre as ações do Projeto, havia uma preocupação especial com a formação dos educadores, assim como de toda a equipe de funcionários do CDMAC para a recepção e atendimento das pessoas com acessibilidade dificultada em seus espaços. Os educadores, e posteriormente os demais funcionários, tiveram a oportunidade de participar de cursos de Braille, Mobilidade, Libras, Audiodescrição, dentre outros (CRUZ; COSTA, 2017, p. 51).

Desta maneira, podemos observar a dimensão da acessibilidade atitudinal, na preocupação em formar uma equipe preparada para o atendimento das pessoas com deficiências e para desenvolver projetos rumo a uma expografia focada na acessibilidade.

Sabemos que um complexo de museus como o CDMAC, sem vínculo direto com as universidades públicas, não pode ser comparado aos museus e instituições

⁴ O Museu da Cultura Cearense (MCC) é um museu etnográfico que tem como proposta promover a difusão, a fruição e a apropriação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará, mediante ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, visando a inclusão e desenvolvimento sociocultural. Fonte: <http://www.dragaodomar.org.br/espacos/museu-da-cultura-cearense>.



culturais universitárias, que dependem de verbas oriundas dos poucos orçamentos das universidades públicas e de equipes reduzidas de profissionais, que no cotidiano terminam dependendo de grupos de estudantes voluntários para dar continuidade ao trabalho, exigindo muitas horas de formação com novos discentes a cada semestre.

Na UFPB, o grupo de Pesquisa em Arte, Museus e Inclusão⁵ (GPAMI) desenvolve e publica investigações sobre Arte, Museus e Inclusão, as quais compreendem arte/educação inclusiva, estudos sobre museus de arte, curadorias, exposições e educação em arte em contextos formais e não-formais, ou seja, em instituições regulares de ensino ou em instituições culturais, do terceiro setor e comunidades. Atua ainda no campo do ensino de arte e tecnologias da informação e comunicação. Entre os resultados das pesquisas desenvolvidas estão as publicações de artigos em periódicos e em eventos nacionais e internacionais, a publicação de coletâneas, organização de eventos nacionais e internacionais, extensão universitária e orientação/desenvolvimento de pesquisas (trabalhos de conclusão de curso, dissertações e pós-doutorado).

São iniciativas que merecem ser valorizadas e impulsionadas, de grande importância para planejar e concretizar ações no campo da acessibilidade cultural.

No próximo capítulo passaremos à análise das rotas e acessos, a partir do entendimento dos princípios explicitados.

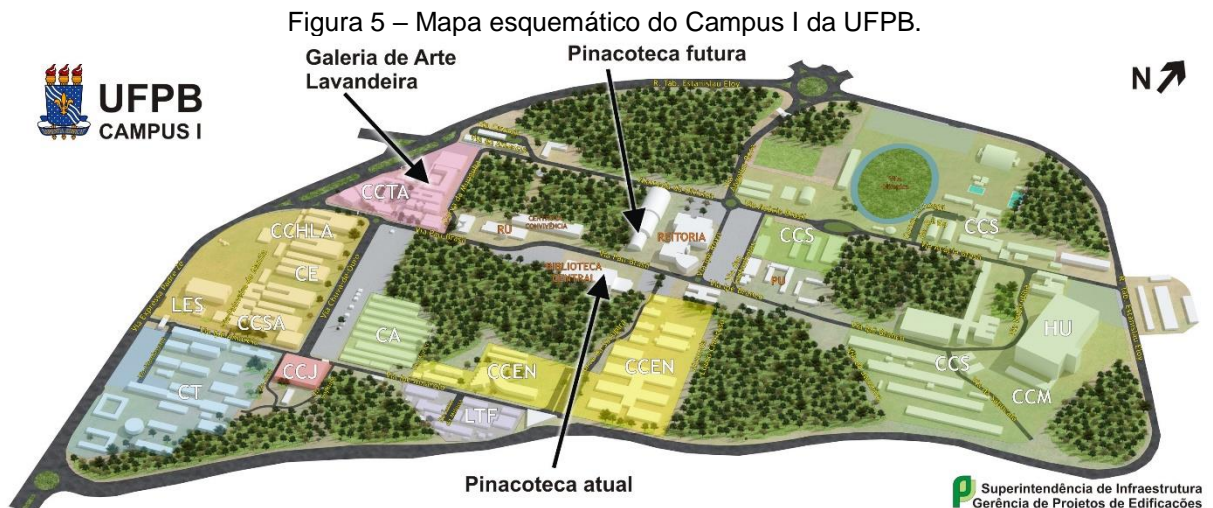
Normas técnicas, que foram elaboradas com base no desenho universal e nas políticas de acessibilidade, serão também utilizadas nas observações.

⁵ O GPAMI foi criado pelo Prof. Dr. Robson Xavier da Costa no ano de 2005 com o nome de Grupo de Pesquisa em Arteterapia e Educação em Artes Visuais, em 2009 foi credenciado junto ao Diretório de Grupos de Pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a atual denominação de Grupo de Pesquisa em Arte, Museus e Inclusão.



CAPÍTULO 2

ESTUDO DE CASO: ACESSIBILIDADE EM EQUIPAMENTOS CULTURAIS VINCULADOS AO DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS DA UFPB



Fonte: elaborado pelo autor a partir da planta geral do campus I da Superintendência de Infraestrutura da UFPB. 2020.

Neste capítulo, realizamos o estudo de caso a partir do conceito de desenho universal, consubstanciado em normas técnicas e em observações que guardam relação com seus princípios, ao analisar a adequação da Galeria Lavandeira e da Pinacoteca da UFPB, indicadas na Figura 5.

Foi efetuada a verificação dos ambientes expositivos desses dois equipamentos culturais do departamento de Artes Visuais da UFPB e sua adequação à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em busca da redução da distância funcional entre os elementos do espaço e a capacidade de ocupação. Trata-se da criação de ambientes que possam ser utilizados pelo maior número de pessoas possível, de modo a promover acessibilidade cultural e arquitetônica (CAMBIAGUI, 2007, p. 71-73).

Os equipamentos culturais foram selecionados pelo atendimento simultâneo das seguintes características:

- Equipamento destinado à fruição cultural das Artes Visuais vinculado ao Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba;
- Equipamento cultural destinado a exposições, guarda e/ou conservação das artes visuais;
- Equipamento cultural localizado no campus I da UFPB.

Nas próximas subseções descrevemos os ambientes pesquisados: a Pinacoteca UFPB, a Galeria de Arte Lavandeira e o projeto da futura Pinacoteca da UFPB. Após, verificamos o percurso cultural, no qual a rota acessível deve interligar e promover maior visibilidade aos equipamentos culturais estudados. O mapa da Figura 6 indica o recorte analisado.

Figura 6 – Mapa da UFPB, campus I, indicando a área estudada.

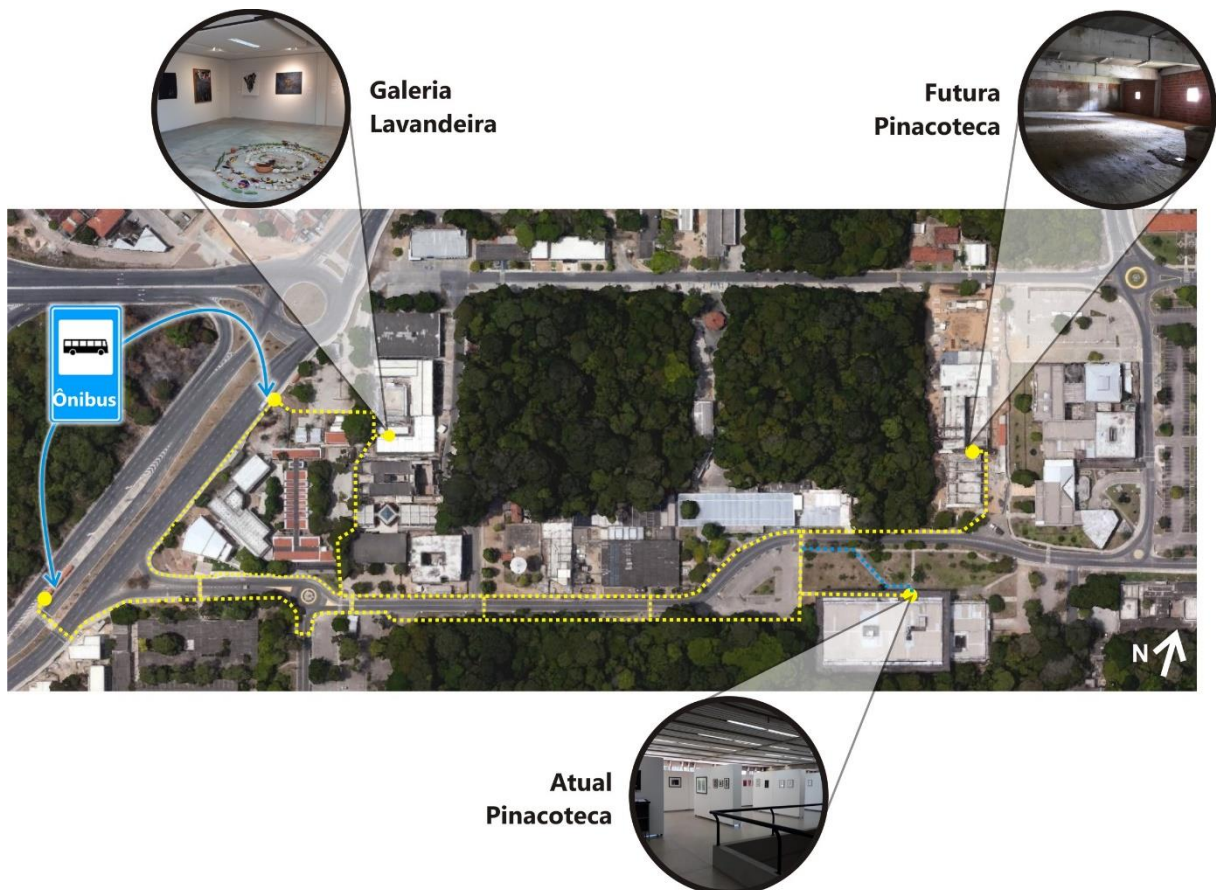


Fonte: imagens editadas do Google Earth, 2020.

Na Figura 7 marcamos os locais nos quais se encontram os equipamentos culturais estudados para focar a possibilidade de integração de rota entre os três locais. Esses três espaços marcados foram descritos nas próximas subseções. Após, realizamos a análise dos caminhos marcados sobre o mapa, que correspondem ao utilizado pelos pedestres desde o desembarque do transporte público.



Figura 7 – Rotas traçadas a partir das paradas de ônibus.



Fonte: edição sobre mapa do Google Earth, 2020.

2.1 Descrição dos equipamentos culturais

Os equipamentos culturais analisados são importantes para o ensino, a pesquisa e a extensão na área de artes visuais da UFPB. São espaços de ação cultural que ampliam a capacidade de reflexão, que trazem aspectos de memória, identidade, cidadania, patrimônio e história.

Participantes ativos de um processo educativo, cultural e científico, esses equipamentos e suas equipes atuam na articulação do ensino e pesquisa e viabilizam a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. São espaços promotores da formação cidadã, que levam em conta o aspecto subjetivo das pessoas



e seu potencial aprendente, com conteúdo de formação profissional e pensamento investigativo unidos na realidade social e cultural.

2.1.1 Pinacoteca UFPB

Figura 8 – Vista do passeio em direção ao acesso principal da Biblioteca Central da UFPB.



Fonte: acervo próprio. 2019.

A Pinacoteca da UFPB é um equipamento cultural vinculado ao Departamento de Artes Visuais (DAV), do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), e que funciona no 1º e 2º andares da Biblioteca Central (BC) da UFPB.



Figuras 9 – Vistas da fachada principal da Biblioteca Central da UFPB.



Fonte: acervo próprio. 2019.

O prédio da Biblioteca Central da UFPB foi projetado em 1978, com referências da arquitetura brutalista, pelos arquitetos José Galbinski⁶ (1933 -) e Armando José de Carvalho⁷ (1951 -). Armando foi colaborador e desenvolvedor do projeto, trabalhando na Prefeitura Universitária da UFPB. A obra foi concluída em maio de 1981.

⁶ José Galbinski nasceu em Porto Alegre e formou-se pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1957). Pós-graduado no MIT, PhD em Cornell, fez pós-doutorado na Hunter College, em Nova York. Mudou-se para Brasília em 1968 e hoje é coordenador do curso de arquitetura do UniCeub, após ter lecionado por 25 anos na UnB. (SANTOS, 2014, p. 147).

⁷ Armando José de Carvalho Graduiu-se pela Universidade Federal de Pernambuco (1975). Radicou-se em João Pessoa onde passou a atuar na Prefeitura Universitária da UFPB. Foi presidente do IAB-PB. (SANTOS, 2014, p. 289).



Certamente o edifício mais significativo foi o da Biblioteca Central (1978). A partir da transferência da administração universitária do Centro da cidade para o campus, a antiga biblioteca deu lugar definitivamente à reitoria, sendo necessária a construção de um edifício sede. Então, foi feito um convênio com a Universidade de Brasília sob a direção do arquiteto José Galbinski, que contou com a colaboração do arquiteto pernambucano Armando de Carvalho, para desenvolver o projeto arquitetônico. José Galbinski tinha experiência no tema por já ter feito outros projetos como o da Biblioteca Central da UnB (1968), em colaboração de Miguel Pereira; e, anos depois, realizaria o projeto da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (1978). (SANTOS, 2014, p. 147).

Como característica do brutalismo no edifício da BC da UFPB, as cores da edificação vêm dos próprios materiais que a compõem. Pontualmente foram adotadas pinturas apenas para proteção dos materiais contra agentes agressivos, como nos tubos dos guarda-corpos.

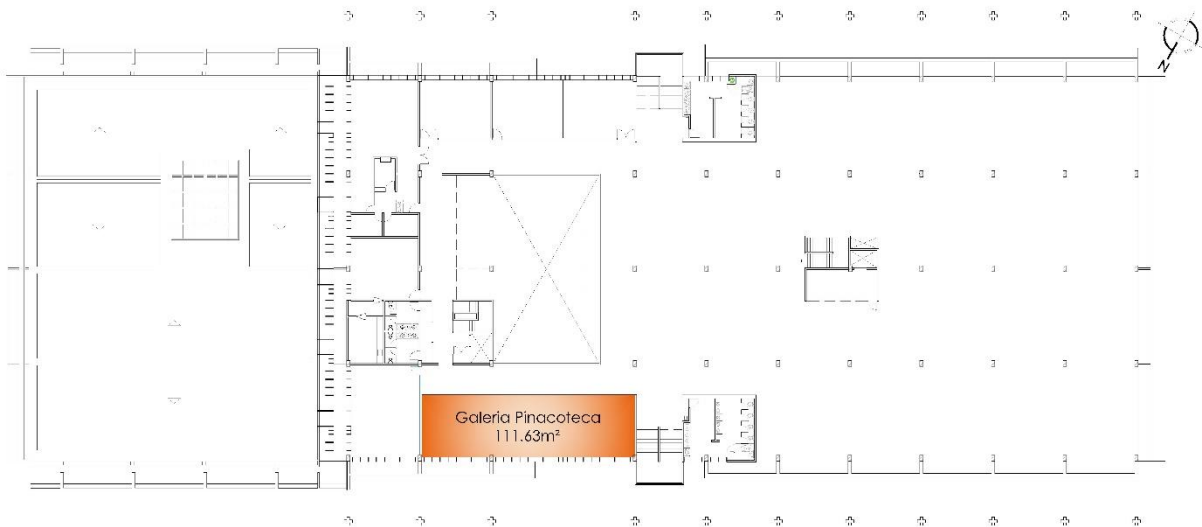
A Pinacoteca da UFPB teve sua fundação no ano de 1987, pelo Artista e Educador Hermano José (1922 – 2015). Seu início ocorreu com a incorporação de obras de artistas nordestinos que foram adquiridas pela administração da UFPB, através da doação de artistas cujas obras participaram de exposições na universidade. Com o tempo, o acervo original ampliou-se e, atualmente, soma mais de quinhentas obras. Artistas paraibanos e de outros estados do nordeste são autores de pinturas, desenhos, gravuras e esculturas presentes no acervo. (COSTA, 2019, p. 1912).

O ambiente da galeria (sala de exposição) situa-se no 1º andar, em uma área de 111,63m² (Figura 10). Seu acesso ocorre por meio das escadarias principais ou por um elevador existente, previsto desde a fundação da biblioteca.

Trata-se de um espaço retangular sem pilares, com piso em granilite natural polido. Seus limites laterais são: ao sul, o guardacorpo para o átrio interno; ao norte, com a fachada frontal, por uma parede envidraçada vazada; a oeste, faz limite com a parede de concreto da escadaria, e, por fim, ao leste, limita-se por um pano de vidro temperado, que separa esse ambiente de uma área destinada ao descanso dos usuários da biblioteca.



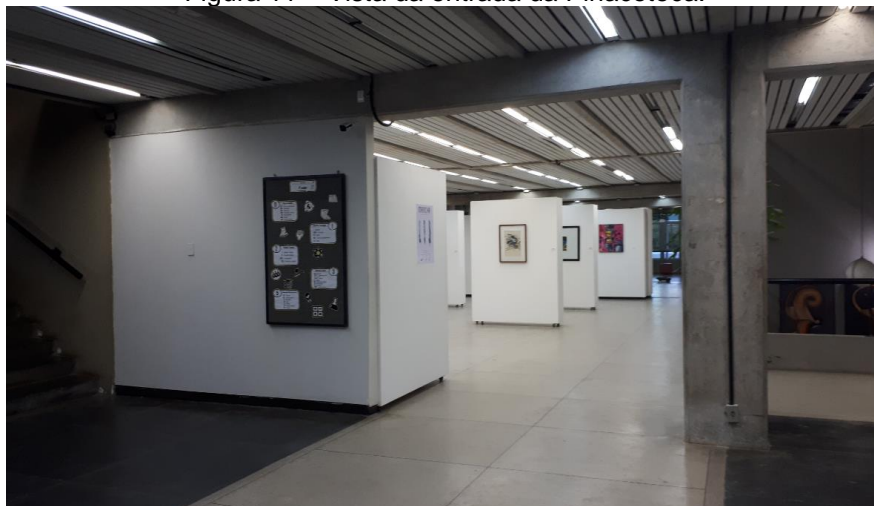
Figura 10 – Planta do 1º andar da Biblioteca Central da UFPB, com marcação da área ocupada pela galeria da Pinacoteca.



Fonte: elaborado a partir de arquivo digital da planta baixa fornecido pela SINFRA/UFPB. 2020.

O forro do espaço apresenta-se em lambri de régua de alumínio vazado, acima do qual foi utilizada manta acústica. Nele estão presentes as luminárias fluorescentes tubulares, o padrão utilizado em todo o pavimento da biblioteca, nas áreas de leitura e estantes (Figura 11). O local conta com iluminação e ventilação natural providas pela parede com *brises* em vidro (Figura 12). Como suporte para as obras expostas e reformatação do espaço, são utilizadas caixas móveis de compensado com pintura branca.

Figura 11 – Vista da entrada da Pinacoteca.



Fonte: acervo do autor. 2019.



Figura 12 – Vista de exposição na Galeria da Pinacoteca



Fonte: acervo do autor. 2019.

Não há indícios de que o projeto original previsse a Pinacoteca na Biblioteca Central no espaço em que se encontra. Desta maneira, entende-se que a iluminação presente e a conformação do local não foram pensadas para exposições.

Após mais de 30 anos de existência o acervo tornou-se referência para Arte Paraibana. Apesar da importância do mesmo, a Pinacoteca UFPB funciona desde sua fundação em instalações provisórias, nas dependências da Biblioteca Central da UFPB, apresentando condições inadequadas para a conservação e exposição das obras sobre sua salvaguarda, mesmo com o esforço dos diversos Coordenadores responsáveis pelo equipamento cultural ao longo da sua existência. (COSTA, 2019, p. 1912).

A importância deste equipamento é destacada por Costa (2019, p. 1913), que afirmou:

A presença de um equipamento cultural do porte de uma Pinacoteca no âmbito de uma Universidade Pública Federal, no contexto do Nordeste Brasileiro, é uma possibilidade da instituição garantir formação, preservação,



divulgação e manutenção de um acervo de artes visuais representativo para a região. (COSTA, 2019, p. 1913).

Atualmente, a edificação encontra-se fechada para reforma, a qual destina-se a ajustar a Biblioteca para sistemas de prevenção e combate a incêndio.

O acervo da Pinacoteca foi deslocado temporariamente para uma sala localizada no prédio da Reitoria da UFPB.

2.1.2 Galeria de Arte Lavandeira

O mais recente dos dois equipamentos teve suas atividades iniciadas no primeiro semestre de 2015, com o objetivo de ser um espaço de debate, informação e pesquisa em Artes Visuais contemporâneas.

Está localizada no Bloco "B" do Centro de Comunicação Turismo e Artes (CCTA) da UFPB, uma edificação disposta em forma de "U", com três pavimentos. No pátio criado pela edificação, localiza-se o Cine Aruanda (Figura 13).

O projeto do bloco no qual está localizada a galeria é de autoria do arquiteto Claudino Lins, atualmente professor do departamento de Engenharia Civil da UFPB, e da arquiteta Juliana Fernandes, segundo consta no projeto arquitetônico da obra.

Figura 13 – Localização da Galeria Lavandeira no Bloco B do CCTA.

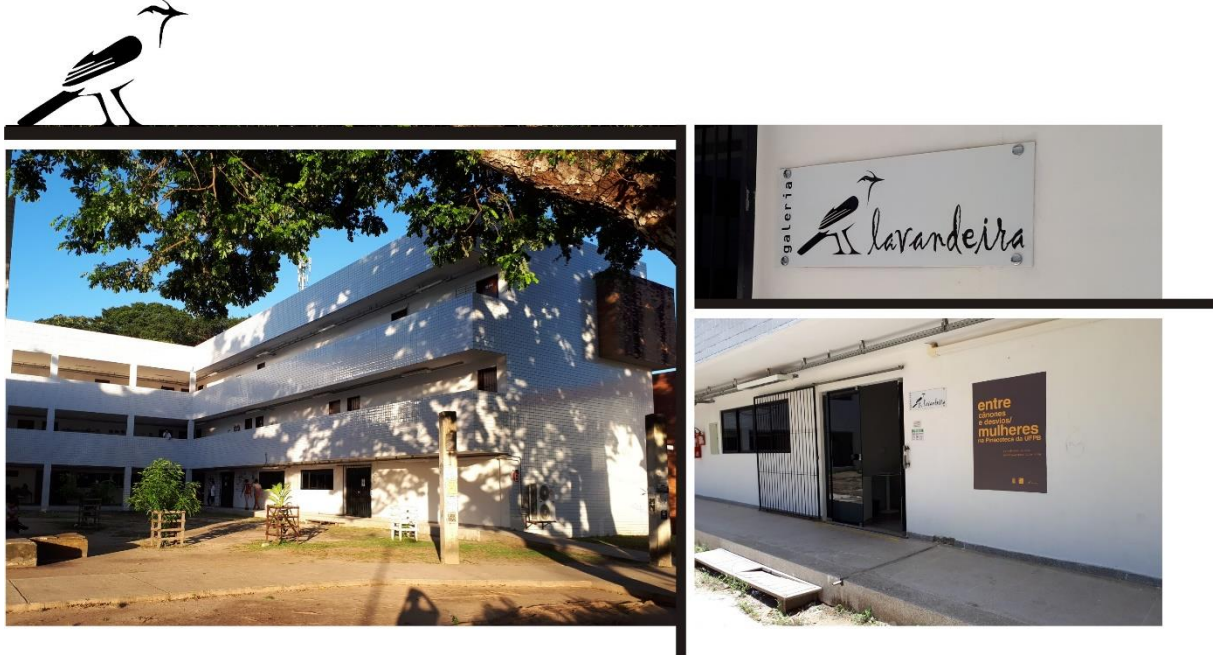


Fonte: elaborado a partir de arquivo digital da planta baixa fornecido pela SINFRA/UFPB.

A Galeria de Arte Lavandeira encontra-se no pavimento térreo, na extremidade do bloco, ocupando uma área de cerca de 72,00m², em uma sala de 8,00 x 9,00m.



Figura 14 – Vista externa do Bloco "B" do CCTA e do acesso para a Galeria de Arte Lavandeira.



Fonte: acervo do autor. 2019 e 2020.

A Galeria apresenta um único acesso, que se liga à circulação da edificação e dali, por meio de rampa, alcança a circulação geral dos blocos (Figura 14).

Figura 15 – Vistas do espaço interno da Galeria Lavandeira.



Fonte: acervo do autor. 2020.

O piso da sala é revestido de cimento queimado natural e as paredes são de alvenaria emassada e pintada. O forro de gesso apresenta luminárias embutidas tubulares fixas para iluminação geral e luminárias aparentes móveis, para iluminação direcional (Figura 15).



Figura 16 – Vistas da exposição "AFECTOS".



Fonte: acervo do autor. 2019.

A galeria acolhe artistas e promove o incentivo às artes visuais por meio de exposições temporárias e, ainda, projetos educacionais e culturais, participando ativamente da vida cultural da cidade (Figura 16).

2.1.3 A futura Pinacoteca no Centro de Arte e Cultura

O Centro de Arte e Cultura da UFPB é um projeto datado de dezembro de 2009. Trata-se de uma edificação que abrigará vários espaços culturais, como a futura pinacoteca, museu, cinema, salas para convenções e teatro com capacidade para 1200 pessoas, em uma área construída de cerca de 8.313,69m². Como arquitetos autores, constam Claudino Lins e Juliana Fernandes nas pranchas do projeto. Localizado em frente à Reitoria da UFPB, teve as obras iniciadas em 2011, mas há alguns anos encontra-se paralisado, estando em estudo sua retomada (Figura 17) (Figura 18) (Figura 19).



Figura 17 – Vista externa da obra e entorno do Centro de Arte e Cultura.



Fonte: Google Earth. 2017.

Figura 18 - Vista interna da obra, pavimento superior.



Fonte: acervo próprio. 2020.

Figura 19 – Vista aproximada do volume no qual se situará a Pinacoteca.

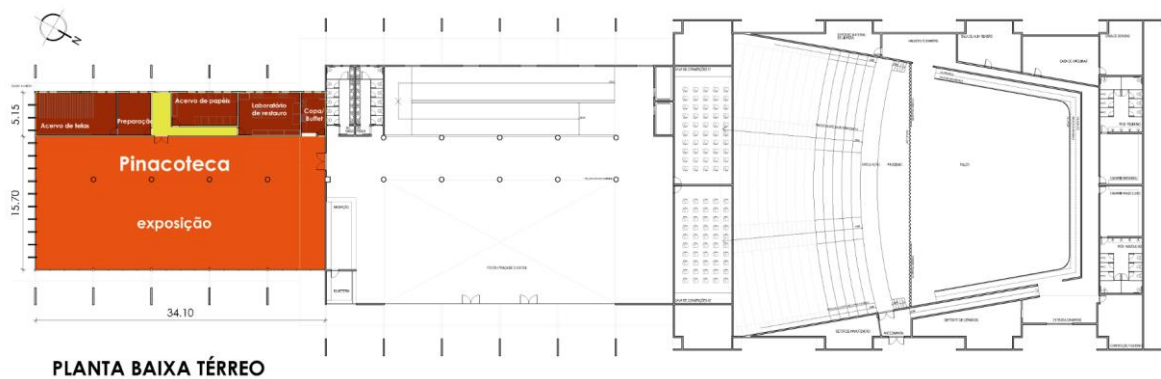


Fonte: acervo próprio. 2020.



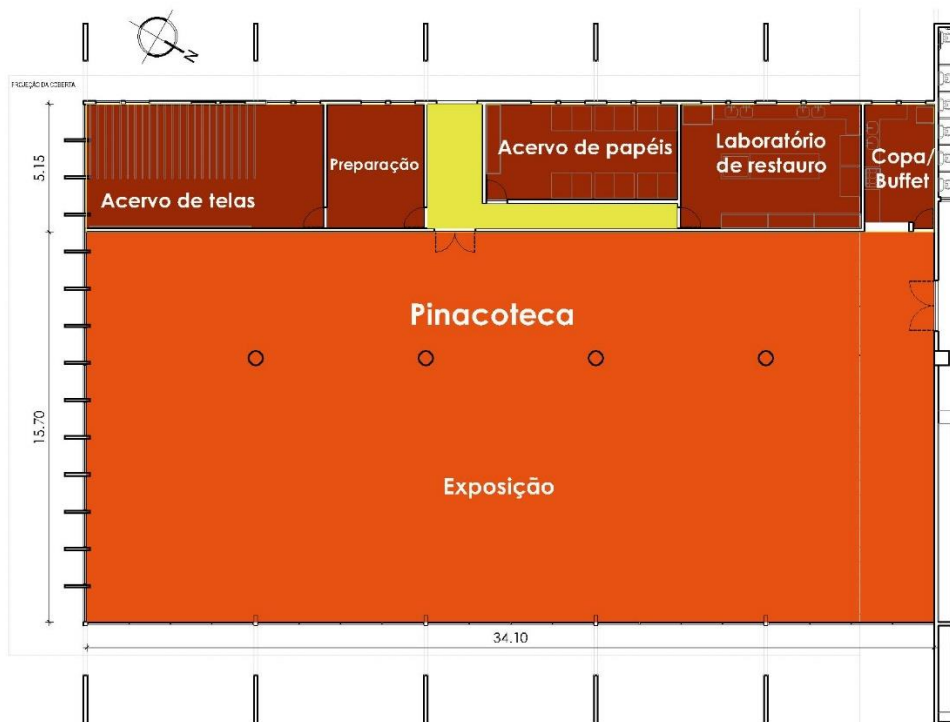
A nova pinacoteca localiza-se no piso térreo do projeto, bem próxima ao acesso principal, com área total de 712,02m² (Figura 20). A área de exposição, em um espaço retangular com quatro colunas de seção circular dispostas em linha no interior do salão, possui 536,15m² (Figura 21). O restante, 175,87m², são de área de apoio, onde estão incluídas salas de preparação do acervo, laboratório de restauro, acervo de telas, acervo de papéis e copa/buffet.

Figura 20 – Pavimento térreo do Centro de Arte e Cultura.



Fonte: edição própria de destaque (2020) sobre projeto fornecido pela SINFRA. 2009.

Figura 21 – Ampliação da planta da nova pinacoteca.



Fonte: edição própria de destaque (2020) sobre projeto fornecido pela SINFRA. 2009.

No interior da edificação (Figura 22), observamos que o espaço para exposições, 4,8 vezes maior que o disponível na BC, encontra-se com a estrutura erguida.

Figura 22 – Vista interna do futuro espaço para exposições da Pinacoteca.



Fonte: acervo do autor. 2020.

Quando estiver pronta, a edificação poderá abrigar, expor e salvaguardar de maneira apropriada o acervo permanente da instituição. Para a pinacoteca, significará, enfim, contar com um espaço próprio onde possa desenvolver suas atividades culturais com estrutura mais adequada, que refletirá na satisfação de toda a comunidade acadêmica e da sociedade em geral.



2.2 Verificação das rotas principais entre os equipamentos culturais estudados na UFPB

Neste tópico analisamos as rotas principais entre os equipamentos, a partir de levantamento em plantas, mapas, visitas exploratórias e fotografias do local. Foi realizada a descrição dos passeios, rampas, obstáculos, nível de conservação, sinalização e adequação à acessibilidade.

Nos guiamos pelo conceito de rota acessível, trazido pela NBR 9050:

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação. (ABNT, 2020, p. 52).

As áreas das edificações de uso público ou coletivo devem possuir ao menos uma rota acessível. No caso de áreas de uso restrito das edificações (como barriletes, casa de máquinas e áreas técnicas de natureza similar) não há necessidade de atendimento às normas de acessibilidade da NBR 9050 (ABNT, 2020, p. 52).

Nesse momento, em uma revisão do estado da questão, citamos o amplo estudo “Acessibilidade em sistema em circulação de pedestres no Campus I da UFPB” desenvolvido pela pesquisadora Bruna Ramalho Sarmiento (SARMENTO, 2012), em dissertação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB.

A presente pesquisa buscou atualizar em parte, nove anos depois⁸, a análise de acessibilidade feita por Sarmiento acerca do recorte espacial representado pela rota que interliga os equipamentos das artes visuais estudados. Foi realizado um novo levantamento do trajeto, a partir do principal acesso veicular e de pedestres do campus, para verificar possíveis mudanças nos obstáculos detectados.

⁸ O levantamento no local realizado por Sarmiento (2012, p. 67) ocorreu entre junho e julho de 2011. Os mapas axiais refletem a situação em janeiro de 2012.



Na dissertação, primeiramente a pesquisadora analisou a sintaxe espacial das rotas em todo o Campus I da UFPB.

A Teoria da Sintaxe Espacial trata da relação comportamento-ambiente, foi criada pelo Teórico da arquitetura Bill Hillier (1937-2019), com a arquiteta Julienne Hanson (1950-) e colaboradores da Universidade de Londres. Pela teoria, a forma como se organizam os caminhos (ruas, calçadas, espaços internos de edificações, etc.) tem relação com o fato de serem mais ou menos utilizados. O estudo foi apresentado na obra “The Social Logic of the Space”, de 1984. (SEAMON, 2019, p. 158).

O espaço axial é um dos conceitos base da sintaxe espacial, que representa um trajeto por meio da mais extensa linha reta que pode ser traçada para representá-lo, antes que mude de direção ou atinja um obstáculo.

Seamon afirmou que a Teoria da Sintaxe Espacial fornece possibilidades fenomenológicas (2019, p. 159-160). Aponta duas razões para a importância fenomenológica das linhas axiais. Uma delas é o fato dessas linhas serem indicadoras da perspectiva final a partir do início do eixo. Essa relação, de onde se está e do ponto de vista mais distante, possui atuação bastante relevante na orientação ambiental, que influi na capacidade de situar-se no local para descobrir o percurso para alcançar determinado lugar. A outra razão é que essa rede de linhas axiais promove uma representação mais clara do campo de movimento potencial de determinado local.

A importante descoberta de Hillier é que teias de caminhos configurados de diferentes modos desempenham um papel importante na geração de diferentes padrões de movimento e encontro face a face entre pedestres e outros usuários.

[...]

Do ponto de vista de uma fenomenologia do lugar, o que chama a atenção na sintaxe espacial é que ela oferece um veículo descritivo para prever como a rede de caminhos de um lugar funciona para facilitar ou inibir os padrões de movimento em todo aquele lugar. Apesar de sua estrutura objetivista, a sintaxe espacial reúne e mantém juntas as partes do lugar que sustentam as travessias dentro desse lugar. [...] Cada linha de percurso, em outras palavras, não é interpretada como uma peça de percurso separada e desassociada, mas como um encadeamento contínuo e integrado do tecido de percurso maior. (SEAMON, 2019, p. 159).

Hillier (1989, p. 10) explicou que a integração é a medida mais importante das técnicas de análise da sintaxe espacial. Em um mapa no qual os percursos são



representados por eixos, cada um é conectado a outro, seja diretamente ou por meio de outros desses elementos, por um mínimo de “passos”, que seriam a quantidade de eixos intermediários até o objetivo. Essa propriedade quantitativa foi chamada de “profundidade”, uma linha seria tão mais profunda em relação a outra, quanto maior fosse a quantidade mínima de linhas a serem percorridas para chegar nela. O “valor de integração” é uma maneira matemática de expressar o quão profunda é, em relação às outras do sistema.

O caminho mais integrado tem grande importância por ser aquele que normalmente deverá ser percorrido para atingir outros locais. Desta maneira, apresenta grande potencial de usuários. Um caminho segregado tenderá a ser utilizado apenas por um número mais limitado de usuários, que se utilizarão dos locais a ele mais proximamente conectados.

Hillier chamou de movimento natural o termo que exprime a potencialidade de uma rede de caminhos em, de forma direta, ter influência em favorecer ou desfavorecer o movimento e as interações de encontro dos pedestres (SEAMON, 2019, p. 160).

A sintaxe espacial oferece um exemplo superlativo de como a espacialidade e a materialidade ambiental – embora em certo sentido inertes e passivos – podem contribuir ativamente para moldar os mundos humanos cotidianos de uma maneira e não de outra. (SEAMON, 2019, p. 160).

Em um resumo dos próximos passos, demonstrada a importância da sintaxe espacial para a escolha e análise da rota, dela partimos, por meio de mapas axiais de conectividade e integração, elaborados por Sarmiento.

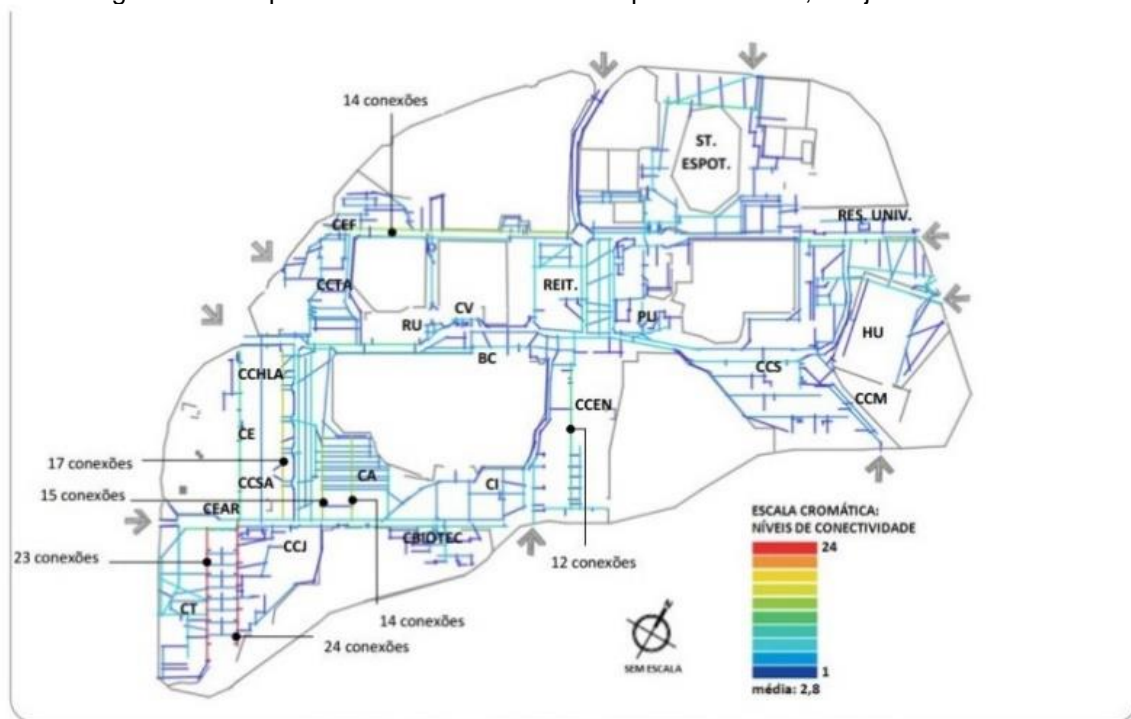
Posteriormente, seguindo no sentido de estudar a orientação dos pedestres, expandimos a análise ao elaborar e analisar os grafos de visibilidade da rota, que resultaram na identificação de locais com melhor visibilidade, que podem ser utilizados para sinalização de forma a auxiliar na acessibilidade comunicacional e num sistema *wayfinding*.

Além disso, fizemos a atualização do levantamento *in loco*, para analisar o atual estado de acessibilidade da rota estudada e da permanência dos eixos traçados na pesquisa de 2012. Ao final, apresentamos em matriz de descobertas os destaques do trajeto.



Dando início à análise, com base na circulação de pedestres, tem-se o mapa axial de conectividade (Figura 23) elaborado com auxílio do aplicativo Mindwalk por Sarmiento (2012, p. 77). Nele a pesquisadora indicou quais eram as rotas com maior número de conexões. A rota que sai da agência bancária da Caixa Econômica Federal (CEF) em direção à reitoria apresenta 14 conexões, sendo uma ligação do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), onde se encontra a Galeria de Arte Lavandeira, passando pelo Arte e Cultura (que abrigará a futura Pinacoteca) até a Reitoria, que, provisoriamente, abriga a Pinacoteca (uma vez que a Biblioteca Central, local original, encontra-se atualmente em reforma).

Figura 23 – Mapa axial conectividade do Campus I da UFPB, em janeiro de 2012.



Mapa Axial Conectividade do Campus I da UFPB – Situação em janeiro de 2012.
Fonte: Levantamento de campo, 2012, sobre mapa em Auto CAD, cedido pela PU.

Fonte: dissertação Bruna Ramalho Sarmiento (2012, p. 77).

No **mapa de conectividade** (Figura 23), atribui-se maior nível àqueles segmentos que são mais conectados a outros segmentos. As linhas que possuem alta conectividade são propensas a serem significativas, já que têm potencial de prover acesso a um número considerável de outras linhas axiais.

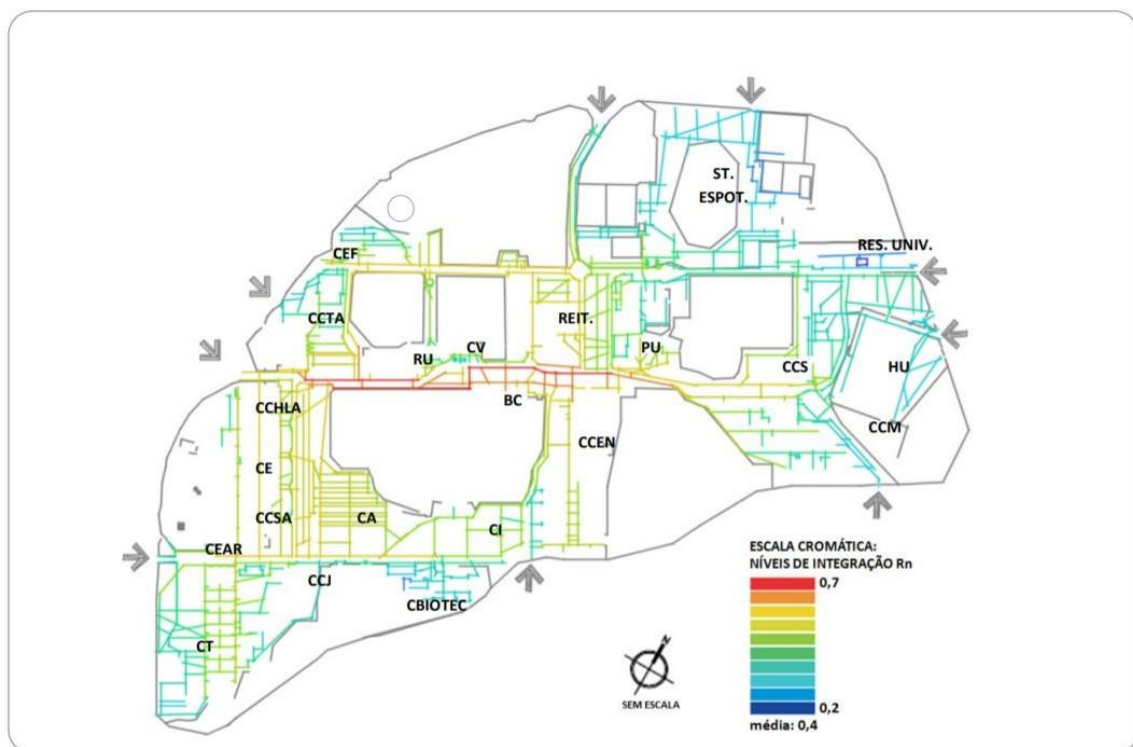


A construção do mapa foi feita por segmentos de reta. Então, por exemplo, no caso da rota que vai do CCHLA/CCTA até a Reitoria, por haver mudança de direção em alguns pontos (como em frente ao Restaurante Universitário), a autora traçou novos eixos, acompanhando a nova direção. O que seria uma rota única, apresentar-se-á como várias partes. Desta maneira, cada segmento tem suas próprias conexões, o que diminui a conectividade das linhas que formam a rota, aparecendo como menos conectadas, já que essa característica é avaliada em cada segmento, separadamente.

No entanto, na rota que vai do CCTA/CEF até a Reitoria, foi traçado um único segmento em um dos lados da via. Por isso, todas as conexões do caminho são a ele atribuídas, aumentando a conectividade desse trecho (14 conexões). Isso ocorre pela característica dos eixos, que são as maiores linhas retas que cobrem um caminho. As mudanças de direção implicam novos segmentos, abrem novas perspectivas.

Partimos para a análise do **mapa de Integração** do campus I da UFPB, elaborado por Sarmiento (Figura 24):

Figura 24 – Mapa Axial Integração Rn do Campus I da UFPB



Mapa Axial Integração Rn do Campus I da UFPB – Situação em janeiro de 2012.
Fonte: Levantamento de campo, 2012, sobre mapa em Auto CAD, cedido pela PU.

Fonte: dissertação Bruna Ramalho Sarmiento (2012, p. 81).



Percebemos que a rota mais integrada é a que liga o CCHLA à BC. Esta apresenta-se como o caminho menos segregado do campus, aquele que será o mais utilizado na circulação geral. Trata-se do eixo que se apresenta mais próximo, quando considerado o conjunto de eixos que compõe o sistema de circulação interna do campus, o mais facilmente acessível.

Observe-se que a rota CCTA/CEF/Reitoria, que no mapa anterior apresentava-se bem mais conectada do que a rota CCHLA/CCTA/Reitoria, no mapa de integração apresenta-se mais segregada. Isso ocorre considerando que a sintaxe espacial indica sua menor integração, maior profundidade (passos), apesar da maior quantidade de conexões que, no entanto, possuem um atendimento localizado.

A rota mais integrada, CCHLA/CCTA/Reitoria, foi a escolhida para análise e para efetuar o estudo de acessibilidade. É o caminho que potencialmente pode atender de forma ampla a todo o campus, com maior capacidade de promover o encontro, a inclusão.

Nesse ponto, avançamos um pouco na análise da sintaxe espacial para elaborar os gráficos de visibilidade, que não foram objeto da dissertação de Sarmiento.

Patrick Alasdair Fionn Turner (1969-2011) foi um cientista computacional britânico com grande contribuição para o desenvolvimento da Teoria da Sintaxe Espacial. Turner, junto a Doxa, O'Sullivan e Penn, desenvolveram uma metodologia para a análise do espaço arquitetônico por meio de isovistas e dos gráficos de visibilidade. A isovista refere-se à área em um ambiente que é diretamente visível de um determinado ponto dentro desse ambiente. Várias isovistas podem resultar em um gráfico de visibilidade mútua de um ambiente (TURNER *et al.*, 2001, p. 103).

Utilizando o gráfico de visibilidade, podemos ampliar as isovistas e as atuais análises baseadas em grafos do espaço arquitetônico para formar uma nova metodologia para a investigação de relações de configuração. A medição das características locais e globais do gráfico, para cada vértice ou para o sistema como um todo, é de interesse do ponto de vista arquitetônico, permitindo-nos descrever uma configuração com referência à **acessibilidade e visibilidade**, para comparar de local para local dentro um sistema e para comparar sistemas com diferentes geometrias. Finalmente, **mostramos que as propriedades do gráfico de visibilidade podem estar intimamente relacionadas a manifestações de percepção espacial, como localização de caminhos, movimento e uso do espaço**. (TURNER *et al.*, 2001, p. 103, tradução nossa, grifo nosso).



Utilizamos um aplicativo com a função de analisar a sintaxe espacial. O DepthmapX v0.7.0, versão lançada em junho de 2019, é um programa de código aberto, que trabalha em diversas escalas, cuja função é realizar um conjunto de análises de redes espaciais projetadas para entender processos sociais dentro do ambiente construído. Com o referido programa, realizamos a análise da sintaxe espacial com relação à conectividade visual.

Na escolha do campo de visão, Turner (2004, p. 10), criador do aplicativo Depthmap original, explicou que podem ser levados em consideração, por exemplo, a altura dos olhos e a altura dos joelhos. Esse tipo de divisão ocorre ao se levar em consideração variados graus de acessibilidade, pois, na altura dos olhos, é possível ter um alcance visual de forma a perceber sinalizações e trajetos, já a visibilidade na altura dos joelhos é mais indicada para o caso de existência de mobiliário urbano, jardineiras e outras barreiras que dificultem ou impeçam a locomoção.

A altura dos olhos geralmente captada refere-se a uma altura de uma pessoa em pé. Propomos ser interessante a geração de campos de visão da altura dos olhos de uma pessoa sentada, como forma de analisar um determinado espaço físico, em um conceito mais inclusivo, que pode abarcar tanto usuários de cadeira de rodas quanto pessoas de baixa estatura e crianças.

O conceito de conectividade na visibilidade representa a quantidade de espaços visíveis de forma direta a partir de um ponto (TURNER, 2004). Já a integração na visibilidade trata da distância visual de um espaço para os demais, mesmo que não sejam diretamente visíveis (HILLIER, 2007). Um espaço será mais inteligível quanto mais possa ser compreendido pelos usuários (HILLIER et. al., 1987).

A partir dos mapas do Campus I, fornecidos em formato DWG pela Superintendência de Infraestrutura (SINFRA) da UFPB, geramos no programa DepthmapX a análise da conectividade visual, primeiramente englobando todo o campus I.

Observamos no mapa geral (Figura 25) que as áreas que teriam maior visibilidade com relação a pontos diretos, ou seja, mais conectadas visualmente, correspondiam às áreas em frente ao ginásio de educação física e à região da pista de atletismo, em tons de amarelo a vermelho (mais conectado). Isso ocorreu pelo fato dessas áreas contarem com amplos espaços livres.

As áreas vermelhas conseguem visualizar diretamente uma maior quantidade de áreas, e, também serem vistas por uma maior quantidade de isovistas. Podemos perceber pelo mapa que, nos cruzamentos das vias, já era possível observar uma mancha amarela, representando uma conectividade visual mais forte que, contudo, foram eclipsadas pelo nível mais alto apresentado na área de atletismo. Os locais de cor azul mais escura representam as áreas com menor conectividade visual.

Figura 25 – Mapa do Campus I da UFPB, com gráfico de conectividade visual.



Fonte: imagem gerada pelo autor no programa DepthmapX, sobre arquivo DWG fornecido pela SINFRA – UFPB.

Fizemos um recorte mais aproximado do local estudado, como forma de ter resultados mais específicos (Figura 26). Verificamos que os locais de maior conexão visual se localizavam próximos à reitoria, correspondendo às vias que passam junto ao estacionamento do prédio.

Convém observar que o processamento não levou em consideração a existência de árvores que possuam copa ou caule que dificultem a visualização.

Árvores ou veículos altos podem causar decréscimo na conectividade visual. Pela escala do estudo, o estacionamento foi tomado como uma praça aberta.

Observamos que o eixo CCHLA até a STI apresentava uma boa taxa de conectividade visual, consoante indicam as manchas amarelas presentes no caminho.

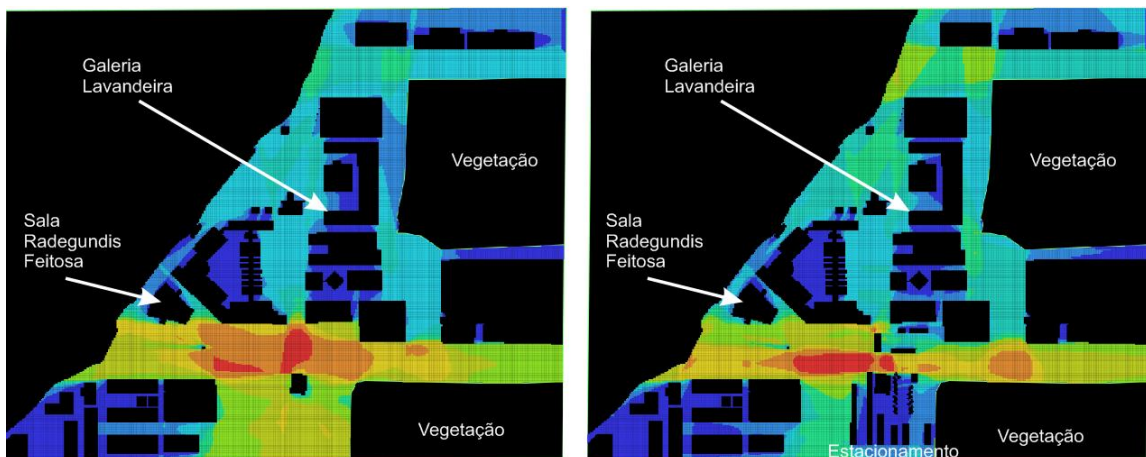
Figura 26 – Gráfico de conectividade visual em recorte do Campus I - UFPB.



Fonte: imagem gerada pelo autor no programa DepthmapX, sobre arquivo DWG fornecido pela SINFRA – UFPB.

Realizamos um recorte com maior limitação de área, para estudar um ponto de confluência na rota, situado entre o CCHLA e o CCTA.

Figura 27 – Gráfico de conectividade CCHLA/CCTA.



Fonte: imagem gerada pelo autor no programa DepthmapX, sobre arquivo DWG fornecido pela SINFRA – UFPB.

Podemos observar (Figura 27) que a área mais conectada visualmente foi identificada em frente à lanchonete existente no local, próximo à rotatória. Em termos de acessibilidade comunicacional, esse local apresentou uma boa visibilidade, além de estar em um ponto de conexão entre eixos bastante significativos.



No mapa da direita (Figura 26), como forma de tornar mais próximo da realidade diária dessa região, representamos o estacionamento simulando o espaço dos carros como obstáculo à visibilidade. As vagas para veículos são bastante utilizadas em todos os turnos.

Por conseguinte, observamos que a presença dos carros agiu como elemento bloqueador da visibilidade, alterou significativamente algumas manchas e impulsionou a área da rotatória como mais conectada visualmente.

Nos mapas de visibilidade apresentados, as análises ocorreram internamente ao campus. As áreas junto aos limites do campus, em contato com as vias externas, não foram utilizadas na geração destes gráficos.

As análises geradas foram importantes para auxiliar na definição de trajetos, locação de edificações, de mobiliário urbano e de sinalizações, que poderiam resultar em uma rota mais legível. Na importância de se estudar a morfologia urbana, Kevin Lynch (1997, p. 12) explicou o conceito de legibilidade da paisagem citadina:

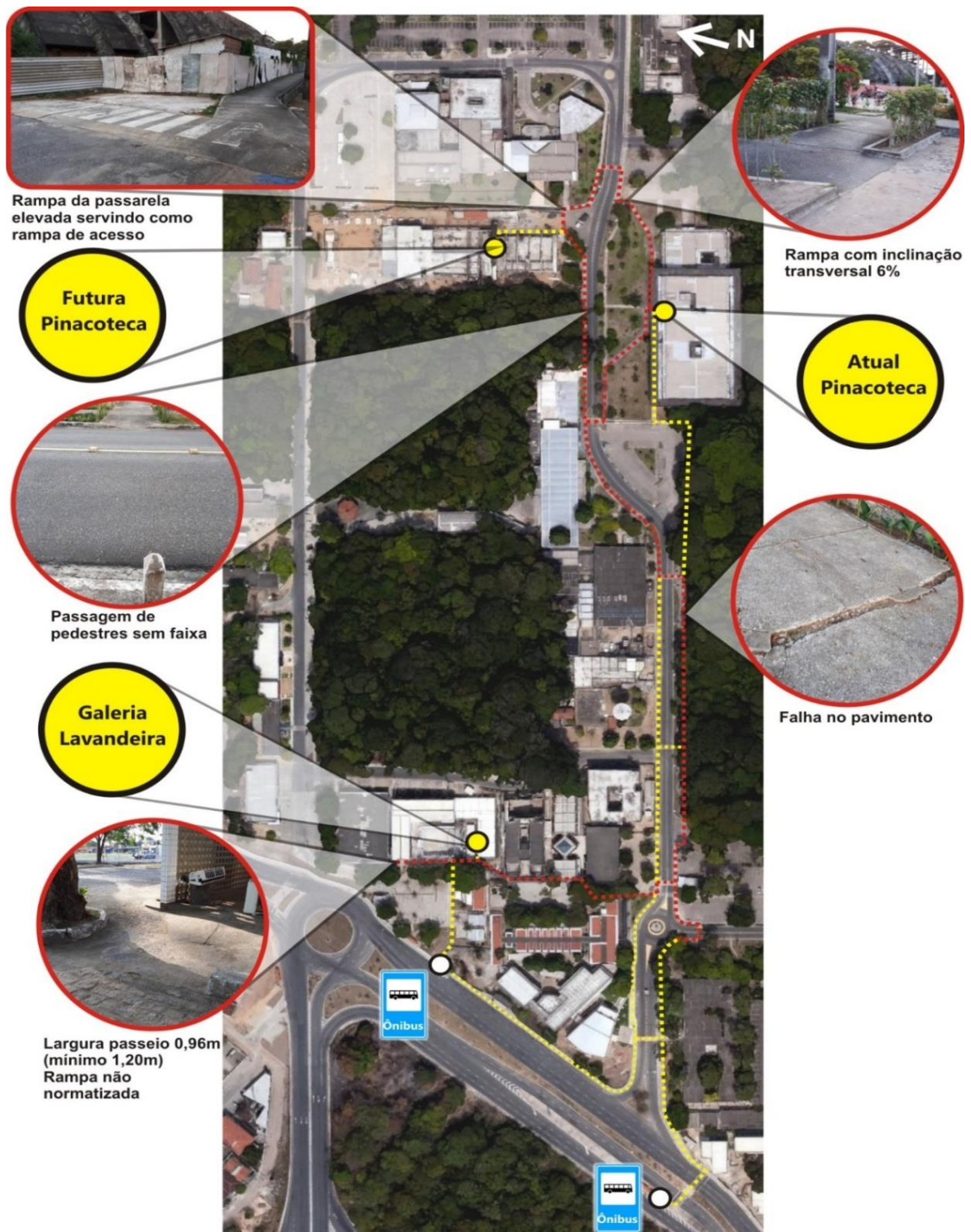
Com isto, pretendemos designar a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente. Tal como essa página impressa, sendo legível, pode ser compreendida visualmente como uma estrutura de símbolos reconhecíveis, assim também uma cidade legível seria aquela cujas freguesias, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais. (LYNCH, 1997, p. 12)

A Teoria da Sintaxe Espacial traz uma análise matemática que trabalha pelo reconhecimento dessa legibilidade, pelo norteamento do processo ao qual se somam fatores outros, como os psicológicos, que envolvem a segurança e o bom estado do passeio.

A Figura 28 demonstra os caminhos a serem analisados, a partir das paradas de ônibus dos dois sentidos da Via Expressa Padre Zé, que são as mais próximas ao eixo mais integrado do Campus.

Devem ser levados em consideração a proteção contra intempéries, o sombreamento, o fator de segurança do local, a iluminação, o bom estado do passeio.

Figura 28 – Matriz de descobertas com atualizações dos pontos elencados na pesquisa de Sarmiento (2012).



Fonte: fotos de 2020, acervo próprio, edição própria sobre mapa do Google Earth. 2020.



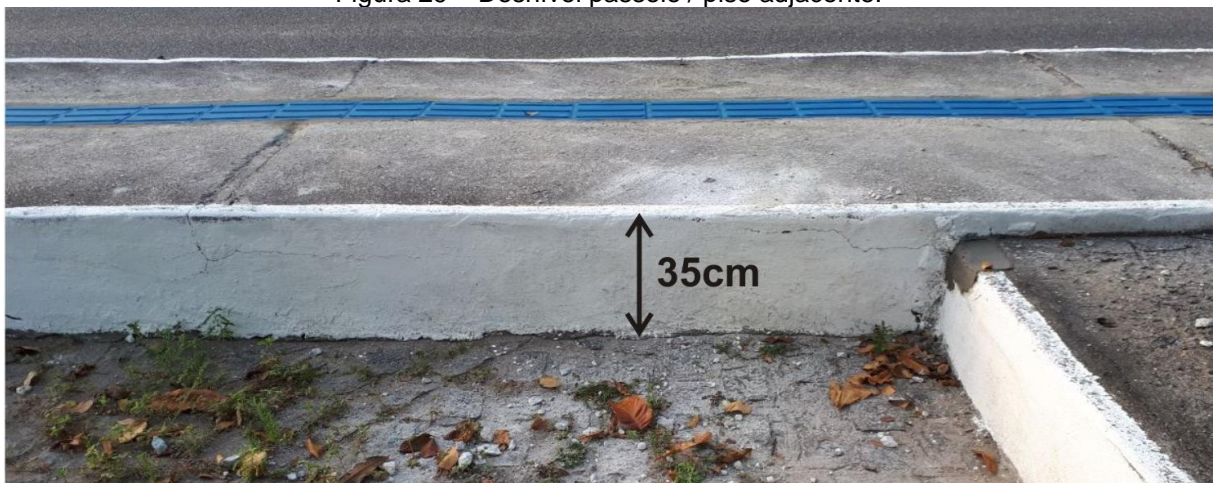
Observamos os apontamentos feitos na pesquisa de Sarmiento (2012, p. 104) nos trechos coincidentes com nossa rota de acesso aos equipamentos culturais. Esses trechos foram marcados em tracejado vermelho (Figura 28).

Verificamos se as observações, com base em levantamento feito em janeiro de 2012 pela pesquisadora, subsistiam até a data do nosso levantamento, realizado em 2020. Ao todo, foram nove itens apontados, dos quais seis subsistiam.

Levantamos também dois trechos bastante importantes: a entrada do CCHLA até a rotatória interna em frente ao departamento de música, em dois trajetos a partir dos pontos de ônibus (sentido Bancários e sentido Castelo Branco, marcados em tracejado amarelo na Figura 28).

Verificou-se que em dois momentos da rota, ao lado do estacionamento em frente ao CCHLA e no estacionamento ao leste da BC, o passeio apresentava desnível de pelo menos 35 cm em relação ao piso do estacionamento (Figura 29). Pela NBR 9050, desníveis a partir de 18 cm precisam ser trabalhados com faixa de proteção e talude e, se forem acima de 60 cm, com guardacorpo.

Figura 29 – Desnível passeio / piso adjacente.



Fonte: acervo próprio (2020).

Não observamos a existência de bancos ou lixeiras no trajeto que vai do estacionamento em frente ao CCHLA até a Biblioteca Central, o eixo de integração do campus. Trata-se de um trajeto longo da parada de ônibus até a entrada da BC, cerca

de 610 metros. Uma pessoa com deficiência, idosa ou com alguma dificuldade de mobilidade poderia precisar descansar ou recompor para continuar o trajeto.

A NBR 9050/2020 recomenda que, para circulações com até 3% de inclinação, seja prevista uma área de descanso a cada 50 metros, fora da área de circulação, com bancos com encosto e braços (ABNT, 2020, p. 56).

Observamos que, no quesito iluminação, os postes agora contam com lâmpadas do tipo *LED*⁹, com brilho mais pronunciado. Verificamos necessidade de um ajuste, em trecho próximo ao reservatório, que precisava de mais iluminação, pois os postes nesse trecho estavam muito espaçados.

Figura 30 – Luminárias em Led.



Fonte: acervo próprio (2020).

Outra observação que se faz, para melhorar a acessibilidade dos trechos estudados, é o fato de que havia passarela coberta apenas em uma pequena parte do trajeto objeto da pesquisa. Essa cobertura localizava-se no CCTA. Já com relação ao eixo mais integrado do campus, não havia proteção contra as intempéries.

Identificamos avanço com a colocação de placas nas esquinas das ruas internas que, além de nomear as vias, contam com indicações da direção dos centros

⁹ Do inglês *light emitting diode (LED)*, diodo semicondutor emissor de luz ao ser percorrido por uma corrente elétrica.



e de equipamentos principais do campus. Mas não encontramos menção aos equipamentos culturais e nem sinalização para pessoas cegas ou com baixa visão. Na Figura 31, vemos a única menção ao equipamento cultural existente na rota.

Figura 31 – Sinalização Galeria Lavandeira



Fonte: acervo do autor. 2020.

A acessibilidade comunicacional pareceu necessitar de um impulso mais forte do que a acessibilidade física.

A sinalização urbana exerce forte influência na experiência do usuário com o ambiente urbano, já que através da (des)organização de seus elementos, limita-o ou possibilita-o de apreender o espaço e toda a sua dinâmica. Logo, imaginar a cidade sem um sistema de sinais implica na desvalorização dos espaços e na instauração de conflitos resultantes da ausência de informações que devem ser essenciais para que o pedestre (ou o usuário em qualquer outro modal de transporte) possa se orientar e realizar as suas atividades com autonomia e segurança (MATIAS; COSTA, 2016, p. 91).

Outro ponto que merece destaque na avaliação da rota é a acessibilidade atitudinal. Foram encontradas muitas motos estacionadas sobre o passeio (Figura 32) utilizando-o como pista de rolamento. A acessibilidade atitudinal trabalha com a conscientização das pessoas para saberem agir no sentido de uma sociedade inclusiva. Nesse sentido, temos a seguinte definição de barreiras atitudinais:

Barreira Atitudinal – gerada pelas atitudes e comportamentos dos indivíduos, impedindo o acesso a de outras pessoas a algum local, quer isso aconteça de modo intencional ou não. São situações comuns a esse tipo de barreira: o motorista que estaciona o veículo sobre a calçada, dificultando a circulação de pedestres; a pessoa que, para deixar o local mais atraente, coloca um vaso com plantas no patamar da rampa de acesso a um edifício,



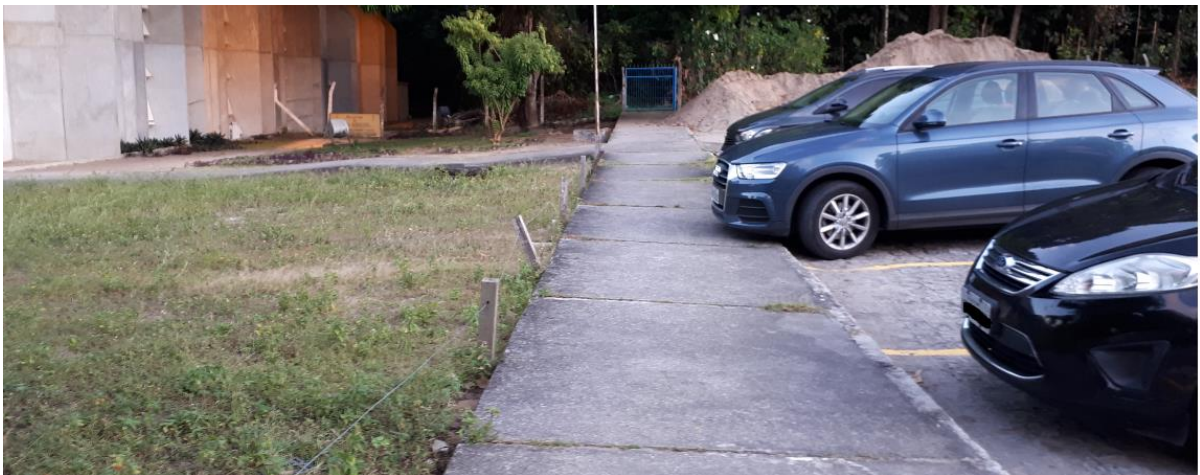
embora isso dificulte a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas. (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 119).

Figura 32 – Obstáculo atitudinal independente do projeto.



Fonte: acervo do autor. 2020.

Figura 33 – Obstáculo atitudinal que pode ser corrigido pelo projeto urbanístico.



Fonte: acervo do autor. 2020.

Entender que os passeios devem ser mantidos desimpedidos, de modo a permitir a locomoção das pessoas, mormente aquelas com deficiência, relaciona-se com saber viver em sociedade.

Na maioria das vezes, as barreiras atitudinais estão colocadas de forma implícita ou inconsciente, fazendo com que o outro coloque uma barreira sem ao menos dar-se conta do que acabou de fazer. Para tal, é importante que se façam ações de conscientização e sensibilização para a diversidade humana



e oficinas de promoção de protagonismo da pessoa com deficiência (SALASAR, 2019, p. 22).

Em termos de projeto, há que se prever alguns comportamentos, como no caso de estacionamentos nos quais não há batedores para os pneus, de forma a limitar o avanço dos carros sobre o passeio (Figura 33). Em um dos trechos da nossa rota, tal avanço do veículo fez com que a calçada perdesse a largura mínima de 1,20m requerida pela NBR 9050.

No geral, a qualidade dos espaços de circulação no campus mostrou-se muito boa, principalmente ao se comparar com a realidade da situação das calçadas em diversos bairros da cidade. Apesar dos problemas, a rota permitia a uma pessoa em cadeira de rodas circular até as edificações dos equipamentos culturais.

No momento do levantamento, havia projetos em execução de sinalização tátil nos passeios, que tornavam mais acessíveis esses espaços. O Laboratório de Acessibilidade (LACESSE) e a Superintendência de Infraestrutura (SINFRA) vêm atuando no sentido de implementar cada vez mais a acessibilidade no campus. É preciso continuar a avançar, melhorar os espaços promovendo mais conforto, segurança e uma sinalização mais efetiva.

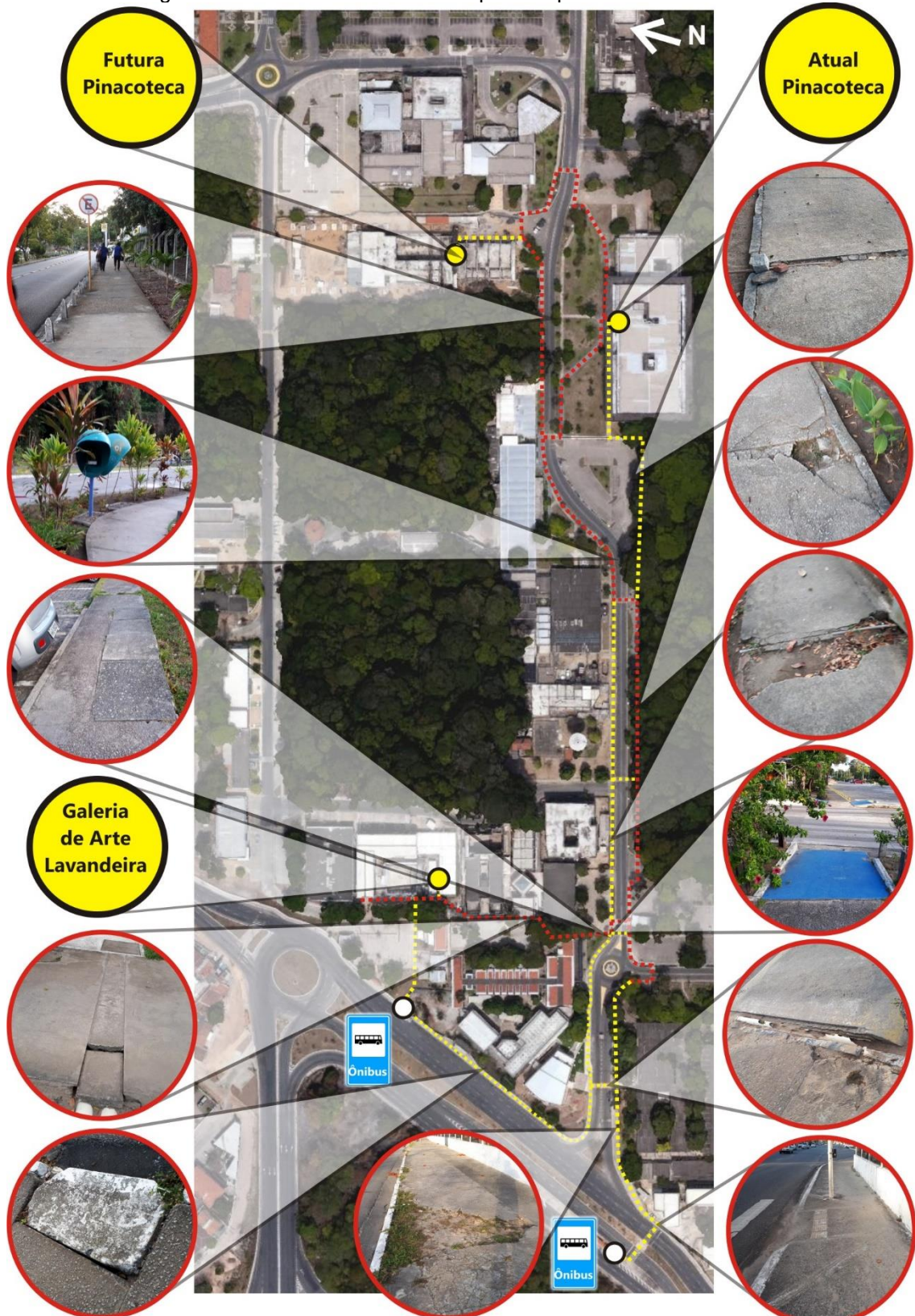
No levantamento documental, verificamos a existência de um projeto para o eixo que vai do estacionamento em frente ao CCHLA até o RU, com colocação de piso tátil, conforme Figura 34.

Tanto esse projeto, ainda a ser executado, quanto a implantação da rota acessível na área externa da Biblioteca Central remontam ao “Projeto UFPB para todos: eliminando barreiras”, aprovado em 2010, sob a coordenação da Prof. Dra. Angelina Dias Leão Costa, coordenadora do LACESSE da UFPB. O objetivo desse laboratório foi prover apoio às atividades de ensino nas disciplinas do curso de arquitetura e urbanismo, que tenham vínculo com as áreas de projeto (de edificações e urbano) e tecnologia da arquitetura. Promove também a consolidação de pesquisa científica e a prática da extensão na área.

Trata-se de um trecho piloto de rota acessível que foi projetado no período 2011-2012. Uma importante contribuição do LACESSE para servir de conscientização para todo o campus.



Figura 35 – Matriz de descobertas: pontos que dificultam a acessibilidade.



Fonte: fotos de 2020, acervo próprio, edição própria sobre mapa do Google Earth. 2020.



Figura 36 – Matriz de descobertas: pontos impulsionadores da acessibilidade.



Fonte: fotos de 2020, acervo próprio, edição própria sobre mapa do Google Earth. 2020.



2.3 Verificação da acessibilidade nas edificações estudadas

A análise deste tópico limitou-se às observações prévias feitas, ocorridas antes de março de 2020, uma vez que, desde essa data, os equipamentos culturais do Campus I encontram-se funcionando remotamente, por meio de exposições e atividades digitais. Até a finalização da presente pesquisa, ainda não há data para o retorno presencial, tendo em vista o agravamento da situação brasileira na pandemia Covid-19 no início do ano de 2021.

Além disso, a Biblioteca Central, desde o fim de 2019 encontra-se fechada para reforma de adequação aos projetos de prevenção e combate a incêndio, de maneira que a Pinacoteca foi deslocada de forma provisória para a antiga sala do reitorado, no prédio da reitoria.

Para iniciar o assunto desta subseção, é importante observar que, ao se falar em acessibilidade de uma edificação, normalmente relaciona-se à eliminação de barreiras físicas. Conforme afirmou a pesquisadora Dilma Negreiros, a “Acessibilidade Arquitetônica é a mais comum de ser encontrada, devido aos movimentos históricos de sensibilização, conscientização e fiscalização do cumprimento da legislação vigente em âmbito nacional e internacional” (NEGREIROS, 2007, p. 14).

A identificação de barreiras físicas envolve verificar se o espaço contempla toda a diversidade do público e se promove a circulação sem obstáculos. Os museus e instituições culturais recebem pessoas de diferentes estaturas, capacidade de mobilidade, com graus de deficiências visuais que devem ser contempladas com conforto e bem-estar na utilização dos equipamentos culturais.

Nos museus, os obstáculos podem se iniciar no lado externo do edifício, nas entradas e saídas, continuar na circulação interna vertical (escadas e falta de alternativas às escadas), horizontal (corredores, vãos portas, dificuldades para efetuar manobras, manusear botões, maçanetas ou equipamentos, pisos escorregadios ou altura inadequada de balcões e mesas) e se completar com a má localização dos objetos em exposição (colocados em painéis, vitrines e bases com iluminação e altura inadequadas ou expostos de forma a facilitar acidentes) (TOJAL, 2007, p. 173).

Mas a acessibilidade física não é a única almejada em um equipamento cultural.

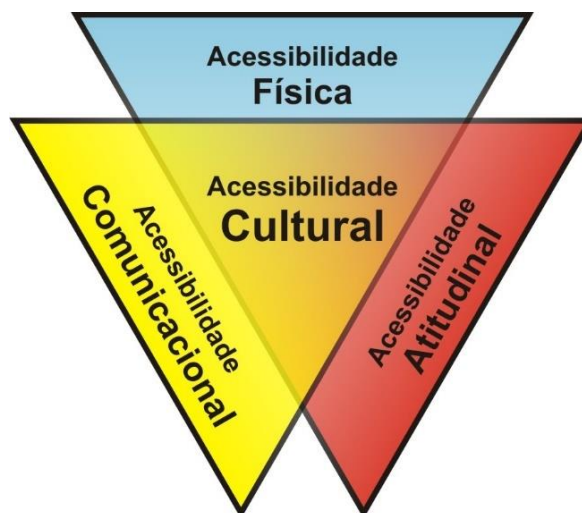


A acessibilidade, por sua vez, significa a garantia de percursos sem dificuldades a todos os espaços de um museu, a todas as suas exposições e a todas as pessoas, em todos os momentos. Significa que os usuários possam verdadeiramente percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar os objetos e atividades expostas. (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p. 88).

Neste tópico, faremos uma análise da Galeria Lavadeira e da Pinacoteca da UFPB, partindo do tripé da acessibilidade defendida por Amanda Tojal (2007, p. 173-179), que citamos no capítulo 1, ao trabalhar o conceito de acessibilidade cultural.

Relembrando, a pesquisadora defende trabalhar a acessibilidade em espaços museológicos em uma busca por elidir barreiras físicas, sensoriais (comunicacionais) e atitudinais. Trazemos novamente a ilustração do conceito (Figura 37):

Figura 37 – Triangulação Acessibilidade Cultural



Fonte: imagem de elaboração própria sobre o conceito triangular de Tojal (2007, p. 173-179).

Um dos trabalhos de Tojal foi realizado na galeria tátil da Pinacoteca de São Paulo, com produção de maquetes táteis do museu e seu entorno, reproduções em relevo de obras expostas, maquetes articuladas de obras de arte originais bi ou tridimensionais, elaboração de jogos e propostas poéticas, no qual se incluem fragmentos sonoros baseados em obras e galerias expositivas do Museu.

Sendo a galeria e a pinacoteca também equipamentos culturais, defendemos que tal perspectiva se aplica aos objetos de estudo da nossa pesquisa.



2.3.1 Pinacoteca da UFPB

A pinacoteca funcionou até setembro de 2019 na Biblioteca Central (BC), no campus I da UFPB, quando houve o fechamento para uma reforma que envolvia instalações elétricas, cabeamento lógico e, principalmente, execução de projeto de prevenção e combate a incêndio em toda a edificação.

O prédio precisou ser totalmente desocupado e algumas atividades da biblioteca foram transferidas provisoriamente para o Centro de Desenvolvimento do Servidor Público (CEDESP). Já a Pinacoteca teve seu acervo transferido momentaneamente para o antigo gabinete do reitor, na reitoria.

A partir do estado de emergência pela pandemia da Covid-19, permaneceu fechada ao público desde março de 2020. Os levantamentos nos quais embasamos nossa análise foram realizados em maio e junho de 2019.

Figura 38 – Acesso principal da Biblioteca Central



Fonte: elaboração sobre acervo do autor. 2020.

A área expositiva da Pinacoteca situava-se logo acima do piso térreo, acima da entrada principal da BC. A parte administrativa e de manutenção do acervo se

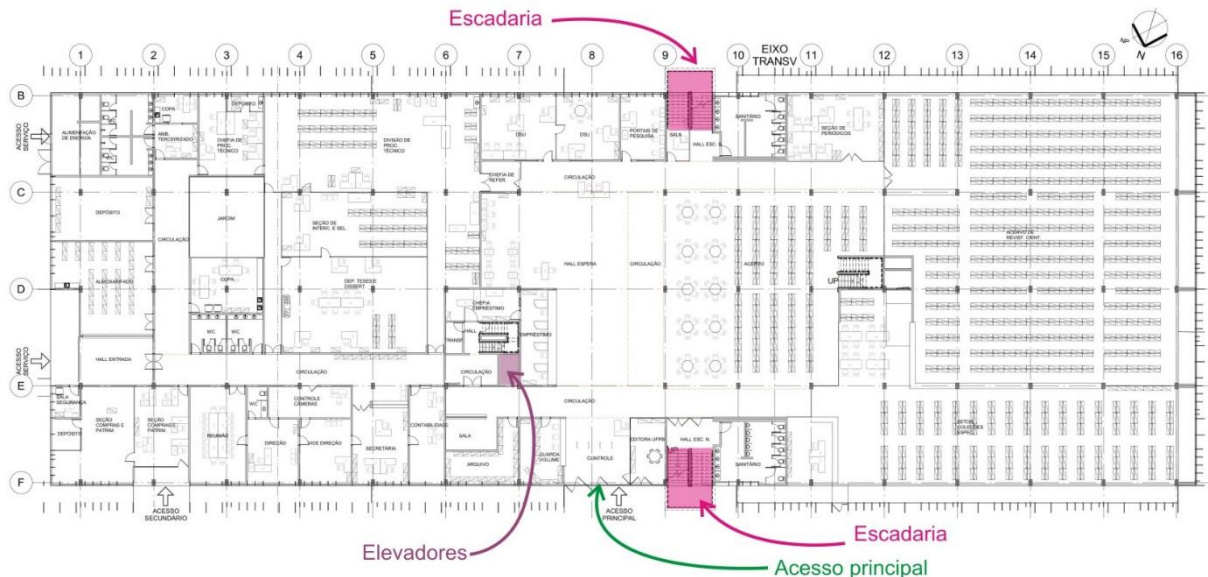


desenvolviam em outras salas da BC, no 3º pavimento (2º andar), sem visitação pública. Por isso, nos concentramos na área de exposição.

Externamente, na edificação não observamos a fixação do símbolo internacional de acesso. A sinalização para pessoas com deficiências visuais, por meio de maquetes táteis ou placas em braile, também não foi observada.

A uma primeira vista, a rampa garantia uma ideia de adequação do acesso, sendo, de fato, um ponto positivo na acessibilidade física. Ocorre que ela necessita de uma atualização para a normativa mais atual, na qual se exige o corrimão nas rampas (inclinações a partir de 5%) e também uma guia de balizamento (ANBT, 2020, p. 62).

Figura 39 – Planta baixa 1º piso (térreo) da Biblioteca Central da UFPB.



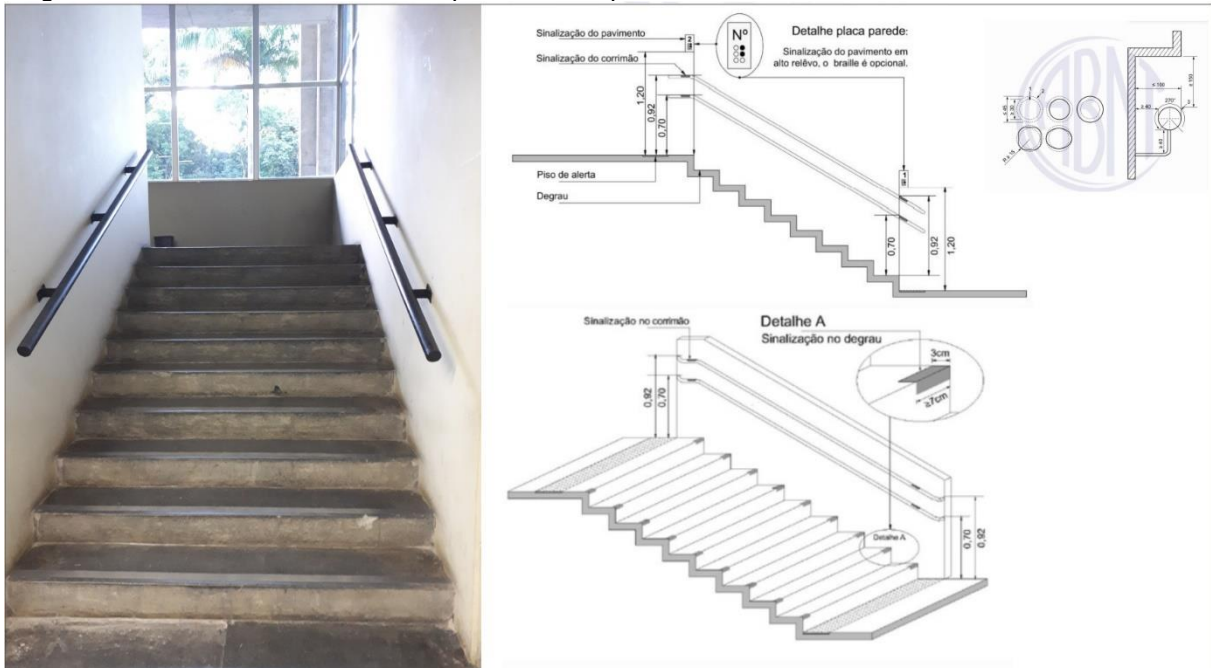
Fonte: indicações próprias sobre planta fornecida pela SINFRA/UFPB. 2014.

As portas de entrada possuem dimensões adequadas e permanecem abertas, sem necessidade de acionamento para abertura durante o horário de funcionamento.

Dentro da edificação, para acessar o pavimento superior era necessário usar uma das duas escadarias disponíveis (Figura 39), amplas, mas cujos corrimãos verificamos necessitarem de atualização, para que fossem em duas alturas, contínuos, com diâmetro de 30mm a 45mm e com suporte que não atrapalhasse a empunhadura, o correr da mão (ABNT, 2020, p. 24 e 62).



Figura 40 – Escadaria de acesso ao pavimento superior da BC e modelo normatizado da NBR9050.



Fonte: fotografia Acervo próprio. 2019. Ilustrações da NBR9050 (ABNT, 2020, p.24, 47 e 48).

Quanto aos recursos visuais acessíveis, também mostrou-se necessária a colocação do piso tátil de alerta, no início e final da escadaria, bem como a colocação da sinalização indicativa do pavimento em braile, nos corrimãos, e em relevo e visual, nos corrimãos ou nas paredes (ABNT, 2020, p. 47).

Observamos que havia aplicação de faixa antiderrapante no primeiro lance da escada, sendo um ponto positivo. No entanto, a faixa precisaria ser de cor contrastante com o piso adjacente, para sinalização visual, e aplicada na borda do piso e do espelho do degrau (ABTN, 2020, p. 48). Tal medida se faz necessária principalmente ao se considerar que os degraus são em granilite escuro, que pode oferecer dificuldade de visualização para pessoas com baixa visão e idosos.

Nesse ponto, na circulação vertical, detectamos um grande problema de acessibilidade física da Pinacoteca, pois os elevadores disponíveis encontravam-se inoperantes. Desta maneira, como a edificação não possui rampas entre os pavimentos, inviabiliza-se o acesso de pessoas que utilizem cadeira de rodas ou não estejam fisicamente aptas a utilizar uma escadaria.

Ainda com relação à sinalização, a NBR 9050 assevera que:



5.2.8.1.1 A sinalização deve ser localizada de forma a identificar claramente as utilidades disponíveis dos ambientes. Devem ser fixadas onde decisões são tomadas, em uma sequência lógica de orientação, de um ponto de partida ao ponto de chegada. Devem ser repetidas sempre que existir a possibilidade de alterações de direção (ABNT, 2020, p. 34).

Não observamos no térreo nenhum direcionamento que apontasse para a Pinacoteca. Ao subir as escadas visualizamos à esquerda um quadro indicando os campos de conhecimento abarcados naquele piso. Mas não localizamos indicação para a área expositiva ou qualquer menção (visual ou tátil) à Pinacoteca (Figura 41).

Figura 41 – Vista do pavimento superior, ao subir a escadaria.

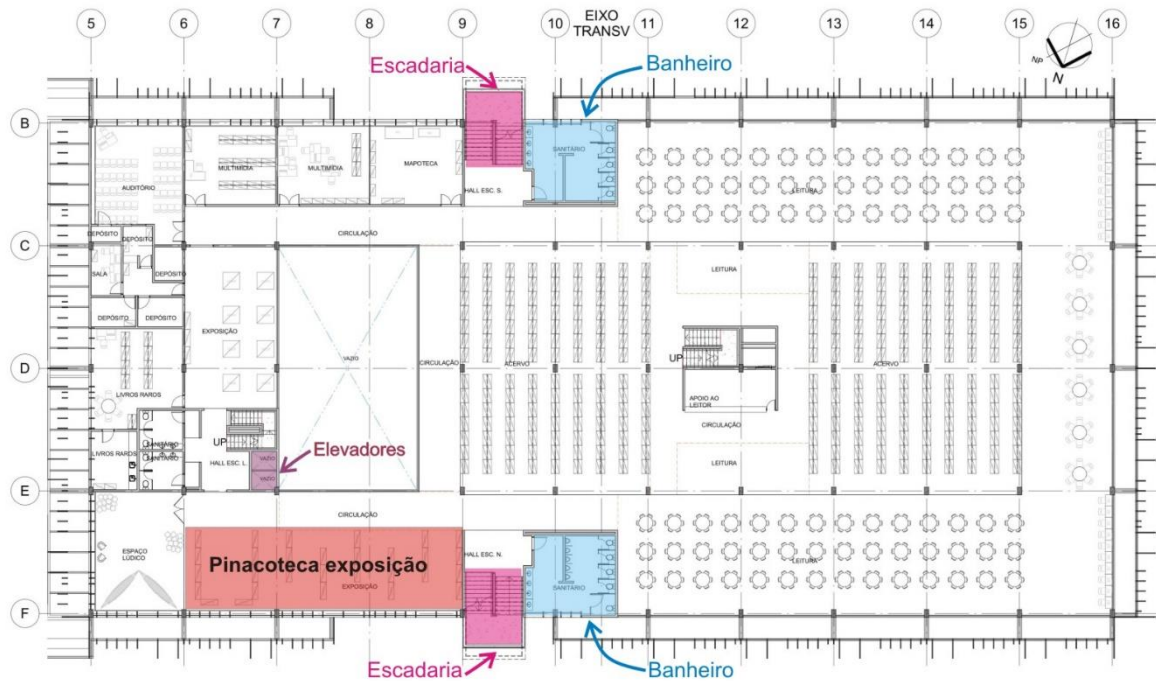


Fonte: acervo do autor. 2019.

A biblioteca conta com duas baterias de banheiros que possuem box acessível em seu interior, um masculino, na fachada norte, e um feminino, na fachada sul. O masculino dista menos de 10 metros da área de exposição, ao lado da escadaria sul. O feminino, ao lado da escadaria norte, dista menos de 30 metros. Ambos se encontram dentro da distância máxima recomendada de 50 metros. Observamos que os boxes acessíveis não possuíam entrada independente. Também não visualizamos identificação tátil.



Figura 42 – Planta baixa 2º piso (1º andar) da Biblioteca Central da UFPB.



Fonte: edição própria sobre planta fornecida pela SINFRA/UFPB. 2014.

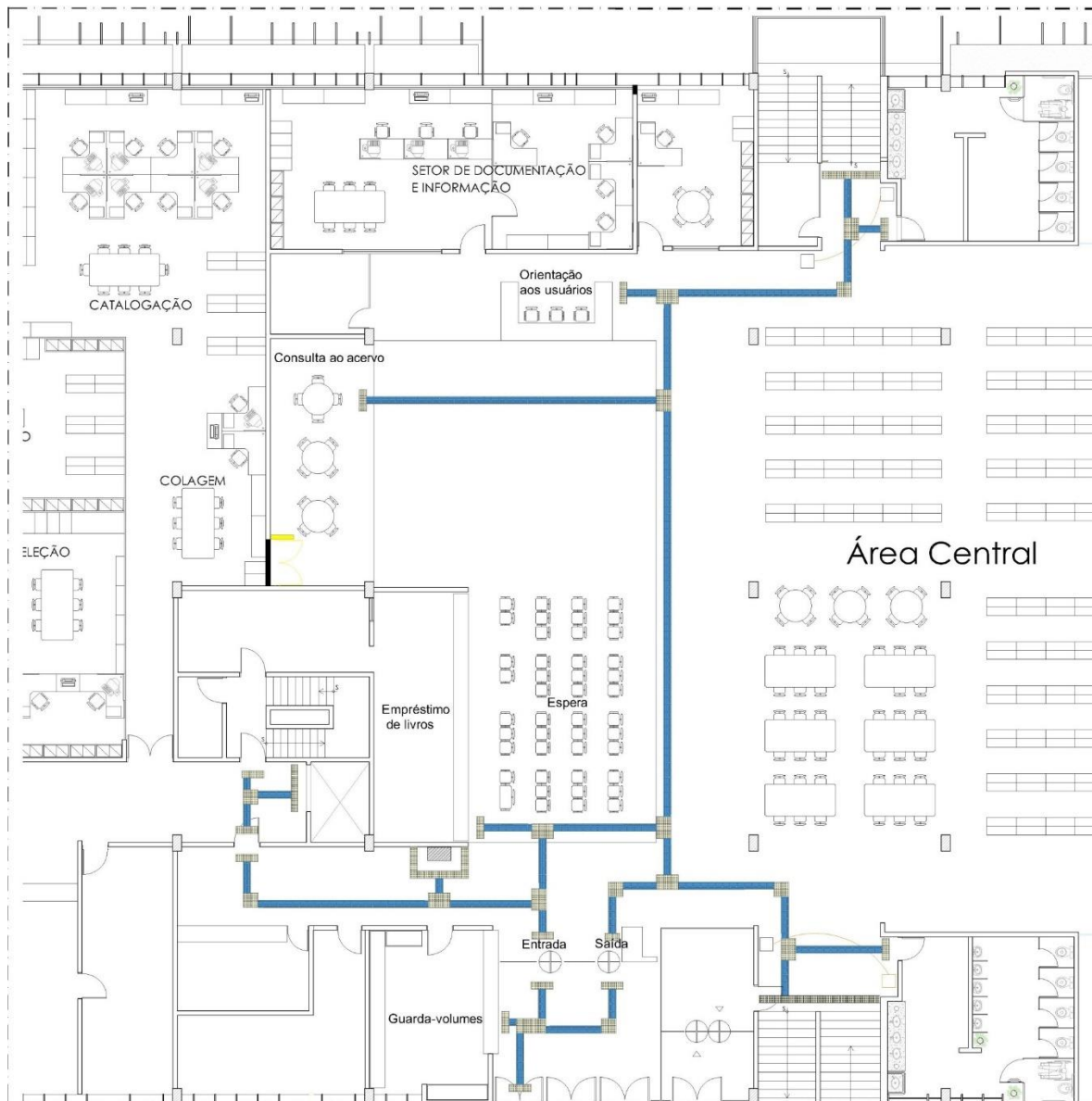
Na pesquisa documental, localizamos proposta de acessibilidade não executada, elaborada pela então estagiária da Prefeitura Universitária Amanda Queiroga, com trabalho de piso tátil para a BC. A proposta envolve a colocação de sinalização tátil de piso, direcional e de alerta, e também de mapa tátil (Figura 43, Figura 44).

Como foi desenvolvida antes da primeira edição da NBR 16537 – sinalização tátil de piso, que data do ano de 2016, com versão corrigida de 2018, resolvemos analisar a proposta para sugerir alterações quanto aos aspectos mais atuais da normativa, inexistentes quando da elaboração do trabalho, que data de 2014.

A primeira observação é quanto às cores do piso de alerta que apenas indicam mudança de direção (Figura 43, Figura 44, Figura 45). Estes devem ser da mesma cor do piso direcional, pois, a “sinalização tátil de alerta utilizada nas mudanças de direção deve possuir a mesma cor da sinalização tátil direcional” (ABNT, 2018, p. 25). Tal indicação possibilita às pessoas com baixa visão a visualização de um percurso linear, sem o contraste de alerta que pode deixar confusa a rota para esses usuários, ao criar pontos de destaque de igual peso aos que indicam pontos de interesse.



Figura 43 – Proposta de acessibilidade da Prefeitura Universitária na BC – 1º piso (térreo).



Fonte: SINFRA/UFPB. 2014.

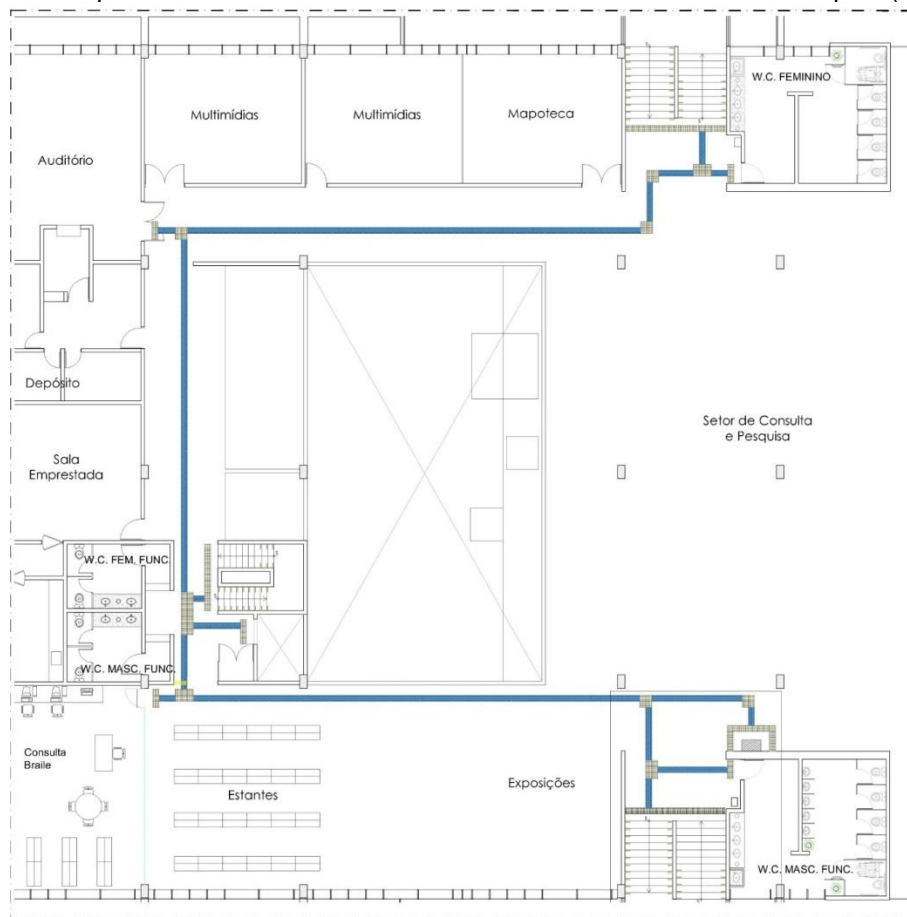
A utilização do piso tátil de alerta na mudança de direção ocorre para que as pessoas com cegueira total, que não visualizam a rota, tenham esse aviso.

Observamos que esse importante detalhe ainda não foi assimilado, pois obras recentes, como a do estacionamento em frente ao CCHLA, utilizavam piso tátil de alerta em cor diversa do direcional nas mudanças de direção.

A utilização, na própria NBR, de ilustrações exemplificando a utilização dos dois tons ajudaria na comunicação e difusão de tal ideia, pois ela é indicada de maneira apenas textual.

Há relevância nesse aspecto, pois, observamos no capítulo sobre acessibilidade na educação superior no Brasil que as pessoas com baixa visão são quase 50% das pessoas com deficiências matriculadas nos cursos de graduação no estado da Paraíba.

Figura 44 – Proposta de acessibilidade da Prefeitura Universitária na BC – 2º piso (1º andar).



Fonte: SINFRU/UEPB. 2014.

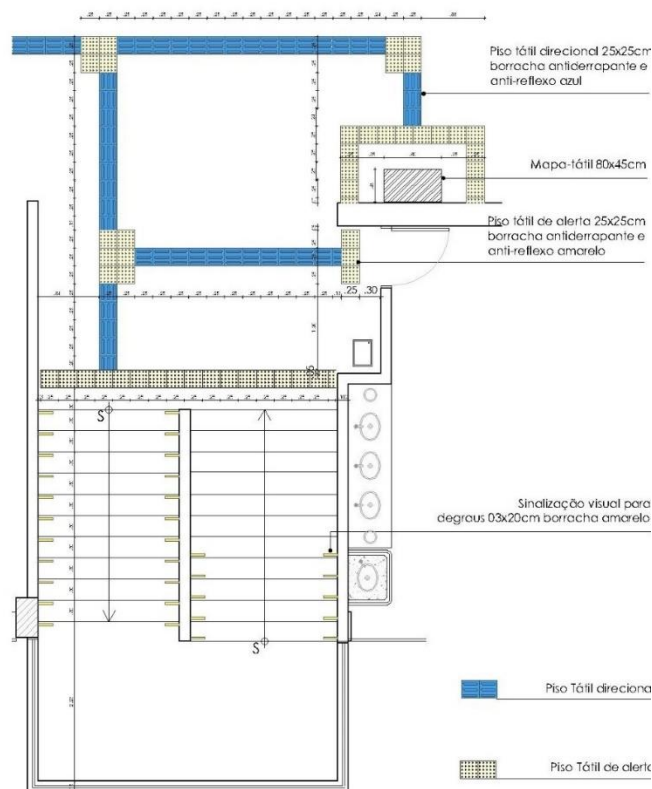
Outro aspecto importante trazido pela norma de 2016 é quanto à aplicação do piso tátil com afastamento de pilares e obstáculos. É comum que se pense que a maior utilização do piso tátil se dá pela percepção dos pés, ao pisar sobre suas saliências. No entanto, explica a NBR 16537 que:



O principal recurso de orientação da sinalização tátil no piso é a percepção por meio da bengala de rastreamento ou da visão residual. A percepção da sinalização tátil pelos pés é um recurso complementar de orientação (ABNT, 2018, p. 4).

Desta maneira, a citada norma indica que a aplicação da sinalização tátil direcional ocorra a 1 metro de distância de obstáculos, mas admite que, nos casos de adequação de edificações existentes, distâncias menores possam ser admitidas, desde que sua detecção seja possível pelas bengalas de rastreamento ou que os obstáculos tenham sinalização tátil de alerta (ABNT, 2018, p. 33).

Figura 45 – Detalhe de reforma proposta, no qual se visualiza a localização do mapa tátil e sinalização nos degraus, com necessidade de alteração na cor do piso tátil de alerta indicativo apenas de mudança de direção.



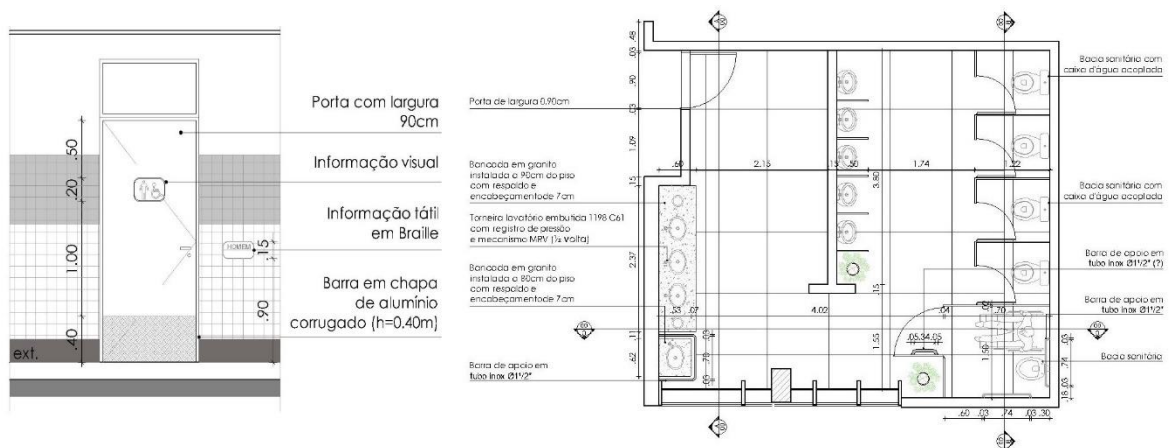
Fonte: SINFRA/UFPB. 2014.

Uma última observação quanto aos pisos táteis é que, haja vista que as exposições contam com montagens diversas, seria interessante o desenvolvimento de produtos que oferecessem flexibilidade de aplicação. Placas que pudessem ser aplicadas, retiradas e reaplicadas conforme a disposição da montagem expositiva, e conforme pontos de interesse nos quais haja obras que permitam a fruição por

peças com deficiências visuais. O piso de uma área expositiva poderia utilizar peças de encaixe com tecnologia construtiva que permitisse essa flexibilidade, dentro dos padrões estabelecidos na norma de acessibilidade.

A proposta elaborada pela Prefeitura Universitária também abarca mudanças nos banheiros, com sinalização tátil e visual e adaptações (Figura 46). Fazemos uma pequena observação quanto às barras de apoio no box acessível, para implementar atualizações ocorridas na NBR 9050 de 2020 (ABNT, 2020, p. 91).

Figura 46 – Adaptações de acessibilidade nos banheiros.



Fonte: SINFRA/UFPB. 2014.

Passando a falar agora sobre a área de exposição da Pinacoteca, nas duas exposições realizadas no local, com duas disposições das paredes móveis que servem de suporte às telas, observamos um adequado espaço para circulação. No geral, as telas foram fixadas em altura adequadas para apreciação. Algumas telas, menores, poderiam ter se situado um pouco mais abaixo, de modo que seu ponto médio ficasse no mesmo nível de telas maiores. O piso do local era bastante plano, sem irregularidades, com textura acetinada evitando reflexos ofuscantes e não propenso a escorregamento.

Com relação à acessibilidade comunicacional na área da exposição, sentimos algumas dificuldades. Inicialmente, não encontramos placa permanente, de boa dimensão, indicando que aquela área era reservada à Pinacoteca da UFPB. Em cada exposição, havia cartaz informativo, que informava que aquela exposição ocorria na Pinacoteca.



Figura 47 – Demonstração da mobilidade dos elementos de suporte das obras. Disposição na exposição Concha.



Fonte: acervo do autor. 2019.

Figura 48 – Demonstração da mobilidade dos elementos de suporte das obras. Disposição na exposição Mancha.



Fonte: acervo do autor. 2019.

A comunicação da informação nas duas exposições visitadas era basicamente visual. Não havia recursos táteis (maquetes, placas em baixo relevo, etiquetas em com informações em relevo ou em braile etc). Também não observamos recursos assistivos de audiodescrição para as obras ou indicação de como buscar assistência de mediação cultural.

Havia informação visual sobre as obras, em etiquetas fixadas ao lado delas. Avaliamos que a dimensão dos caracteres poderia ser mais ampliada, de maneira a facilitar sua legibilidade por pessoas com baixa visão (Figura 49).

Figura 49 – Iluminação e etiquetas identificativas.



Fonte: acervo do autor. 2019.

A iluminação natural geralmente preenchia o local e, em conjunto com a luz proveniente de fluorescentes tubulares, fazia com que se tornasse mais difusa. Sentimos falta de uma solução individualizada por obra, que oferecesse maior destaque.

Figura 50 – Iluminação e etiquetas identificativas.



Fonte: acervo do autor. 2019.



Com relação à acessibilidade atitudinal, não tivemos informação da existência de algum programa de capacitação para servidor e estagiários que envolvesse a Pinacoteca da UFPB. Com os ambientes fechados, não pudemos fazer essa verificação com uma visita acompanhada de pessoas com deficiências.

2.3.2 Galeria Lavandeira

A galeria Lavandeira situa-se em um ponto bem localizado do bloco B do CCTA. É a primeira sala, no térreo, próxima ao eixo de circulação principal, para o qual sua parede lateral é voltada, uma fachada poente cega (Figura 51).

Figura 51 – Acesso à Galeria de Arte Lavandeira



Fonte: acervo do autor. 2019.

O caminho da parada de ônibus até o equipamento mostrou-se acessível. Algumas observações existem e foram feitas na análise da rota. Apesar da boa circulação no entorno, observamos no estacionamento que a vaga reservada para pessoa com deficiência possuía rampa com necessidade de adequação à NBR 9050/2020 (Figura 52).

Figura 52 – Rampa para a calçada na vaga de veículo reservada.



Fonte: acervo do autor. 2020.



Na acessibilidade comunicacional, quanto à identificação da sala, havia uma pequena placa ao lado de sua entrada, que não era facilmente observável por quem transita pelo eixo de circulação do centro (Figura 51).

Os dizeres apresentavam bom contraste, no entanto, a placa não possuía texto em relevo nem indicações em braile (Figura 53), e a diagramação utilizada poderia dificultar o entendimento. Também a indicação do horário de funcionamento não continha texto em relevo ou braile. A edificação não possuía o símbolo internacional de acesso.

Figura 53 – Detalhe da porta de entrada, com placa indicativa ao lado.



Fonte: acervo do autor. 2019.

Uma rampa e a circulação de 1,50m de largura levam do eixo principal até a porta de acesso da galeria. O piso em granilite da circulação do bloco ofereceu uma superfície regular, firme e estável, com boa resistência ao escorregamento.

A porta de entrada da galeria apresentou boa largura, 1,80 m, abrindo em duas folhas pivotantes, de eixo vertical. O escurecimento da porta de vidro parecia atrapalhar a visualização interna. Como as folhas abriam para dentro da sala, era dificultada a percepção de alguma pessoa que pudesse estar próxima à porta, na trajetória de giro da folha (Figura 54). Os puxadores em madeira, redondos, não ofereciam manejo tão bom quanto os puxadores em barra (vertical ou horizontal), relacionados no item 4.6.6.3 da NBR 9050 (ABNT, 2000, p. 25).

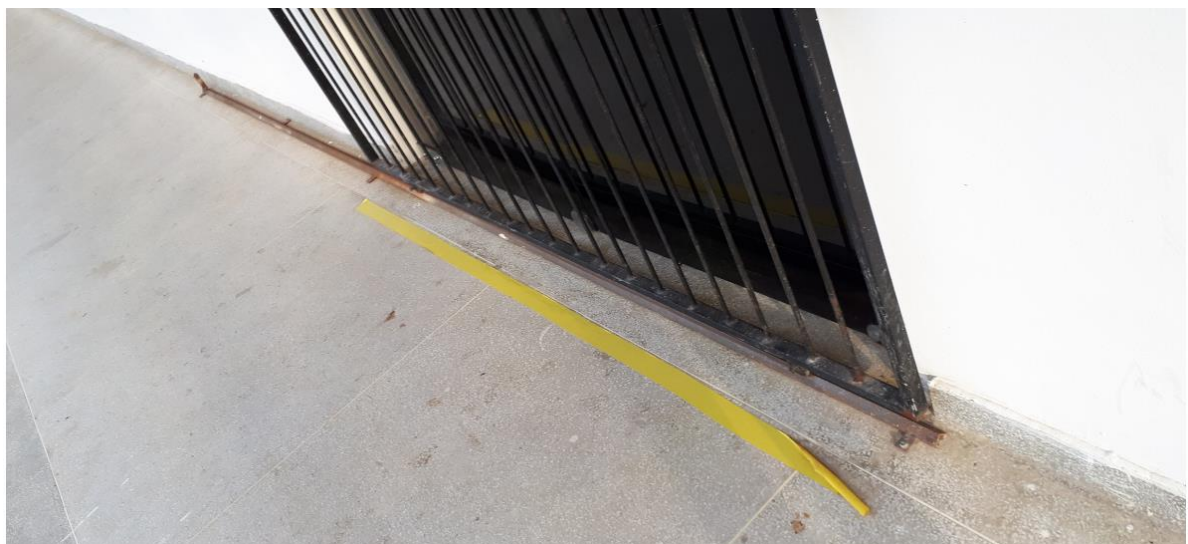
Figura 54 – Porta de entrada da Galeria Lavandeira.



Fonte: acervo do autor. 2020.

Se o passeio não apresentou impedimentos, o mesmo não podemos afirmar da porta de entrada da Galeria Lavandeira. Para melhor segurança contra arrombamentos, foi colocado à frente da porta de vidro temperado um gradil de correr, com trilho aparente no piso (Figura 55).

Figura 55 – Acesso à Galeria de Arte Lavandeira - trilho inferior sobreposto ao piso.



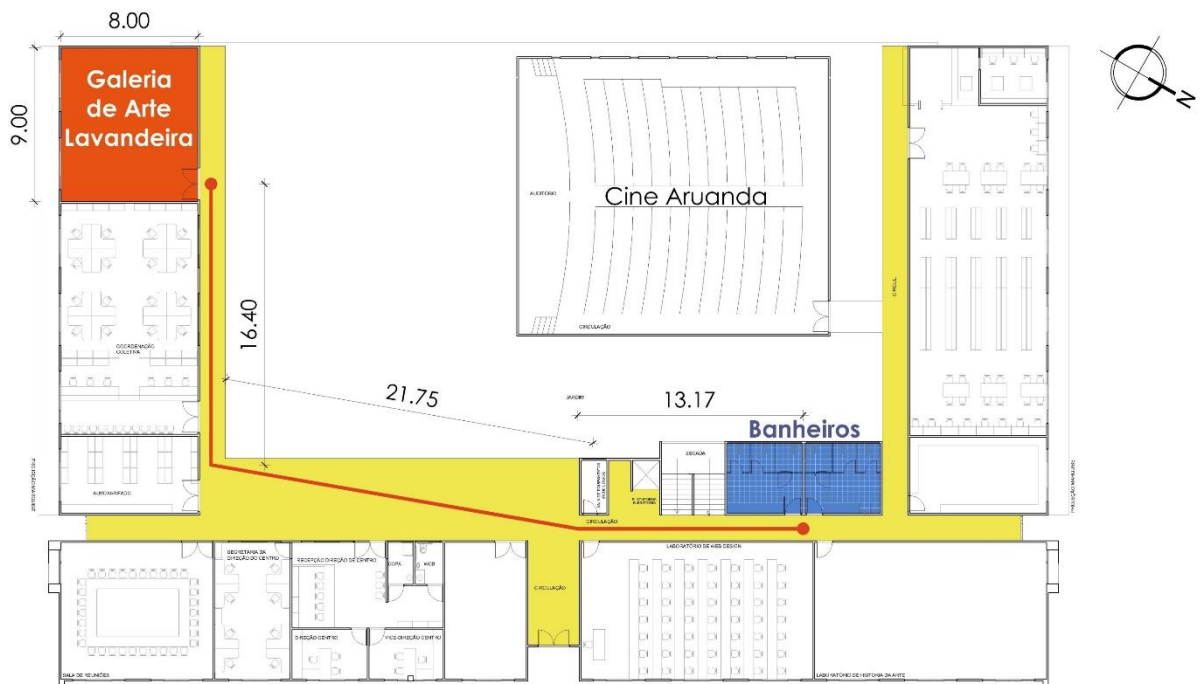
Fonte: acervo do autor. 2020.



O trilho, um perfil 'L' em aço, sobreposto ao piso granilite, passou em muito o desnível máximo de 5mm de altura, sem tratamento, permitido pelo item 6.3.4.1 da NBR 9050 (ABTN, 2000, p. 53). A altura do trilho mediu cerca de 22mm, e ofereceu possibilidade de causar desconforto e até pequenos acidentes. O problema parecia já ter sido identificado, haja vista a fita em amarelo a tentar chamar atenção para a existência do obstáculo (Figura 55).

As edificações ao público devem possuir sanitários acessíveis cujas dimensões são normatizadas pela NBR 9050. No caso da Galeria Lavandeira, a edificação na qual se localiza conta com duas baterias de banheiros, feminino e masculino, sendo um box acessível em cada. A entrada deles, ao utilizar a circulação da edificação, dista aproximadamente 51 metros da entrada da galeria (Figura 56), distância próxima à máxima sugerida pela NBR 9050, que afirma: "7.3.2 Recomenda-se que a distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível seja de até 50 m." (ABNT, 2020, p. 82).

Figura 56 – Bloco B CCTA com percurso da Galeria até os banheiros.



Fonte: edição própria sobre projeto arquitetônico fornecido pela SINFRA-UFPB.



Atualmente há o entendimento de que sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuam entrada independente, de maneira que uma pessoa do sexo oposto possa acompanhar a pessoa com deficiência (ABNT, 2020, p. 83). Tal instrução era apenas uma recomendação na NBR 9050/2004, em função da especificidade do local ou da natureza de seu uso, que sugeria um sanitário acessível extra com entrada independente (ABNT, 2004, p. 64).

No conjunto de banheiros da edificação não foi constatada essa entrada independente. Recomenda-se que, em eventual futura reforma, tal acesso seja implementado.

Com relação à sinalização, não foi encontrada sinalização em braile e em relevo, identificando cada um dos banheiros (ABNT, 2020, p. 46).

Em termos de acessibilidade atitudinal, no local não observamos nenhuma indicação da presença de auxílio às pessoas com deficiência. Até onde foi possível apurar, não havia uma política de capacitação das pessoas para que saibam se relacionar e reconhecer as necessidades que cada deficiência gera, para que pudessem auxiliar e orientar o público de acordo com suas especificidades.

Internamente, o piso era plano, contínuo, em cimento queimado, aparentando boa resistência ao escorregamento. O espaço disponível para circulação depende da forma da montagem da exposição.

A Galeria Lavandeira apresenta exposições temporárias e, nas visitas efetuadas antes do fechamento pela emergência de saúde da pandemia Covid, no geral verificou-se um bom espaço de circulação após as montagens.

No entanto, no quesito acessibilidade comunicacional, observamos diferenças consideráveis. Na exposição intitulada “Afectos”, com experiências desenvolvidas nos projetos de artes visuais & inclusão realizados pela UFPB, em conjunto com a associação Ame Down, Vila Vicentina e o Instituto dos Cegos da Paraíba, observamos a utilização de maquetes táteis (Figura 57) e de texto informativo também em braile (Figura 58), assim como etiquetas em braile junto às obras (Figura 59).

Figura 57 – Exposição "AFECTOS" na Galeria Lavadeira com maquetes táteis de obras expostas.



Fonte: acervo do autor. 2019.

Figura 58 – Informações da exposição "AFECTOS" em braile.



Fonte: acervo do autor. 2019.

Figura 59 – Etiquetas em braile ao lado das obras.



Fonte: acervo do autor. 2019.

Por outro lado, na exposição intitulada *Cânones e Desvios, mulheres* na Pinacoteca da UFPB, exposta na Galeria Lavandeira de 4 a 17 de março de 2020, não observamos a utilização dos citados recursos comunicacionais, etiquetas braile e reproduções táteis.

Havia obras expostas nas paredes e, ao centro da sala, uma instalação artística parecia convidar ao toque, mas estava no piso, em uma posição que poderia ser difícil para pessoas idosas e pessoas em cadeira de rodas alcançarem. Além disso, não havia indicação da possibilidade de manuseio (Figura 60).

Figura 60 – Exposição *Entre Cânones e Desvios / Mulheres* na Pinacoteca da UFPB.



Fonte: acervo do autor. 2020.

Desta maneira, observamos que a acessibilidade comunicacional para fruição artística está diretamente ligada a cada exposição. Ela poderá ser mais presente ou ausente segundo cada montagem expositiva.



Também acreditamos que haverá maior ou menor facilidade de execução de recursos táteis, conforme o estilo artístico exposto. O abstracionismo, por exemplo, poderá oferecer desafios maiores para execução de modelos táteis.

De forma permanente, na galeria, não foram observados recursos de tecnologia assistiva que auxiliassem na comunicação.

Com relação à iluminação, houve ponto positivo no fato de as luminárias poderem ser direcionadas. No entanto, recomenda-se um melhoramento nas luminárias e lâmpadas utilizadas, com equipamentos específicos para reprodução fiel das cores e que permitam maior flexibilidade. Observamos que algumas obras não contavam com iluminação focada (Figura 60), aparentemente pela ausência de luminárias em quantidade suficiente.

Como forma de melhorar a acessibilidade, sugerimos a retirada do revestimento escurecido da porta, com a colocação apenas de uma faixa de adesivo de segurança, para que seja visível que existe uma porta de vidro no local, sem atrapalhar a visibilidade do interior.

O trilho metálico aparente que suportava o gradil poderia ser embutido no piso ou, ainda, utilizar sistema de trilho superior com guia pontual inferior.

Recomenda-se a instalação de sinalização visível e tátil e o desenvolvimento de uma política de assessoria aos artistas para instruir sobre a acessibilidade cultural.

Sentimos falta de um apoio nas proximidades onde as pessoas pudessem sentar-se e dialogarem. Seria ideal que a parte externa tivesse uma melhor adequação para a exposição de peças nessa área (Figura 61), que poderia ser utilizada para o convívio, com a presença de mobiliário urbano.

Figura 61 – Área aberta em frente à Galeria Lavandeira.



Localizamos na SINFRA um projeto para a área externa, em frente à Galeria de Arte Lavandeira, elaborado em 2014, do arquiteto Marcelo Diniz, com colaboração da estagiária Ana Marília Neves (Figura 62).

O projeto apresenta uma pequena praça para o local, com dois bancos em concreto formando jardineiras, e um palco acessível por rampas com duas jardineiras nas laterais, delimitadas por outros dois bancos em concreto (Figura 63). As rampas apresentam corrimãos em aço inox e os bancos possuem acabamento em cimento queimado, com revestimento cerâmico na base. O piso é calçado com blocos de concreto intertravado na cor cinza, com algumas diagramações na cor terracota.

Figura 62 – Perspectiva do projeto de praça interna ao bloco B do CCTA.



Fonte: SINFRA/UFPB. 2014.

O projeto melhora bastante as condições atuais daquele local e conta com a interessante ideia de um palco ao ar livre. Como sugestões de acessibilidade para atualização do projeto, ante as normas mais atuais, sugerimos a aplicação de piso tátil de alerta nas rampas e na borda do palco, cujos jardins laterais poderiam ser em forma de talude, de forma a evitar o desnível criado.

A rampa comporta uma guia de balizamento junto à jardineira. Os bancos, dispostos em retângulos fechados, poderiam ter suas arestas de mudança de direção

do assento arredondadas, a fim de evitar pequenos acidentes, principalmente com pessoas com deficiência visual.

Figura 63 – Perspectiva do projeto de praça interna ao bloco B do CCTA.



Fonte: SINFRA/UFPB. 2014.

Sugerimos também a utilização de respaldo, em alguns bancos, para possibilitar maior conforto, segundo a NBR 9050/2020, que recomenda para áreas de descanso a instalação de bancos com encosto e braços (ABNT, 2020, p. 56). Pelo desnível entre a circulação do bloco e o piso da praça, como o intertravado cinza possui tonalidade muito próxima do granilite utilizado na circulação, sugere-se que a borda da praça apresente diagramação em intertravado terracota, para melhor diferenciação. Melhor ainda seria a adoção do piso rampado que alcançasse o mesmo nível da circulação interna.

Deixamos a sugestão de que, se possível, o projeto seja apresentado a pessoas com deficiências e também da área de artes visuais (pela proximidade com a Galeria Lavandeira), que possam ainda participar com sugestões e ideias que coadunem com a acessibilidade física e comunicacional para aquele local.

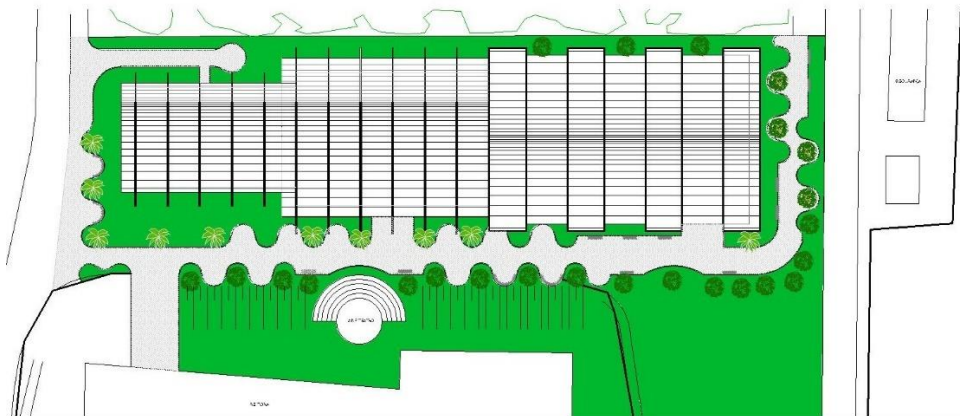
2.3.3 Futura Pinacoteca da UFPB

Realizamos uma avaliação do projeto e da edificação da futura pinacoteca da UFPB, com base no projeto arquitetônico ao qual tivemos acesso, buscando oferecer observações que auxiliem aquele espaço na perspectiva de permitir seu uso pelo maior número de pessoas. Os pontos elencados têm como objetivo elidir possíveis barreiras, físicas, comunicacionais e atitudinais.

Na acessibilidade comunicacional, buscamos algum projeto de sinalização ou de piso tátil elaborado para a edificação, mas encontramos apenas a sinalização de prevenção e combate a incêndio. Desta maneira, fica a observação para desenvolvimento de projeto de sinalização que envolva aspectos relacionados ao *wayfinding* e à sinalização tátil. A utilização do programa DepthmapX é um meio de auxiliar na identificação dos pontos mais visíveis, que podem ser utilizados para sinalização e locação de estruturas referenciais.

Na acessibilidade atitudinal, entendemos que é de fundamental importância que os servidores que futuramente irão exercer suas atividades no Centro de Arte e Cultura da UFPB sejam capacitados para saber como lidar com as diferenças, para agir no sentido da inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes.

Figura 64 – implantação do Centro de Arte e Cultura, com contorno da Reitoria na parte inferior da imagem.



Fonte: Projeto arquitetônico fornecido pela SINFRA/UFPB¹⁰. 2008.

¹⁰ O projeto do Centro de Arte e Cultura não foi desenvolvido pela então Prefeitura Universitária da UFPB, a SINFRA possui apenas a cópia do projeto.

Na acessibilidade física, inicialmente verificamos a implantação e o entorno próximo da edificação. A planta não apresentava muito detalhamento, não observamos especificação de cotas de nível ou de rampas. A representação apresentada não permitia avaliar a acessibilidade do agenciamento (Figura 64).

Figura 65 – Desnível da obra em relação ao entorno.



Fonte: Fotos de 2020, acervo próprio, edição própria sobre mapa do Google Earth. 2020.

Verificamos no local (Figura 65) que há um desnível entre o acesso principal da edificação e a calçada ao fim da reitoria, ao sul da obra. Porém, pelas dimensões envolvidas, tal desnível pode ser vencido com a utilização de rampas acessíveis, ou até mesmo de piso rampado (inclinação menor que 5%).

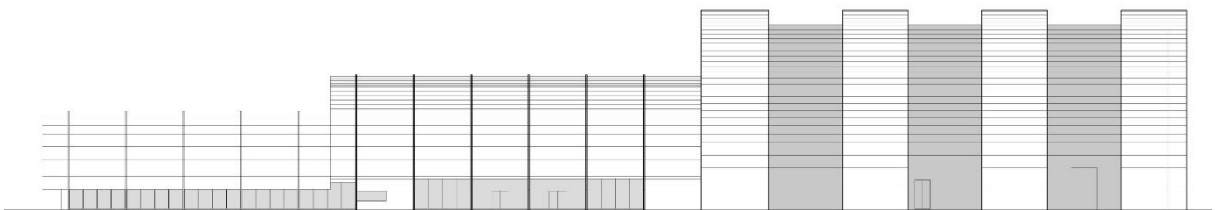
Do lado norte da obra, junto ao estacionamento, o desnível é bem maior, mas pode ser resolvido com rampas.

Havia também a representação de um anfiteatro (Figura 64), que provavelmente toma partido da inclinação existente após a calçada da reitoria, mas que não aparecia em nenhum detalhamento ou corte.

Não ficou claro se a ligação entre a reitoria e o centro de arte e cultura é uma rampa ou uma calçada plana. Desta maneira, não foi possível avaliar a acessibilidade física do entorno com base na implantação analisada.

O acesso ao interior do centro de arte e cultura será realizado por duas portas, cada uma com dois metros de largura, em duas folhas de um metro. Localizam-se ao centro do bloco, na fachada leste (Figura 66). Pela representação da fachada, não podemos afirmar que haja boa legibilidade/marcação da entrada. Porém elementos posteriores ou mais detalhados poderão fornecer o devido destaque, de maneira a facilitar a percepção do acesso.

Figura 66 – Fachada leste do Centro de Arte e Cultura da UFPB.



Fonte: Projeto arquitetônico fornecido pela SINFRA/UFPB¹¹. 2008.

Internamente, logo após as portas de acesso, há o *foyer*/praça de eventos. Uma área plana, com pé direito triplo, e com alguns pilares de seção circular. O espaço amplo demanda para pessoas com deficiência visual total a utilização de um mapa tátil do ambiente e de pisos (direcional, alerta) e sinalização táteis.

Para acessar a pinacoteca, não vislumbramos obstáculos físicos internos até a área da exposição, que fica ao lado da praça de eventos, no piso térreo (Figura 67). Em visita ao local, verificamos que o piso da pinacoteca está na mesma cota de nível do *foyer*.

Detectamos nos banheiros a necessidade de existir entrada independente para o sanitário acessível, de maneira que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.

¹¹ O projeto do centro de arte e cultura não foi desenvolvido pela então prefeitura universitária da UFPB, a SINFRA possui apenas a cópia do projeto.

Figura 67 – Vista 180º no interior da praça de eventos, com pé direito triplo. Acesso principal da edificação ao centro e acesso da pinacoteca à direita da imagem.



Fonte: acervo próprio. 2020.

Figura 68 – Vista interna da área expositiva da futura pinacoteca.



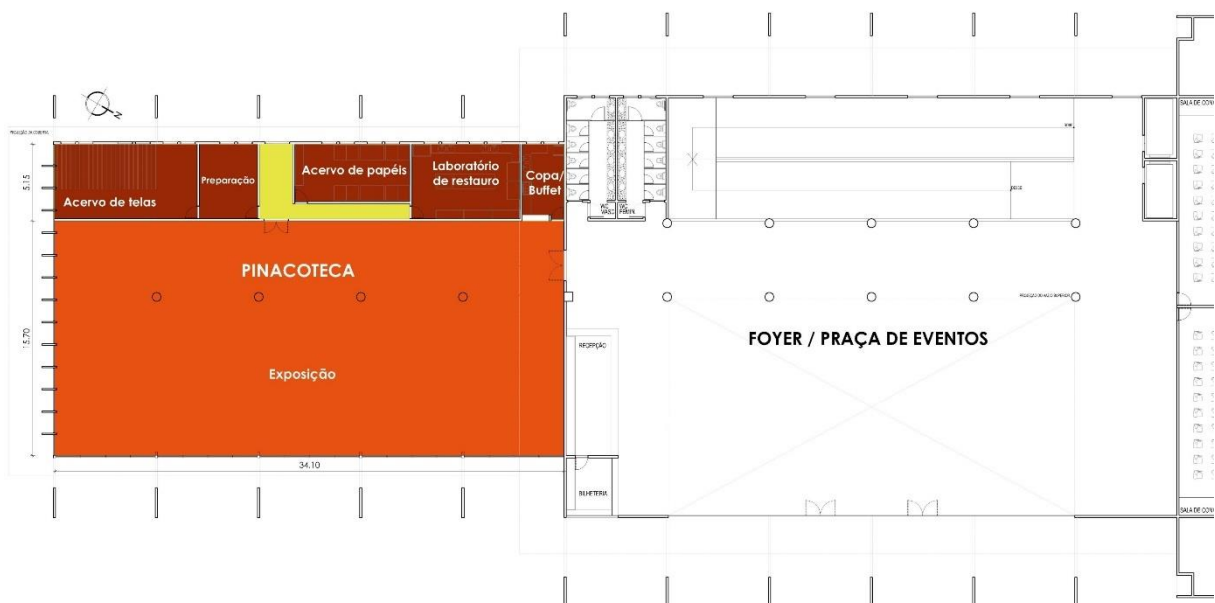
Fonte: acervo próprio. 2020.

O espaço da área expositiva apresentou-se amplo e não parecia oferecer obstáculos à acessibilidade física ou à flexibilidade nas exposições. O pé direito, segundo o projeto, é limitado a 3,50m até o fundo da laje (Figura 68).

No espaço da futura pinacoteca, a área administrativa, não aberta normalmente ao público, precisa também ser acessível (Figura 69). Isso ocorre pois se espera que pessoas com deficiências possam também trabalhar ou estagiar na pinacoteca.

Desta maneira, verificamos que um ajuste poderia ser realizado: o aumento da largura da circulação interna ao lado da sala de acervo de papéis da pinacoteca, que se apresenta com apenas um metro, para uma extensão de 7,85m (área em amarelo na Figura 69). Para corredores com a extensão de 4 a 10 metros, a NBR9050 indica a largura mínima de 1,20m.

Figura 69 – Planta parcial do pavimento térreo, enfocando a praça de eventos e a pinacoteca.



Fonte: edição própria de destaque (2020) sobre projeto fornecido pela SINFRA. 2009.

Recomendamos também a verificação quando às áreas de aproximação do cadeirante frente a portas de giro (ABNT, 2020, p. 69-70), inclusive nos banheiros.

A conclusão da edificação é capaz de fornecer espaços mais adequados para a pinacoteca. “A estrutura do edifício do museu e os seus espaços contribuem para a imagem da instituição e, conseqüentemente, para a impressão e para a resposta do público” (IBRAM, 2020, p. 10). Portanto, a conclusão da obra é muito importante para consolidar a política pública de acessibilidade aos museus, para melhor atender a coletividade e valorizar a própria universidade como instituição educadora.



2.4 Funcionamento remoto dos equipamentos culturais

A Pinacoteca da UFPB tem atuação como projeto de extensão, com catalogação, pesquisa e divulgação do acervo. Durante a atual pandemia Covid-19, tem realizado de maneira virtual seu funcionamento através de seu site oficial no domínio da UFPB. Através dele, muitas obras do acervo e alguns detalhes sobre essas obras foram disponibilizadas.

Observamos que no funcionamento remoto a pinacoteca organiza exposições na galeria virtual, com convocatórias de alunos de Artes Visuais da UFPB e também de artistas do Norte e Nordeste. Na página na *internet*, também estão sendo colocados *on line* catálogos das exposições e as novas doações realizadas em 2020, para renovação de acervo.

As doações incluíam obras de artistas como José Rufino, Marcelo Moscheta, Marcelo Coutinho, Walter Wagner, entre outros.

A elaboração de um catálogo geral das obras, com registro de mais de 600 obras do acervo, montado no período da pandemia, foi divulgada recentemente pela Pinacoteca, em realização por meio de publicação da Editora da UFPB.

A página da pinacoteca na *internet* conta com o sistema VLibras, desenvolvido na UFPB, que faz a tradução do texto para a língua brasileira de sinais.

O *software* *Suíte* VLibras desenvolvido pelos pesquisadores do LAViD permite o acesso de informação textual disponível em *websites* a pessoas com deficiência auditiva. A partir da seleção do texto escolhido, o *software* faz a tradução simultânea do conteúdo para LIBRAS e a disponibiliza por meio de um avatar posicionado no canto inferior da tela. Nessa *suíte*, os conteúdos em Libras são gerados a partir da tradução automática de textos, legendas ou áudio, sendo representados por um agente animado virtual 3D (avatar-3D). Para a geração desses conteúdos, um Dicionário de Libras está sendo modelado e desenvolvido pela equipe do projeto, juntamente com uma tecnologia *web* de construção colaborativa de sinais em LIBRAS, denominada WikiLibras. (BEZERRA; SOUSA; FREIRE, 2016, p. 4)

De grande valia ao público com deficiência auditiva, esse recurso permite que os textos presentes nas páginas, ao serem selecionados, tenham sua tradução para a língua brasileira de sinais, por meio de um avatar 3D. Entretanto, no caso de algumas exposições digitais, observamos que há o direcionamento para uma página



externa, que hospeda as exposições. Na página, fora do domínio utilizado pela universidade, o recurso da Suíte VLibras não foi mais encontrado.

Com relação à utilização por pessoas com deficiência visual, não foi identificado nenhum recurso próprio de audiodescrição das obras.

Também buscamos informações sobre o funcionamento remoto da Galeria de Arte Lavandeira, com o estabelecimento do distanciamento social pela emergência de saúde pandemia Covid-19.

Reestruturações foram realizadas, com redefinição do calendário programado. Como o funcionamento passou a ser realizado de maneira remota, houve reconfiguração de atividades para produção *on line*. A adaptação para operar em espaços virtuais permitiu manter e até ampliar as atividades desenvolvidas de 2020 até o momento atual, em 2021.

Além das notícias veiculadas na página do CCTA, mídias sociais e plataformas digitais vêm sendo utilizadas, para divulgação e realização da programação, a exemplo de Facebook, Instagram, Youtube, Medium e ferramentas como o Google Meets.

As ações mantiveram o diálogo com os artistas, os docentes e a produção destes artistas por meio da utilização de várias videoconferências com fins educacionais (webnários) por meio da ferramenta Google Meets.

Muitos encontros foram realizados, como podemos observar no Facebook da Galeria, e alguns foram disponibilizados no Youtube. Também foram realizadas reuniões sobre as exposições e entrevistas (publicadas na plataforma Medium) e foram promovidos encontros transmitidos ao vivo em poética e em pesquisa, com artistas e pesquisadores, na plataforma do Instagram da Galeria.

A produção de todo esse material demonstra que a Galeria Lavandeira manteve seu funcionamento durante o distanciamento social, transpondo para o meio digital as exposições e utilizando-se de videoconferências para seus fins culturais e educacionais.

No tocante à acessibilidade cultural, não foi regra geral a utilização de audiodescrição das imagens, tradução simultânea em libras ou colocação de legendas. Os recursos de acessibilidade na maioria das vezes são os disponíveis nas plataformas nos quais se encontram, como por exemplo, as legendas em português



geradas automaticamente pelo Youtube. O vídeo 'Curadoria e Gestão: caminhos de Ricardo Resende', publicado no Youtube da Galeria Lavandeira em 8 de dezembro de 2020, possui legendas próprias, o que é bem mais apropriado que as legendas geradas automaticamente, que muitas vezes são imprecisas.

Com esse breve apanhado das atividades remotas desenvolvidas pelos equipamentos pesquisados, finalizamos o capítulo 2. No próximo, trataremos da análise das respostas obtidas nos questionários eletrônicos aplicados sobre acessibilidade cultural.



CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS



Com a necessidade de fechamento de atividade presencial dos equipamentos culturais da UFPB, durante a emergência de saúde causada pela pandemia da Covid-19, foram impossibilitadas para esta pesquisa a realização das entrevistas e aplicação de questionários presenciais, bem como a observação participante e as visitas acompanhadas. A Galeria Lavandeira e a Pinacoteca passaram a funcionar de maneira remota, com exposições digitais.

Desta maneira, para ter a avaliação dos equipamentos culturais, elaboramos um questionário eletrônico sobre a acessibilidade, que foi aplicado em dezembro de 2020, via Google Formulários, aplicado a discentes e egressos do curso de graduação em Artes Visuais (licenciatura e bacharelado) da UFPB, pelo seu maior envolvimento com os equipamentos pesquisados.

Também elaboramos e enviamos um questionário eletrônico para docentes que estão ou estiveram na gestão da Pinacoteca e da Galeria de Arte Lavandeira, para que ajudassem a compor o diagnóstico de acessibilidade cultural.

Os dois questionários aplicados encontram-se nos apêndices. No anexo, inserimos a aprovação da pesquisa submetida à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPB.

Foi realizada a divulgação do formulário dos discentes por meio da Secretaria Integrada de Atendimento à Graduação (SIAG) do CCTA, em dois momentos (prazo inicial e prorrogação do prazo), explicando a pesquisa, o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o curto tempo estimado para preenchimento do questionário (apenas nove minutos). Contamos com a participação de sete discentes e egressos.

Obtivemos também a participação de quatro docentes sobre os equipamentos culturais pesquisados.

Passaremos em seguida a expor os resultados dessa avaliação realizada por meio dos questionários eletrônicos.



3.1 Resultado do questionário aplicado aos discentes e egressos do curso de artes visuais da UFPB

Em breve perfil dos participantes, relatamos que o questionário foi respondido por sete pessoas, com média de idade entre 20 e 27 anos.

Os participantes da pesquisa foram questionados em qual ano ingressaram no curso de graduação em artes visuais da UFPB. Houve respostas de 2012 a 2019, sendo que o maior grupo indicou o ano de 2015.

Dos participantes da pesquisa, a maioria atualmente é discente do curso de artes visuais da UFPB e apenas um relatou ter deficiência.

3.1.1 Questionário sobre a Galeria de Arte Lavadeira e a Pinacoteca da UFPB

A questão inicial colocada aos participantes foi a **frequência** na qual visitavam cada equipamento cultural. Observamos que a galeria apresentou frequência de visitas de média a alta, maior que a pinacoteca, cujos usuários apontaram uma frequência média.

Perguntamos aos participantes qual o nível de **relevância** que o equipamento possuía para a educação no curso de Artes Visuais e todos responderam que o equipamento tem grande relevância ou é indispensável (a maioria). A caracterização como indispensável foi vitoriosa nos dois equipamentos, sendo ainda mais expressiva no caso da pinacoteca.

Os comentários recebidos para a questão acima foram:

São locais de fomento da arte e de aprendizado para os alunos. (ESTUDANTE 01, 2020, s/p).

A galeria é um espaço de experimentação de grande valor, e quando bem utilizada é um apoio ao jovem artista durante a graduação, e um espaço didático para aluno e professor, e mesmo assim passa por longos períodos de tempo fechada, mesmo antes da pandemia. A pinacoteca é um apoio museológico, e ainda um espaço para estágios/projetos de extensão, assim como a galeria poderia ser. Infelizmente durante a graduação poucos professores levam os alunos a pinacoteca, ou muitas vezes sequer cita sua existência durante as disciplinas, salvo pouquíssimas exceções. (EGRESSO 01, 2020, s/p).



Tal avaliação coaduna com autores no campo da educação e cultura sobre a importância de espaços não formais de expressão cultural.

Os museus constituem um componente emergente desse mundo da educação informal, e o que aprendermos a respeito dos museus na Índia nos revelará coisas importantes sobre a aprendizagem, o ato de ver e os objetos, o que, por sua vez, deverá estimular abordagens criativas e críticas dos museus (e dos sistemas informais de aprendizado) em outros lugares. [...] Os museus e o complexo expositivo em geral formam uma parte cada vez mais importante desse processo educativo não-formal, cuja lógica tem sido insuficientemente estudada, especialmente fora do Ocidente. (APPADURAI; BRECKENRIDGE, 2007, p.10 e 19)

Como espaço não formal de educação, o museu também é um espaço privilegiado para a educação mais ampla e diversificada, para a diversidade, para o exercício de direitos, cidadania e política. (REDDIG; LEITE, 2007, p. 34)

Há que se destacar a grande relevância das pesquisas nesses espaços culturais, haja vista sua importância pedagógica.

Passamos às questões sobre a **infraestrutura** dos locais.

Quanto à **localização** no campus, no caso da Galeria Lavandeira, a maioria avaliou como muito boa sua posição no CCTA. Já no caso da Pinacoteca, os votos dividiram-se entre localização muito boa e localização razoável, tendo a maioria indicado essa última condição.

Uma possível explicação para a Pinacoteca ser menos visitada poderia ser a localização, classificada como razoável pela maioria dos participantes. O fato de localizar-se no interior da biblioteca central pode acarretar certa perda de autonomia. Por exemplo, poderia haver limitação em relação aos dias e horários de funcionamento e à necessidade de coadunar as atividades de montagens expositivas com as do equipamento no qual está inserida.

Para a questão acima, houve o seguinte comentário:

Nenhuma das duas possuem visibilidade dentro da instituição. Não há sinalização. (ESTUDANTE 01, 2020, s/p).

Quanto à **legibilidade do acesso**, foi solicitado que fosse classificada a facilidade de localização da entrada/acesso principal. A Galeria possui melhor



legibilidade do acesso, segundo avaliação dos participantes, cuja classificação mais escolhida foi a que trata a legibilidade como fácil e bastante evidente. Quanto à Pinacoteca, a maioria considerou razoável essa característica. Isso pode ocorrer considerando que a Pinacoteca já passou por mudanças de locais dentro da própria BC, de maneira que a ideia de delimitação do seu espaço pode ser imprecisa e confundir-se com a própria BC, além de não encontrarmos sinalização adequada. Houve mais votos que se aproximaram da classificação do acesso como difícil de localizar/identificar.

Para a questão da legibilidade do acesso, houve o seguinte comentário:

A pinacoteca é uma nômade. Precária em infraestrutura. O trabalho que é feito lá é o melhor que os membros são capazes de realizar, porém a instituição não permite grandes desenvolvimentos. Localizada dentro da biblioteca central (antes da pandemia), é um espaço ligeiramente escondido, já que sabemos que muitos alunos também não vão a biblioteca. A potência que ela tem em criar espaços de interação com público através de visitas e passeios didáticos em seu grande acervo, e até mesmo exposições de grande relevância para o trajeto artístico de João Pessoa e do Nordeste, são abafados pela falta de autonomia de estar localizada em um espaço não compatível, ou de compatibilidade não explorada. (EGRESSO 01, 2020, s/p).

Sobre a **iluminação** do local, na Galeria Lavandeira as opiniões se dividiram, um pouco mais da metade dos participantes avaliou como boa ou muito boa a iluminação do local. Um pouco menos da metade classificou como razoável.

De maneira semelhante, a Pinacoteca foi avaliada como tendo iluminação boa por pouco mais da metade dos participantes, e razoável pelo restante. A Galeria Lavandeira possui algumas luminárias direcionais, o que pode ter contribuído para o resultado ligeiramente melhor.

Sobre o **espaço** existente para **circulação** entre as obras, os participantes avaliaram como adequado (maioria) ou confortável, em linha com a avaliação realizada pelos pesquisadores no local. Nesse quesito, os dois equipamentos culturais tiveram o mesmo resultado.

Sobre as **montagens expositivas**, na Pinacoteca e na Galeria Lavandeira, as avaliações penderam para a suficiência de informações sobre as exposições. Apenas uma avaliação, no caso da Galeria Lavandeira, apontou insuficiência nas informações.



Sobre as montagens expositivas, solicitamos também que os participantes avaliassem, de uma forma geral, a **legibilidade das legendas** junto às obras. Na Galeria Lavanderia, a maior parte apontou como razoável e a menor parte como fácil leitura. Na Pinacoteca, mais de dois terços dos participantes classificaram como fácil leitura, o restante classificou como razoável.

Houve apenas um comentário para essa questão:

Algumas obras não comportam etiquetas próximas. (ESTUDANTE 01, 2020, s/p).

Na avaliação dos pesquisadores, as legendas nas exposições visitadas poderiam ser ampliadas, de forma a serem mais visíveis para pessoas com baixa visão.

Foi questionado aos participantes como avaliavam as **legendas informativas** junto às obras, com relação à importância dessas como **mediação** para auxiliar na fruição artística. Os resultados foram muito parecidos em ambos os casos, com avaliações indo do extremo 'fundamentais' até a metade da escala, entendido como 'necessárias'. Nenhum participante avaliou como desnecessárias tais informações.

Questionados se já haviam visitado algum dos equipamentos culturais acompanhados de pessoas com deficiência, não houve resposta afirmativa por parte de nenhum dos participantes.

Questionados se sugeririam a pessoas com deficiências uma visita à Pinacoteca ou à Galeria Lavandeira, dois participantes responderam que não, alegando não haver acessibilidade nos locais. Um participante respondeu que sim, que a presença dessas pessoas poderia fazer com que esses ambientes se transformassem para melhor acolhê-los e para ouvi-los. Também reforçou o papel da instituição, a quem explicou caber a observação das dificuldades apresentadas, apontando, ainda, responsabilidade da ouvidoria:

Sim, porque se a pessoa tem interesse em algo, e existe um espaço para isso, eu o valorizo sugerindo ele a alguém, e sobre a questão da acessibilidade, somente com a presença dos deficientes esses espaços poderão se transformar, para melhor recebê-los. Ninguém mais do que eles para falarem sobre as próprias condições. Uma instituição atenta consegue



ver as dificuldades, além de que se tivéssemos uma ouvidoria que realmente nos atendesse, os espaços talvez já estariam transformados. (EGRESSO 01, 2020, s/p).

Observamos que tanto a avaliação dos discentes e egressos quanto a dos pesquisadores apresentam semelhanças nas respostas ao avaliarem a Pinacoteca e a Galeria Lavandeira. As questões sobre a valoração dos equipamentos culturais para o curso de artes visuais da UFPB apontam como muito importantes e relevantes para a formação dos estudantes. Desta maneira, melhorias devem ser realizadas para ampliar a acessibilidade e permitir sua fruição por um número maior de pessoas.

3.2 Resultado do questionário aplicado aos gestores e ex-gestores

O questionário, enviado a docentes que coordenam ou coordenaram os espaços pesquisados, teve como objetivo compreender as ações e os obstáculos na busca pela acessibilidade plena nesses equipamentos, a partir das experiências desses docentes na coordenação.

Obtivemos resposta de um ex-coordenador e da atual gestão da Galeria Lavandeira (participantes que chamaremos docentes A e B) e de dois ex-coordenadores da Pinacoteca (que serão chamados docentes C e D).

3.2.1 Questionário sobre a Galeria Lavandeira

Inicialmente perguntamos quais seriam os principais obstáculos à plena **acessibilidade física** na Galeria Lavandeira. Os docentes A e B apontaram o mobiliário das exposições. O docente A apontou também o acesso físico externo (por exemplo, ausência de necessárias rampas, calçadas adequadas, estacionamento com vagas reservadas) e a ausência de banheiros adaptados nas proximidades. Já o docente B apontou a sinalização externa indicativa dos equipamentos culturais (que



precisa ser adequada às diversas deficiências, de forma a identificar os equipamentos e indicar uma rota acessível) e, também, a iluminação disponível.

Em seguida, solicitou-se que os docentes graduassem os principais obstáculos à fruição das obras na Galeria Lavandeira, em termos de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal nas exposições.

Primeiramente, quanto à acessibilidade **física**, o docente A avaliou esse ponto como muito obstaculizante. Já o docente B, avaliou como pouco obstaculizante.

Quanto à acessibilidade **comunicacional**, o docente A avaliou esse ponto como pouco obstaculizante. Já o docente B, avaliou como muito obstaculizante.

Já quanto à acessibilidade **atitudinal**, ambos avaliaram como um **obstáculo considerável** na fruição das obras expostas.

Após, foram questionados sobre como avaliavam a **importância de tecnologias assistivas** (para pessoas com deficiência, como audioguia/videoguia, audiodescriptores, maquetes, esquemas táteis etc) para auxílio na fruição de exposições de arte. O docente A avaliou que são fundamentais para a experiência estética, emocional e de significado, e deveriam ser utilizadas em todas as exposições. O docente B avaliou que são fundamentais para a experiência de significado. Quanto às experiências estética e emocional, avaliou a utilização das tecnologias assistivas como importantes, devendo ser utilizadas sempre que possível.

A seguir, foi questionado se o docente havia tido preocupação sobre a acessibilidade cultural na coordenação do equipamento. O docente A respondeu que sim. O docente B respondeu que:

Depende do ponto de vista do que seja acessibilidade cultural (na verdade, meu patamar de exigência leva em conta as condições onde trabalho) então se eu pudesse ter como público pessoas do bairro e familiares sem precisar prejudicar o grau de exigência em termos de pesquisa de linguagem, sem ter que trabalhar com pacotes facilmente decodificáveis em termos de conteúdo, não abrir mão da inovação e pesquisa de linguagem e ter o público do entorno e familiares dos expositores, e alunos e professores de outros cursos, só isso já seria um bom começo e para isso seria necessário estratégias educacionais e de recepção muito básicas, boa sinalização dentro da universidade, e eventos organizados com antecedência e sem chocar com outros. Quando penso em ter pessoas lendo texto temporários em braille, pois a galeria Lavandeira NÃO tem acervo permanente, me vejo dando um passo a mais, ou quase me vejo em outro país. Mas na verdade adoraria, claro. (DOCENTE B, 2021, s/p).



Como último questionamento, de forma mais aberta, perguntamos se os participantes teriam outros comentários acerca do tema acessibilidade no equipamento cultural que coordenou ou coordena. O docente A fez uma análise mais centrada na acessibilidade física e na parte comunicacional ligada a sinalizações. Afirmou que:

Por sua natureza pública as universidades federais tem obrigação ética de repensar a acessibilidade de seus espaços, sejam de cultura, sejam educacionais. Pouco ou nada nós professores gestores podemos fazer tendo em vista tratar-se de ações de obras arquitetônicas e de engenharia. (DOCENTE A, 2021, s/p).

O docente B ofereceu contribuições com componentes sociais, instrumentais e psicológicos relacionados à fruição de arte contemporânea. Explicou que:

[...]E posso garantir que o ato de compartilhar arte não é simples e envolve muitos fatores, sobretudo no que diz respeito à arte contemporânea. Depois de Hélio Oiticica e L. Clark, acho que as condições físicas são apenas um componente de um trabalho muito maior e mais profundo. Uma equipe presente, artistas comprometidos com o ato de partilhar as poéticas deles, encontros entre artistas e pequenos grupos são elementos muito eficazes. Entretanto, além de equipe, há uma materialidade que considero muito relevante para a acessibilidade cultural: meio de transporte gratuito e alimentos na parte externa. As crianças pobres, por exemplo, não têm como serem levadas pelas escolas e chegam morrendo de fome e sede. As simples conversas, em pequenos grupos, entre artista e público, é o que fazem toda a diferença, sobretudo se forem assessorados por equipes educativas treinadas. Esses encontros podem dar significado mais espesso, podem aumentar a emotividade e fornecer até variáveis estéticas. Costuma ser bom para os artistas também além de fomentar a equipe pois as perguntas vão gerar não só respostas, mas também mais perguntas. Do ponto de vista da cultura de massa, outra dimensão, aí teria que reformular todo o espaço expositivo para fazer tudo mais eloquente, com maior acesso, com som. A galeria não tem: televisão funcionando, *datashows* em quantidade... No caso da Galeria Lavandeira, ela não tem formato adequado para a arte contemporânea, mas a parte externa do pátio vem salvando. No entanto, não é gramado, não há uma mesa ali na área externa, bancos, podia ter alguma cobertura, pois um dos grandes problemas no Nordeste são as chuvas. Do estacionamento até a galeria, todos ficam ensopados pois aquela cobertura no corredor ela para no Teatro. Trabalho sempre com expectativas realizáveis. No momento atual, preciso de spots bons, trilhos de qualidade, mapotecas, *datashow*, televisão... E o que demais já me referi com relação ao externo. Depois, disso... (DOCENTE B, 2021, s/p).

A análise apresentada foi bastante ampla, indo desde a adequação dos espaços físicos disponíveis até o aspecto social do acesso à cultura. As experiências



de equipes comprometidas, mesmo pequenas, podem funcionar como laboratórios eficazes na busca de soluções para o compartilhamento mais acessível da arte.

Observamos que o pensamento externado está em linha com estudo do IBRAM sobre acessibilidade em museus, que afirma:

O processo cognitivo precisa se desenvolver através da percepção e da apreensão do espaço, para que o indivíduo possa conhecê-lo e agir sobre ele. O afeto ao lugar está relacionado à experiência que nele se pode ter. É importante, portanto, que o espaço seja capaz de abrigar formas de experiência que possibilitem a identificação das pessoas com os lugares onde querem atuar – os espaços de um museu, por exemplo. (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p. 51).

3.2.2 Questionário sobre a Pinacoteca

As mesmas questões aplicadas à Galeria Lavandeira foram também aplicadas à Pinacoteca da UFPB.

No primeiro questionamento, com relação aos obstáculos à plena **acessibilidade física**, o docente C apontou: “galeria de exposições no 2º andar da BC, elevador quebrado, sem rampas, falta identificação de acessibilidade, falta iluminação e sinalética adequada, falta equipamento de tradução para libras e para braile.”

O docente D avaliou como obstáculos o acesso físico externo (por exemplo, ausência de necessárias rampas, calçadas adequadas, estacionamento com vagas reservadas), sinalização externa indicativa dos equipamentos culturais e que seja adequada às diversas deficiências, de forma a identificar os equipamentos e indicar uma rota acessível, e, ainda, o fato de funcionar no prédio da Biblioteca Central, dependendo dos horários de funcionamento desta unidade.

Em seguida, sobre os **principais obstáculos à fruição das obras**, em termos de acessibilidade nas exposições, o docente C explicou que há falta de sinalética adequada e equipamentos de audiodescrição, *tablets* para tradução para libras, audiodescritores, etc. O docente D respondeu que a acessibilidade atitudinal não representou obstáculo e que, no campo da acessibilidade física e comunicacional, a experiência foi pouco obstaculizante.



Sobre como avalia a importância de tecnologias assistivas (para pessoas com deficiência, como audioguia/videoguia, audiodescriptores, maquetes e esquemas táteis etc) para auxílio na fruição de exposições de arte, o docente C avaliou como “fundamentais para a acessibilidade cultural, especificamente para a acessibilidade comunicacional, as tecnologias assistivas são fundamentais para que as pessoas com deficiências possam ter acesso as produções artísticas expostas”. O docente D também considerou como fundamentais, devendo haver em todas as exposições, para uma experiência estética, emocional e de significado.

Questionado se, como gestor, já havia se preocupado com a acessibilidade cultural no equipamento cultural que coordenou, o docente C respondeu que:

Sim! Durante minha gestão 2015-2016 na Pinacoteca UFPB, consegui mudar a galeria de exposições do 2º andar para o térreo na entrada da BC, procurei colocar tradução em braille nas fichas técnicas das obras expostas e conseguimos uma bolsa para um mediador com Síndrome de Down que atuou na Pinacoteca durante 1 ano. (DOCENTE C, 2021, s/p).

Sobre a mesma questão, o docente D respondeu que sim.

Por último, questionado sobre ter outros comentários acerca do tema acessibilidade cultural no equipamento que coordenou, o docente C respondeu que:

Falta uma política de acessibilidade cultural na UFPB, que possa conseguir recursos para a realização de um projeto de acessibilidade integrado entre todos os equipamentos culturais da universidade, que pense desde a acessibilidade arquitetônica interna e externa, aos recursos comunicacionais e a formação de mão de obra adequada (acessibilidade atitudinal). (DOCENTE C, 2021, s/p).

O docente D, afirmou que:

A pinacoteca não dispõe de dotação orçamentária própria o que dificulta muito a gerência da mesma. (DOCENTE D, data, s/p).

Os docentes forneceram boas indicações sobre o funcionamento dos equipamentos culturais para além do que podemos observar.

Em recente iniciativa para confecção de maquetes táteis reproduzindo obras da Pinacoteca da UFPB, no âmbito do grupo de Pesquisa em Arte, Museus e Inclusão (AMI/UFPB/CNPq), Costa (2018, p. 150) explicou que:



Considerando que boa parte das instituições culturais brasileiras incluindo aquelas ligadas ao serviço público, não tem recursos específicos para investir nesse tipo de ação, a acessibilidade aos bens artísticos e culturais pode ficar restrita aos grandes museus. (COSTA, 2018, p. 150).

A falta de instrumental e de uma solução integrada para a acessibilidade são obstáculos no caminho da acessibilidade plena. É preciso dotar esses equipamentos de mais autonomia, guiados por uma política integrada para as artes na universidade, para que possam exercer de maneira mais eficiente e inclusiva sua função pedagógica.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Esta pesquisa em estudo de caso buscou auxiliar a UFPB na identificação e no direcionamento da implantação da acessibilidade cultural e inclusiva no âmbito dos museus e equipamentos culturais universitários.

A pesquisa resultou em observações e propostas como meio de tornar os equipamentos culturais das artes visuais mais acessíveis, inclusive com a análise do projeto da nova pinacoteca, no centro de arte e cultura, cuja obra em estágio intermediário está paralisada e em estudo sua retomada.

O questionamento a solucionar era saber como a acessibilidade cultural estava sendo trabalhada nos equipamentos voltados para as artes visuais no campus I da UFPB.

Por conta do distanciamento social e da necessária suspensão do funcionamento presencial dos equipamentos, não foi possível um trabalho direto com pessoas com deficiências nos locais estudados. Mas ressaltamos a importância de convidar esse público para participar de comissões e assessorias, para avaliar e contribuir com ideias para melhorar cada vez mais a experiência de fruição cultural. Nossa análise foi feita também com base em percepções de outros estudos, utilizadoras da metodologia de visitas acompanhadas, considerando os resultados dessas experiências realizadas.

Os equipamentos culturais nas universidades públicas são potenciais meios de inclusão, ao abrir-se à diversidade e realizar atividades, oferecer cursos e orientar os artistas na montagem de exposições. Para tanto, ao seguir a linha de Amanda Tojal (2007, p. 173-179), verificamos que os equipamentos culturais precisam ter o conjunto mínimo das três acessibilidades: física, comunicacional e atitudinal.

Ressaltamos a importância educativa da Galeria Lavandeira e da Pinacoteca na formação pedagógica do curso de artes visuais. Essa avaliação, conforme verificamos nos questionários, é reconhecida pelos alunos atuais e egressos, que destacam a importância de ambos os equipamentos.

Importante destacar, conforme explicamos na pesquisa, que esses equipamentos culturais, apesar da suspensão do funcionamento presencial, mantiveram ou mesmo ampliaram suas atividades, com utilização de diversas ferramentas digitais. A Galeria Lavandeira teve seus processos transpostos para o



meio virtual, com exposições, entrevistas e várias videoconferências para seus fins culturais e educacionais, com utilização de muitas plataformas sociais.

A Pinacoteca manteve a organização e ampliação de seu acervo, seu funcionamento como programa de extensão, e a disponibilização em sua página oficial na UFPB do material trabalhado, como exposições, doações, catalogações realizadas, galeria de arte virtual, galeria do curso de artes visuais, disponibilização de artigos sobre a Pinacoteca.

Entendemos a importância das normas até então criadas no campo da acessibilidade, principalmente física, que traduziram alguns princípios do desenho universal em direcionamentos de projeto. Essas normas um dia foram estudos, observações e anseios do público e dos profissionais de diversas disciplinas em permitir um acesso cada vez mais amplo, de maneira que devem ser divulgadas, aplicadas e aperfeiçoadas.

Várias avaliações da acessibilidade física contaram com parâmetros fixados em normativos. O que demonstra a importância da acessibilidade programática, na qual a edição de normas pode auxiliar na indicação de pontos concretos mínimos exigíveis.

Alguns itens de sinalização (ligadas à acessibilidade comunicacional) são também trazidos por essas normas técnicas, com estabelecimento de parâmetros para situações específicas, que poderão se tornar mais abrangentes no futuro, com o desenvolvimento e consubstanciação normativa de mais estudos.

Já na acessibilidade atitudinal, seria interessante estabelecer normas de capacitação mínima para os que atuam em instituições culturais, com cursos direcionados ao atendimento à diversidade do público.

Nos levantamentos realizados identificamos a necessidade de melhorias em termos de divulgação e adequação do espaço físico para os equipamentos. A pinacoteca, por exemplo, carece de uma edificação adequada.

Passamos agora à exposição dos resultados da pesquisa, sendo o primeiro objetivo específico o de mapear e analisar as rotas de acesso de entradas do Campus I da UFPB até os espaços culturais estudados.

Análises de sintaxe espacial demonstraram a importância das rotas, pois boa parte do trecho analisado é composto pelo eixo mais integrado do campus. Foram



realizados levantamentos fotográficos e medições nos principais trajetos, no ano de 2020.

A acessibilidade física do entorno da pinacoteca e da galeria lavandeira da UFPB foi avaliada como boa, mas necessitava de melhorias de fácil execução, como melhor conservação do pavimento em alguns trechos, e outras de execução mais trabalhosa, como a implantação de cobertas nos passeios. Também indicamos a execução de bancos com assento e encosto nos trajetos, de maneira a permitir o descanso diante de trechos longos de caminhada.

No levantamento documental, observamos a existência de projeto de acessibilidade, datado de 2013, envolvendo a colocação de pisos táteis, no percurso entre o CCHLA e a BC, não executado, que precisaria ser revisado e atualizado para sua implementação.

Na área da futura pinacoteca (Centro de Arte e Cultura), alguns ajustes pontuais necessários foram detectados, bem como a elaboração de um projeto do entorno que detalhe os passeios, com mais precisão dos seus níveis e de sua conformação.

No item barreiras comunicacionais, apesar de serem encontradas placas indicativas para pedestres, com vários direcionamentos, detectamos a necessidade de mais sinalização, com indicações dos equipamentos culturais e com adequação às pessoas com deficiência visual. Verificamos como ponto positivo a colocação de pisos táteis em alguns trechos do percurso, que ajudam na orientação. É importante também que sejam elaborados e implantados mapas táteis nos acessos.

Com relação ao objetivo específico de implementar o diagnóstico da acessibilidade cultural nas edificações da Pinacoteca e da Galeria Lavandeira, no Campus I da UFPB, foram feitas as avaliações possíveis diante do cenário de funcionamento não presencial. No interior dos equipamentos o principal problema detectado no âmbito do acesso físico foram os elevadores inoperantes na Biblioteca Central.

No levantamento documental, observamos a existência de projeto de acessibilidade envolvendo a colocação de pisos e mapas táteis, internamente na BC. Projeto datado de 2014, não executado, que precisaria ser revisado e atualizado para sua implementação.



Na futura pinacoteca, para a acessibilidade física, alguns ajustes pontuais necessários foram detectados no projeto em relação à área técnica. Na área expositiva não observamos barreiras físicas. Na Galeria Lavandeira, o principal obstáculo encontra-se na porta de acesso, que possui um gradil com trilho sobreposto ao piso da entrada.

No item barreiras comunicacionais, verificamos que se encontravam presentes nos equipamentos pesquisados, com a necessidade de implantação de um sistema de sinalização que forneça uma orientação completa e com informações táteis.

Nas exposições, observamos a necessidade de prover tecnologia assistiva que permita o estabelecimento da comunicação. A fruição das obras por pessoas com deficiência visual, no geral, mostrou-se bastante prejudicada.

A exposição que observamos contar com recursos de comunicação tátil e com exposição de obras produzidas por pessoas com Síndrome de Down foi fruto justamente do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Arte, Museus e Inclusão (GPAMI), que funciona junto ao Laboratório de Artes Visuais Aplicadas e Integrativas (LAVAIS). Essas iniciativas devem ser valorizadas e incentivadas, e um dos pontos observados foi a necessidade de uma política cultural para as artes na UFPB, com recursos para promover a acessibilidade cultural integrada entre os equipamentos culturais.

Esses recursos poderiam ser direcionados para auxiliar na acessibilidade instrumental, possibilitando a esses espaços adquirir equipamentos e materiais para produzir maquetes táteis, imagens em relevo, adaptação de obras para mediação cultural, equipamento para audioguia, audiodescritores, aparelhos eletrônicos para audiovisuais etc.

A acessibilidade atitudinal teve sua avaliação prejudicada devido ao distanciamento social que levou à suspensão do funcionamento presencial, em razão da situação de emergência de saúde causada pela Covid-19. Tal situação impediu as visitas acompanhadas de pessoas com deficiências a esses equipamentos culturais e as entrevistas nos locais.

Como sugestão de pesquisas futuras, um estudo sobre acessibilidade atitudinal e psicológica nos espaços culturais universitários pode auxiliar na valoração desses



ambientes e construir ligações com o público, cujas vivências se identifiquem e se relacionem com tais espaços.

[...] Por sua vez, enfrentar as barreiras sociais e atitudinais exige outros tipos de medidas, ligadas ao processo de construção de uma sociedade menos individualista e mais inclusiva, e que só deverão se consolidar a médio e longo prazos. A missão torna-se ainda mais complexa ao se considerar as barreiras psicológicas, pois envolve a identificação da imagem que as pessoas têm do meio e a sua percepção da possibilidade de se sentirem inseridas naqueles locais. [...]

Portanto, além de adotar o desenho universal (essencial à acessibilidade física), para evitar a dissociação entre pessoa e ambiente é essencial incentivar a apropriação dos espaços por seus usuários, possibilitando-lhes a transformação dos mesmos em lugares. (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 125).

Entendemos que a proposta de adequação dos espaços para possibilitar a fruição de pessoas com deficiência pode auxiliar na quebra de algumas barreiras psicológicas. Isso ocorreria pois, ao saber que tais equipamentos estão estruturados para recebê-los, a percepção quanto a sua inserção em tais locais poderia ser mais positiva. Mas ressaltamos que esse é apenas um dos muitos aspectos da acessibilidade psicológica.

Sobre a conclusão da edificação do centro de arte e cultura, destacamos que é de fundamental importância para que a pinacoteca possa ter um local adequado para exercer seu papel de promotora da pesquisa, da conservação e do acesso público e gratuito à arte paraibana e nordestina, bem como possa conservar e manter em segurança o acervo da instituição.

Com relação ao objetivo específico de propor inovações relativas à acessibilidade cultural nos ambientes pesquisados, elencamos alguns pontos, que foram baseados nas verificações realizadas nos objetivos específicos anteriores.

Observamos que a implantação de um sistema de sinalização que forneça uma orientação completa e com informações táteis e sonoras é bastante necessária nesses ambientes. Propomos a utilização, na entrada de cada edificação, de mapa tátil. No interior dos ambientes, é necessário o provimento de tecnologia assistiva que permita o estabelecimento da comunicação em cada exposição. E também a criação de uma capacitação em acessibilidade atitudinal para aqueles que lidam com o público. Nas exposições, sugerimos a criação de uma consultoria em acessibilidade cultural para auxiliar os artistas nas exposições temporárias.



Na galeria Lavandeira, além da elaboração de mostruários acessíveis, sugerimos a revisão da iluminação e do projeto da praça em frente, com relação a alguns itens de acessibilidade e com utilização do espaço também para exposições.

A partir dos conhecimentos adquiridos sobre a dinâmica da linguagem expositiva, propomos na nova pinacoteca que seja desenvolvida uma solução de piso tátil de implantação modular na área expositiva, que possa ser retirado e rearranjado a cada exposição, seguindo o novo *layout*, de maneira a suprir nesse aspecto a flexibilidade demandada pelo ambiente.

Por fim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as condições de acessibilidade cultural da Galeria Lavandeira e da Pinacoteca, equipamentos culturais vinculados ao Departamento de Artes Visuais, localizados no Campus I da UFPB.

Acreditamos que a pesquisa realizada tenha conseguido a consecução de seus objetivos específicos em variados graus, para compor a resolução do objetivo geral. Buscamos apresentar pontos de vista suficientes para várias análises, mesmo com a troca do público que inicialmente faria a avaliação dos ambientes. Como um campo interdisciplinar, esperamos que a nossa perspectiva na pesquisa desenvolvida auxilie no estabelecimento de uma política cultural inclusiva para as artes na UFPB, haja vista a importância desses equipamentos para o processo educacional.



REFERÊNCIAS



APPADURAI, Arjun; BRECKENRIDGE, Carol A. Museus são bons para pensar: o patrimônio em cena na Índia. **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

ARANTES, Stella Aguilera. EJA: Encontros com Arte e Cultura. In: MARTINS, Miriam Celeste (Org.). **Mediação Cultural: olhares interdisciplinares**. São Paulo: Uva Limão, 2017. 165p.

BEZERRA, Emy Pôrto; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; FREIRE, Isa Maria. **Projeto Suíte VLibras: um olhar considerando acessibilidade e arquitetura da informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3255/2016_GT3-PO_05.pdf?sequence=1. Acesso em: 4 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019a. 577 p. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: divulgação dos resultados**. Brasília, 2019b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf. Acesso em: 5 de mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=07/07/2015&totalArquivos=72>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 65, p. 1-2, 05 abr. 2013a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/04/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=120>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 9.394, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 203, p. 1-5, 18 out. 2013b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>. Acesso em: 20 jun. 2020.



BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 163, p. 2-9, 26 ago. 2009a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/08/2009&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=104>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/01/2009&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=80>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008b. 264 p. Disponível em: http://www.crfsp.org.br/phocadownload/acessibilidade-compilado_de_legislacoes.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Brasil Acessível**: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana. Caderno 2. Construindo a Cidade Acessível. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2006. 167 p. Disponível em: <https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Construindo-a-Cidade-Acessivel.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 232, p. 5-10, 3 dez. 2004. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/12/2004&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=192>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 244-E, p. 2-3, 20 dez. 2000. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/12/2000&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=304>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n.



248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996&totalArquivos=289>. Acesso em: 1 mar. 2020.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: um conceito para todos**. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus**. Brasília: MinC/IBRAM, 2012. (Cadernos Museológicos, v. 2). Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CONFEA. Comissão Temática de Acessibilidade e Equipamentos – CTAE. **Acessibilidade: guia prático para o projeto de adaptações e novas normas**. Confea: 2018. Disponível em: https://www.confea.org.br/sites/default/files/antigos/CartilhaAcessibilidade2018_site.pdf. Acesso em: 4 fev. 2020.

CONGRESSO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA. **Declaração internacional de Montreal sobre inclusão**. Montreal: 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

COSTA, Robson Xavier da. Pinacoteca UFPB: impacto de um acervo universitário, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. In: **Anais do 28º Encontro Nacional da ANPAP – Origens [...] Goiás - GO: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1911-1925.**

COSTA, Leonardo Figueiredo. Um Estudo de Caso sobre a Mediação Cultural. V ENECULT-Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - 27 a 29 de maio de 2009. Salvador: 2009.

CAMBIAGHI, Silvana. Desenho universal no patrimônio cultural tombado: aplicação e desafios. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jennifer (org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012. 178 p.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

CRUZ, Sara Vasconcelos; COSTA, Robson Xavier da. **Travessia dos sentidos: estratégias de mediação multissensorial e inclusiva no Sobrado Dr. José Lourenço em Fortaleza (CE)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. 184 p.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2006.

ELALI, Gleice Azambuja; ARAÚJO, Rosineide Gomes de; PINHEIRO, José de Queiroz. Acessibilidade psicológica: eliminar barreiras “físicas” não é suficiente. In:



PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (org.). **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. **Planejamento e Realização de Exposições**. Brasília: MinC/IBRAM, 2018. 230 p. (Cadernos Museológicos, v. 2). Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/planejamentorealizacaoexpoesicoes-bra.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HILLIER, Bill. The architecture of the urban object. **Ekistics: the problems and science of human settlements**. (1989) Atenas: The Athens Centre for Ekistics, v. 56, n.334/335, p. 5-21, 1989.

HILLIER, B.; BURDETT, R.; PEPONIS, J.; PENN, A. Creating Life: Or, Does Architecture Determine Anything? **Architecture et Comportement/Architecture and Behaviour**, v. 3, n.3, p. 233-250, 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nota técnica 01/2018**. Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia para projetos de arquitetura de museus**. Brasília: IBRAM, 2020. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Guia-para-projetos-de-arquitetura-de-museus.pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Título original: The image of the city. ISBN: 85-336-0631-1

MARTINS, Miriam Celeste. A disciplina Mediação cultural e formação de educadores e os “entres” provocadores: reflexões compartilhadas. In: MARTINS, Miriam Celeste



(Org.). **Mediação Cultural**: olhares interdisciplinares. São Paulo: Uva Limão, 2017. 165p.

MARTINS, Mirian Celeste. Mediações culturais e contaminações estéticas. In: **Revista GEARTE**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Volume 1, Número 2, p. 248-264, 2014. ISSN 2357-9854

MATIAS, Emanoella Bella Sarmento S. E.; COSTA, Angelina Dias Leão. A importância da sinalização na apreensão do espaço livre público: estudo de caso sobre a percepção do pedestre no centro histórico de João Pessoa-PB. In: SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da Silveira; COSTA, Angelina Dias Leão; SILVA, Milena Dutra (org.). **Espaços livres públicos**: lugares e suas interfaces intraurbanas. João Pessoa: Ab Editora, 2016. Disponível em: https://issuu.com/laurbeufpb/docs/espacos_livres_publicos_e-book?workerAddress=ec2-54-196-25-49.compute.amazonaws.com. Acesso em: 26 fev. 2021.

MUSEU DAS TELECOMUNICAÇÕES. **Acessibilidade**. Organização: Flávia Corpas e Daina Leyton. Rio de Janeiro: Instituto Telemar, 2016. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/wp-content/uploads/2021/01/CADERNO-ACESSIBILIDADES-OI-FUTURO.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Potenciar a acessibilidade cultural em ambientes culturais**: um estudo exploratório em museus. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Acessível) – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leira, Leira, 2017. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2914/1/07_Dilma_Negreiros_novembro_2017.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002789163.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2020.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação Cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. V. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p43/26577>. Acesso em: 5 jan. 2020.

REDDIG, Amalhe Baesso; LEITE, Maria Isabel. O lugar da infância nos museus. **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.



RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar:** procedimentos para avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

SABINO, Paulo Roberto. **Design universal na arquitetura de exposições museológicas:** aspectos inclusivos sob a perspectiva do público. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SALASAR, Desirée Nobre. **Um museu para todos:** manual para programas de acessibilidade. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019. 64 p. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4390/1/Um%20museu%20para%20todos.%20manual%20para%20programas%20de%20acessibilidade.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2020.

SANTOS, Erika Diniz Araújo dos Santos. **Recepção e dispersão da Arquitetura Moderna em João Pessoa (1970-1985).** 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SARMENTO, Bruna Ramalho. **A qualidade ambiental dos espaços livres em campi:** um estudo na UFPB e na UFRN sob a ótica da Avaliação Pós-Ocupação. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SARMENTO, Bruna Ramalho. **Acessibilidade em sistema de circulação de pedestres:** avaliação do campus I da UFPB. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefício para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação.** Nº 6, jun. 2018. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/d1209a56/acb3/4bc1/92cc/183d6c085449.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jennifer (org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais.** Porto Alegre: Marca Visual, 2012. 178 p.

SEAMON, David; In Memoriam: Bill Hillier (1937–2019). Tradução: Vinicius M. Netto. **Revista de Morfologia Urbana,** v. 7, n. 2, p. 158-161, dez. 2019.

SILVA, Fernanda Caroline Jennen. **Acessibilidade Cultural:** Uma leitura sobre experiência e plenitude. 2015. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Eventos) – Escola de Comunicação e Artes, Centro de Estudos Latino-



Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/fernanda_artigo_final_dez15.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

TOJAL, Amanda. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. 322f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TURNER, Alasdair. **Depthmap4: A Researcher's Handbook**. London: Bartlett School of Graduate Studies, UCL, 2004. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/2651/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

TURNER, A.; DOXA, M.; O'SULLIVAN, D.; PENN, A. From Isovists to Visibility Graphs: A Methodology for the Analysis of Architectural Space". **Environment and Planning B**, n.28, v.1, p.103–121, 2001.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre – RS: Bookman, 2001.

ZOCCOLI, Ani; KOELZER, Mirelle Papaleo; WAN-DALL JUNIOR, Osildo Adão; ELY, Vera Helena Moro Bins; CASTRO, Juliana Souza; GOULART, Vanessa Dorneles. **Desenho universal aplicado ao paisagismo**. Florianópolis: PET/ARQ/UFSC, 2010. 110 p.

Bibliografia Consultada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. 147 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16537: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 44 p.



Participantes dos questionários

ESTUDANTE 01. Questionário respondido pelo estudante ao pesquisador Andrey Câmara em dezembro de 2020. João Pessoa PB: UFPB, 2020.

EGRESSO 01. Questionário respondido pelo estudante ao pesquisador Andrey Câmara em dezembro de 2020. João Pessoa PB: UFPB, 2020.

DOCENTE A. Questionário respondido pelo docente ao pesquisador Andrey Câmara em janeiro de 2021. João Pessoa PB: UFPB, 2021.

DOCENTE B. Questionário respondido pelo docente ao pesquisador Andrey Câmara em janeiro de 2021. João Pessoa PB: UFPB, 2021.

DOCENTE C. Questionário respondido pelo docente ao pesquisador Andrey Câmara em janeiro de 2021. João Pessoa PB: UFPB, 2021.

DOCENTE D. Questionário respondido pelo docente ao pesquisador Andrey Câmara em janeiro de 2021. João Pessoa PB: UFPB, 2021.

Sites consultados

Site da Pinacoteca UFPB. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/pinacoteca>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Site da Galeria Lavandeira UFPB. Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/galeria>. Acesso em: 21 jul. 2020.

Instagram da Galeria Lavandeira da UFPB. Disponível em: https://www.instagram.com/galeria_lavandeira/?hl=pt-br. Acesso em: 10 ago. 2020.

Facebook da Galeria Lavandeira da UFPB. Disponível em: <https://www.facebook.com/GaleriaLavandeira>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Youtube da Galeria Lavandeira da UFPB. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCfHK-NRQ-Hbldm1P7jNrKlw>. Acesso em: 03 ago. 2020.

Medium da Galeria Lavandeira da UFPB. Disponível em: <https://medium.com/@galerialavandeiracontato>. Acesso em: 10 fev. 2021.



APÊNDICES



APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Senhor (a)

O (A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **“Arquiteturas da Arte: acessibilidade cultural na Pinacoteca e na Galeria Lavandeira na perspectiva dos estudantes do Curso de Artes Visuais da UFPB”** desenvolvida por **Andrey Alysson Chagas Câmara**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Centro de Comunicação Turismo e Artes da Universidade Federal do Paraíba-UFPB, sob orientação do **Professor Dr. Robson Xavier da Costa – PPGAV/UFPB**.

O presente estudo tem como objetivo geral:

Analisar as condições de acessibilidade cultural da Galeria Lavandeira e da Pinacoteca, ambos equipamentos culturais das Artes Visuais no Campus I da UFPB.

E como objetivos específicos:

- 1) Desenvolver levantamento bibliográfico na área de educação inclusiva em artes visuais e acessibilidade cultural em instituições universitárias;
- 2) Implementar o diagnóstico da acessibilidade cultural na Pinacoteca e na Galeria Lavandeira, no Campus I da UFPB;
- 3) Mapear e analisar o *wayfinding* das entradas do Campus I da UFPB até os espaços culturais estudados;
- 4) Propor inovações nos ambientes da Pinacoteca e da Galeria Lavandeira, no Campus I da UFPB.

Essa proposta de pesquisa possui ligação com a trajetória profissional do pesquisador, vivenciada como Arquiteto e Urbanista da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A acessibilidade cultural é fundamentada na garantia de acesso à Cultura para todas as pessoas, busca-se com a pesquisa analisar e compreender como dois grupos, que possuem interação direta com os equipamentos, percebem e avaliam a acessibilidade nestes equipamentos. A realização desta pesquisa se justifica, entre outros motivos, pela necessidade de um estudo sistematizado sobre acessibilidade desses espaços culturais no campus I da UFPB, pois, no campo da cultura, as galerias de arte e as pinacotecas constituem um reconhecido recurso pedagógico, cuja análise pode indicar possibilidades de ampliação que alcancem a educação inclusiva, de forma a elidir as diferenças. O adequado tratamento desses espaços culturais são um potente meio a auxiliar no ensino inclusivo.

A participação do(a) senhor(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.



Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado. Para que isso não venha a ocorrer, o questionário pode ser respondido em local privado, sem a interferência de pessoas alheias ao estudo, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão a colaboração de sua área de conhecimento e de sua experiência pessoal/profissional, de maneira a auxiliar na qualificação dos espaços estudados, que poderão resultar em propostas de melhorias para os equipamentos e, conseqüentemente, para o ensino e a fruição das Artes Visuais.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 CNS, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e/ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

O participante deverá efetuar o preenchimento da pesquisa apenas se considerar que foi devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e que dá seu consentimento para dela participar e que autoriza a divulgação e/ou publicação dos resultados. Uma cópia deste documento será enviada para o email fornecido pelo participante.

João Pessoa, setembro de 2020.

Andrey Alysson Chagas Câmara

Pesquisador responsável

Endereço do Pesquisador Responsável:

Andrey Alysson Chagas Câmara – PPGAV - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS (UFPB/UFPE) Cidade Universitária - Campus I - CCTA - Bloco A - Sala 117- João Pessoa - PB - Brasil CEP: 58051-900 Telefone: (83) 98887-9367 - E-mail: andreyarquitecto@gmail.com

Endereço do Orientador:

Robson Xavier da Costa – PPGAV - PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS (UFPB/UFPE) Cidade Universitária - Campus I - CCTA - Bloco A - Sala 117- João Pessoa - PB - Brasil CEP: 58051-900 Telefone: (83) 3209-8732 - Email: robsonxavierufpb@gmail.com

Endereço do Comitê:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com



APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS E EX-ALUNOS

Questionário de avaliação

Perfil do visitante

Idade:

Sexo:

No curso de Artes Visuais é: () aluno () ex-aluno

Em qual ano entrou para o curso de Artes Visuais da UFPB:

No caso de ex-aluno, em qual ano concluiu o curso de Artes Visuais da UFPB:

Possui alguma deficiência:

() sim. Qual? _____

() não

Exerce atividade remunerada: () sim () não

Se sim, qual:

() Empregado setor privado

() Empregado setor público

() Profissional liberal

() Autônomo

() Empresário

() Estagiário

Questionário sobre a Pinacoteca e a Galeria de Arte Lavandeira da UFPB

Marque na escala o número que for mais adequado.



Por exemplo, na primeira alternativa, caso visite **raramente**, marcar **01**, caso seja **frequentemente**, marcar **05**. As casas intermediárias 02, 03, 04 correspondem a variações entre esses dois extremos. Desta maneira, caso visite pouco, marcar 02, caso visite vez ou outra, marcar 03, caso visite muitas vezes, marcar 04. O mesmo pensamento se aplica às demais questões.

Com que frequência você visita?

	01	02	03	04	05	
Visito a Pinacoteca raramente						Visito a Pinacoteca frequentemente
Visito a Galeria Lavandeira raramente						Visito a Galeria Lavandeira frequentemente

Qual o nível de relevância que o equipamento possui para a educação no curso de Artes Visuais?

	01	02	03	04	05	
A Pinacoteca é pouco relevante para o ensino em Artes Visuais						A Pinacoteca é muito relevante para o ensino em Artes Visuais
A Galeria Lavandeira é pouco relevante para o ensino em Artes Visuais						A Galeria Lavandeira é muito relevante para o ensino em Artes Visuais

Como avalia a **infraestrutura** do local, marque uma das alternativas:

	01	02	03	04	05	
A Pinacoteca é mal localizada no Campus.						A Pinacoteca é bem localizada no Campus.
A Galeria Lavandeira é mal localizada no Campus.						A Galeria Lavandeira é bem localizada no Campus.

Caso tenha interesse, comente a resposta acima:



	01	02	03	04	05	
Na Pinacoteca, o acesso de entrada é difícil de localizar/identificar.						Na Pinacoteca, o acesso de entrada é fácil de localizar/identificar.
Na Galeria Lavandeira, a porta de entrada é difícil de localizar/identificar.						Na Galeria Lavandeira, a porta de entrada é fácil de localizar/identificar.

Caso tenha interesse, comente a resposta acima:

	01	02	03	04	05	
Na Pinacoteca, a iluminação da sala atrapalha a observação das obras expostas.						Na Pinacoteca, a iluminação da sala ajuda na observação das obras expostas.
Na Galeria Lavandeira, a iluminação da sala atrapalha a observação das obras expostas.						Na Galeria Lavandeira, a iluminação da sala ajuda na observação das obras expostas.

Caso tenha interesse, comente a resposta acima:

	01	02	03	04	05	



Na Pinacoteca, o espaço entre as obras expostas é inadequado para o conforto da circulação.						Na Pinacoteca, o espaço entre as obras expostas é adequado para o conforto da circulação.
Na Galeria Lavandeira, o espaço entre as obras expostas é inadequado para o conforto da circulação.						Na Galeria Lavandeira, o espaço entre as obras expostas é adequado para o conforto da circulação.

Caso tenha interesse, comente a resposta acima:

Como avalia as **montagens expositivas** no local, marque uma das alternativas:

	01	02	03	04	05	
Na Pinacoteca, geralmente as informações são insuficientes sobre a exposição.						Na Pinacoteca, geralmente há informações suficientes sobre a exposição.
Na Galeria Lavandeira, geralmente as informações são insuficientes sobre a exposição						Na Galeria Lavandeira, geralmente há informações suficientes sobre a exposição.

Caso tenha interesse, comente a resposta acima:

	01	02	03	04	05	
Na Pinacoteca, as legendas junto às obras são de difícil leitura/mal posicionadas.						Na Pinacoteca, as legendas junto às obras são de fácil leitura/bem posicionadas.



Na Galeria Lavandeira, as legendas junto às obras são de difícil leitura/mal posicionadas.						Na Galeria Lavandeira, as legendas junto às obras são de fácil leitura/bem posicionadas.
--	--	--	--	--	--	--

Caso tenha interesse, comente a resposta acima:

	01	02	03	04	05	
Na Pinacoteca, as informações/legendas sobre a exposição <u>não são</u> importantes para a fruição das obras expostas.						Na Pinacoteca, as informações/legendas sobre a exposição são fundamentais para fruição das obras expostas.
Na Galeria Lavandeira, as informações/legendas sobre a exposição <u>não são</u> importantes para a fruição das obras expostas.						Na Galeria Lavandeira, as informações/legendas sobre a exposição são fundamentais para fruição das obras expostas.

Caso tenha interesse, comente a resposta acima:

Deseja compartilhar algum comentário sobre a organização das exposições?

Já visitou a Pinacoteca ou a Galeria Lavandeira acompanhado de uma pessoa com deficiência? Se sim, houve alguma dificuldade?




Sugeriria a uma pessoa com deficiência uma visita à Pinacoteca ou à Galeria Lavandeira?
Por que?



4 Como gestor, já se preocupou sobre a acessibilidade cultural no equipamento que coordena/coordenou?

5 Teria outros comentários acerca do tema acessibilidade no equipamento que coordena/coordenou?



ANEXOS



ANEXO A – COMPROVANTE DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA CCS-UFPB

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Arquiteturas da Arte: acessibilidade cultural na Pinacoteca e na Galeria Lavandeira na perspectiva dos estudantes do Curso de Artes Visuais da UFPB

Pesquisador: ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 37352620.0.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Comunicação, Turismo e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.479.832

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa que tem como origem o Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da

Paraíba, linha de pesquisa Ensino das Artes Visuais no Brasil, do aluno ANDREY ALYSSON CHAGAS CÂMARA, sob orientação do Prof. Dr.

Robson Xavier da Costa, com término previsto para dezembro de 2020. A presente pesquisa qualitativa, com uso do estudo de caso, trata de

implementar o diagnóstico da acessibilidade cultural em dois equipamentos culturais do departamento de Artes Visuais da UFPB, quais sejam, a

Galeria Lavandeira e a Pinacoteca. Trata-se de uma pesquisa observacional, descritiva e exploratória. A primeira etapa consiste no levantamento do

estado da questão, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento fotográfico, levantamento arquitetônico e urbanístico do entorno,

análise de plantas e de normas relacionadas. Com o conhecimento dessa análise prévia, baseado na observação dos pesquisadores correlacionado

a normas e experiências de outras pesquisas, passa-se a fase seguinte. Inicialmente, a pesquisa trataria de entrevistas com usuários nos

equipamentos culturais e com o acompanhamento de pessoas com deficiência em visitas a esses

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comiteetica@ccs.ufpb.br



CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 4.479.832

equipamentos. No entanto, ocorreu a necessidade de isolamento social devido à emergência de saúde pública decorrente do Covid-19, e o fechamento dos equipamentos em meados de março de 2020, ainda sem data para retorno das atividades. Desta maneira, decidiu-se por elaborar questionário sobre a acessibilidade na galeria lavadeira e na Pinacoteca da UFPB, e aplicá-lo eletronicamente a discentes e ex-discentes do curso de Artes Visuais da UFPB, e a gestores e ex-gestores desses equipamentos. Busca-se que esses questionários apresentem observações daqueles que são, possivelmente, os principais usuários dos equipamentos, e dos gestores e ex-gestores. Com a análise das respostas dos questionários, pelo método indutivo, junto ao estudo feito pelos pesquisadores, deveremos chegar a um diagnóstico mais preciso das condições de acessibilidade cultural dos objetos estudados. Trata-se de um protocolo de pesquisa que tem como origem o Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba, linha de pesquisa Ensino das Artes Visuais no Brasil, do aluno ANDREY ALYSSON CHAGAS CÂMARA, sob orientação do Prof. Dr. Robson Xavier da Costa, com término previsto para dezembro de 2020. A presente pesquisa qualitativa, com uso do estudo de caso, trata de implementar o diagnóstico da acessibilidade cultural em dois equipamentos culturais do departamento de Artes Visuais da UFPB, quais sejam, a Galeria Lavadeira e a Pinacoteca. Trata-se de uma pesquisa observacional, descritiva e exploratória. A primeira etapa consiste no levantamento do estado da questão, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento fotográfico, levantamento arquitetônico e urbanístico do entorno, análise de plantas e de normas relacionadas. Com o conhecimento dessa análise prévia, baseado na observação dos pesquisadores correlacionado a normas e experiências de outras pesquisas, passa-se a fase seguinte. Inicialmente, a pesquisa trataria de entrevistas com usuários nos equipamentos culturais e com o acompanhamento de pessoas com deficiência em visitas a esses equipamentos. No entanto, ocorreu a necessidade de isolamento social devido à emergência de saúde pública decorrente do Covid-19, e o fechamento dos equipamentos em meados de março de 2020, ainda sem data para retorno das atividades. Desta maneira, decidiu-se por elaborar

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br



CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UEPB



Continuação do Parecer: 4.479.832

questionário sobre a acessibilidade na galeria lavadeira e na Pinacoteca da UFPB, e aplicá-lo eletronicamente a discentes e ex-discentes do curso de Artes Visuais da UFPB, e a gestores e ex-gestores desses equipamentos. Busca-se que esses questionários apresentem observações daqueles que são, possivelmente, os principais usuários dos equipamentos, e dos gestores e ex-gestores. Com a análise das respostas dos questionários, pelo método indutivo, junto ao estudo feito pelos pesquisadores, deveremos chegar a um diagnóstico mais preciso das condições de acessibilidade cultural dos objetos estudados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as condições de Acessibilidade Cultural na Pinacoteca e na Galeria Lavadeira, ambos equipamentos culturais das Artes Visuais no Campus I da UFPB.

Objetivo Secundário:

Indicar propostas de melhorias nos equipamentos pesquisados

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram devidamente avaliados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa encontra-se em conformidade com as diretrizes constantes nas resoluções do CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer favorável à APROVAÇÃO do referido projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br



CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 4.479.832

Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1553479.pdf	03/09/2020 15:55:21		Aceito
Outros	INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS.pdf	03/09/2020 15:41:59	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	03/09/2020 15:41:34	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.pdf	03/09/2020 15:41:19	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	03/09/2020 15:41:04	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	03/09/2020 15:40:49	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Outros	Certidao_aprovacao_projeto_de_pesquisa.pdf	20/08/2020 11:22:54	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Outros	Termo_anuencia_coordenador_pinacoteca.pdf	19/08/2020 01:20:35	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_coordenadora_Galeria.pdf	19/08/2020 01:19:42	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Declaração de concordância	Termo_Anuencia_Direcao_CCTA_David_Fernandes.pdf	19/08/2020 01:17:58	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Andrey.pdf	19/08/2020 01:02:19	ANDREY ALYSSON CHAGAS CAMARA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br



CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 4.479.832

JOAO PESSOA, 21 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br